

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIAL – PPGDS

**O CLIMA NAS PLANTAÇÕES: VELHAS E NOVAS DINÂMICAS DE EXPANSÃO
DA MONOCULTURA DE EUCALIPTO PARA PRODUÇÃO DE CARVÃO
VEGETAL EM MINAS GERAIS**

Tathiane Paraiso da Silva

Montes Claros – MG
2012

Tathiane Paraiso da Silva

**O CLIMA NAS PLANTAÇÕES: VELHAS E NOVAS DINÂMICAS DE EXPANSÃO
DA MONOCULTURA DE EUCALIPTO PARA PRODUÇÃO DE CARVÃO
VEGETAL EM MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador:
Professor Dr. Rômulo Soares Barbosa

Montes Claros/MG
2012

Silva, Tathiane Paraíso da.

S586c

O clima nas plantações [manuscrito] : velhas e novas dinâmicas de expansão da monocultura de eucalipto para produção de carvão vegetal em Minas Gerais. / Tathiane Paraíso da Silva. – 2012.

139 f. : il.

Bibliografia: f. 116-121.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2012.

Orientador: Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa.

1. Eucalipto – Carvão vegetal - Minas Gerais. 2. Impacto ambiental. I. Barbosa, Rômulo Soares. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: Velhas e novas dinâmicas de expansão da monocultura de eucalipto para produção de carvão vegetal em Minas Gerais.

Tathiane Paraiso da Silva

Dissertação intitulada: “O Clima nas Plantações: Velhas e Novas dinâmicas de expansão da monocultura de eucalipto para produção de carvão vegetal em Minas Gerais” entregue ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros como requisito à obtenção do título de Mestre, aprovado pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Orientador Professor Doutor Rômulo Soares Barbosa

Professora Doutora Ana Paula Glinfskoi Thé – PPGDS/UNIMONTES

Professor Doutor Múcio Tosta Gonçalves – COBIB/UFSJ

Montes Claros/MG
2012

Dedico este trabalho aos que lutam incessantemente pela justiça, em especial às comunidades Canabrava, Vereda Funda e São José do Buriti.

AGRADECIMENTOS

A Deus os meus agradecimentos de sempre. Obrigado pela certeza de sua presença em todos os momentos da minha vida, me auxiliando principalmente nas dificuldades encontradas no decorrer desse trabalho, toda essa trajetória não teria sido possível ser trilhada se não fosse sua sabedoria a me guiar.

Aos meus pais e toda minha família por sempre apoiarem minhas decisões, por terem sido meus primeiros educadores, ensinando principalmente os conceitos básicos do respeito, compreensão e amor que considerarei no decorrer de todo esse trabalho.

Ao professor Dr. Rômulo Soares Barbosa, pela paciência e dedicação que teve comigo, por todos os conhecimentos repassados ao longo desses anos, ensinamentos que me acompanham desde a graduação e que a cada dia contribui mais com meu crescimento pessoal e acadêmico. Obrigado pelo carinho e atenção dedicado.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela concessão de bolsa que contribuiu sob maneira para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), pela dedicação e empenho prestados à luta dos agricultores familiares e extrativistas da região e por todo trabalho desenvolvido ao longo desses anos no Norte de Minas.

Ao Centro de Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento Social do Extremo Sul da Bahia – CEPEDES como extensão da REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE que ampliou ainda mais a minha visão sobre a temática aqui estudada ao participar do grupo de pesquisas do projeto sobre os levantamentos sócioambientais da empresa Plantar, que me direcionou a esse trabalho permitindo assim que tivesse contato com outras comunidades igualmente impactadas por esse modelo de desenvolvimento baseado em monoculturas.

Aos amigos, pesquisadores e companheiros de luta, Carlos Alberto Dayrell, Winnie Overbeck e Isabel Cristina. Obrigada pelos conhecimentos repassados, pelas discussões e direcionamentos apontados, pelas bibliografias escritas e principalmente pela competência, sensibilidade e respeito demonstrado em seus trabalhos e atitudes que levo como exemplos para minha vida pessoal e com certeza refletirão em meu perfil profissional.

Às minhas queridas e eternas amigas e colegas, Carol, Samira, Jack, Rosana, Andréia, Tathiana, Camila, Valdeli, Amanda e Mônica, amigas que ao longo dos anos me apoiaram e compartilharam comigo tantos momentos de dificuldades e vitórias. Ao Matheus por nesses momentos finais ter sido tão presente em minha vida e nunca ter duvidado da minha

capacidade, obrigado por sempre acreditar em mim, mesmo quando nem eu mesmo acreditava. A todos vocês muito obrigado por se fazerem presente nesses momentos, suas amizades e companheirismo foram essenciais para essa conquista também.

Ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social- PPGDS e todos que integram esse conjunto, professores, alunos e funcionários.

E, finalmente e principalmente a toda comunidade Canabrava e São José do Buriti, por toda a receptividade, apoio e empenho na realização desse trabalho. Por ter me concedido em meio às suas tarefas tempo para as entrevistas e para as longas conversas que sempre me deixava maravilhada, ao transmitir com simplicidade tanta sabedoria, experiências únicas que livro algum me proporcionaria. Com vocês aprendi o real significado do que é ter compromisso e respeito às pessoas e ao meio ambiente.

Jamais poderia deixar de agradecer a Synara e a Janaina, pessoas fantásticas que Deus colocou no meu caminho, de um compromisso, responsabilidade e enorme sensibilidade com as problemáticas do seu lugar. A vocês o meu muito obrigado, por ter enriquecido de maneira brilhante esse trabalho com suas palavras, suas experiências de vida e principalmente pela luta que todos vocês travam todos os dias na busca pelo respeito, uma vida justa e digna.

Muito Obrigada!

Coração Civil
Milton Nascimento

Quero a utopia, quero tudo e mais
Quero a felicidade nos olhos de um pai
Quero a alegria muita gente feliz
Quero que a justiça reine em meu país
Quero a liberdade, quero o vinho e o pão
Quero ser amizade, quero amor, prazer
Quero nossa cidade sempre ensolarada
Os meninos e o povo no poder, eu quero ver
São José da Costa Rica, coração civil
Me inspire no meu sonho de amor Brasil
Se o poeta é o que sonha o que vai ser real
Bom sonhar coisas boas que o homem faz
E esperar pelos frutos no quintal
Sem polícia, nem a milícia, nem feitiço, cadê
poder ?
Viva a preguiça viva a malícia que só a gente é
que sabe ter
Assim dizendo a minha utopia eu vou levando a
vida
Eu viver bem melhor
Doido pra ver o meu sonho teimoso, um dia se
realizar.

RESUMO

As proporções catastróficas de desastres ambientais e a consolidação da percepção sobre a escassez de recursos naturais fizeram com que órgãos internacionais intervissem principalmente no setor industrial, na tentativa de contenção do avanço e da proliferação de impactos ambientais. Tais impactos, originados pela revolução industrial, desencadearam consequências irreversíveis ao meio ambiente e às populações que dependem desse meio para sobreviver. Neste cenário, com o advento dos discursos e debates ambientais, surgem as certificações e os investimentos em tecnologias limpas, instrumentos tidos como capazes de conter e avaliar os processos industriais, o que proporciona ao setor empresarial um diferencial em sua marca, transformando o selo verde em sua propaganda principal. O paradoxo em torno desse discurso tem suscitado dúvidas quanto ao seu real objetivo, visto que esses mecanismos tanto tem servido como medida de controle e garantia de obediência às normas ambientais, como também tem se tornado um instrumento de marketing utilizado pelo setor florestal, além de não demonstrar em sua prática diferença em suas ações quanto empresa certificada. A partir desse amplo campo de análise, este estudo objetiva analisar os efeitos para as comunidades locais da implementação de monoculturas de eucalipto em duas situações de expansão dessas plantações, a saber: em área não certificada e em área de plantio de eucalipto com certificação ambiental e em contexto de projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo - MDL, exemplificadas pelas análises das comunidades de Canabrava, Vereda Funda e São José do Buriti. Sendo assim a proposta metodológica reside em: pesquisa bibliográfica; análises documentais; levantamento histórico do contexto local através de entrevistas semi-estruturadas com moradores dessas comunidades explorando o aspecto qualitativo; propõe-se também a análise comparativa apoiando-se em apontar diferenças e semelhanças para que se possa refletir sobre os processos de apropriação dos recursos pelas empresas de plantações de eucalipto e a concepção do que verdadeiramente seja a sustentabilidade ecológica. Os resultados revelam as diversas estratégias de atuação utilizadas pelo setor monocultor de eucalipto, ao contrário da responsabilidade social e preservação ambiental proposta pelos próprios órgãos certificadores ao fornecer os selos verdes, não tem cumprido com suas premissas de sustentabilidade ambiental e justiça social. As relações de poder existentes nesse campo, bem como a racionalidade empresarial monocultora comprometem a garantia e o respeito às diferentes formas de manejos agroambientais. Dessa forma, as populações que dispõem da lógica contrária a exploração dos recursos para obtenção de lucros, têm permanecido à margem das decisões políticas quanto ao uso e apropriação dos seus territórios, pois de maneira arbitrária tem perdido suas terras em favor dos grandes projetos agropecuários.

Palavras-Chave: Monocultura de eucalipto; Mecanismos de Desenvolvimento Limpo; Impactos sócioambientais

ABSTRACT

The catastrophic environmental disaster and the consolidation of the perception of scarcity of natural resources have led to international bodies to intervene mainly in the industrial sector in an attempt to contain the advancement and proliferation of environmental impacts. Such impacts, caused by the industrial revolution, triggered irreversible consequences for the environment and those who depend on that environment to survive. In this scenario, with the advent of environmental discourses and debates, there are certifications and investments in clean technologies, instruments considered capable of containing and assessing industrial processes, providing the business sector a difference in your brand, turning the green seal in its advertising page. The paradox around this discourse has raised doubts as to its real purpose, since both these mechanisms has served as a control measure and ensure compliance with environmental standards, but also has become a marketing tool used by the forestry sector, and not demonstrate a difference in their practice in their actions and certified company. From this broad field of analysis, this study aims to analyze the effects on local communities in implementation of monoculture eucalyptus plantations in two cases of expansion of these plantations, namely in the area and non-certified eucalyptus plantation area with environmental certification and projects in the context of Clean Development Mechanisms - CDM, exemplified by the analysis of communities Canabrava, Vereda Funda and São José do Buriti. Thus the proposed methodology lies in: literature, documentary analysis, historical survey of the local context through semi-structured interviews with residents of these communities exploring the qualitative aspect, it is also proposed comparative analysis relying on to point out differences and similarities that we can reflect on the processes of appropriation of resources by the companies of eucalyptus plantations and the conception of what is truly ecological sustainability. The results reveal the different strategies used by the sector of activity of eucalyptus monoculture, unlike the social responsibility and environmental protection proposed by the certifying agencies to provide the green stamps, has complied with its assumptions of environmental sustainability and social justice. The existing power relations in this field, as well as the rationality corporate monoculture undertake to guarantee and respect the different forms of agri-environmental management systems. Thus, populations that have the opposite logic resource exploitation for profit, have kept out of policy decisions regarding the use and ownership of their territories, for an arbitrary manner have lost their lands in favor of large agricultural projects.

Keyword: eucalyptus monoculture; Clean Development Mechanism; social-environmental impacts

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E FIGURAS

Tabela 01: Produção de Aço Bruto – 1988/93.....	44
Tabela 02: Capacidade de Aço Bruto por Empresa em Minas Gerais, 2000/07.....	45
Gráfico 01: Produção de carvão vegetal, da silvicultura e da extração vegetal Brasil–1997 2008.....	46
Figura 01: Mapa dos Municípios de Rio Pardo de Minas e Guaraciama, onde estão localizadas as comunidades de Vereda Funda e Canabrava. Destaque também para o município de Felixlândia na qual será estudada posteriormente a comunidade de São José do Buriti.....	50
Figura 02: Comunidade Canabrava, antes da monocultura do eucalipto, até meados da década de 1970.....	58
Figura 03: Comunidade Canabrava depois da monocultura de eucalipto.....	60
Figura 04: Mesorregiões do Estado de Minas Gerais.....	89
Figura 05: Linha do tempo da comunidade de São José do Buriti entre 1932 a 2011.....	91
Figura 06: São José do Buriti antes da monocultura de eucalipto, a partir Da década de 1930.....	92
Figura 07: Segundo momento da comunidade São José do Buriti. Barragens e primeiros plantios de eucalipto.....	94
Figura 08: Marcação das nascentes que secaram.....	95
Figura 09: São José do Buriti no contexto do projeto de MDL, dias atuais.....	97
Figura 10: Localização do projeto.....	105
Figura 11: Unidades de Carbonização da empresa Plantar no município de Felixlândia.....	106
Figura 12: esquema de financiamento MDL Plantar.....	107

LISTA DE SIGLAS

AFRMM - adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante

AMS- Associação Mineira de Silvicultura

ASA - Articulação no Semiárido

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento

CAA-NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

CESE- Coordenaria Ecumênica de Serviço

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba

COSIGUA – Companhia Siderúrgica da Guanabara

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FDL - Fundo de Desenvolvimento Limpo

FSC – Forest Stewardship Council

GEE - Gases de Efeito Estufa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMO - Organização Internacional de Meteorologia

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IOF – Imposto sobre Operação Financeiras

IPCC – Intergovernmental Pannel on Climate Change

ISO – International Organization for Standardization

MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC- Programa de Aceleração do Crescimento

PCF – Fundo Protótipo de Carbono

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNUMA - Programa de Meio Ambiente das Nações

REDD - Redução de Emissões decorrentes de Desmatamento e Degradação Florestal

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change

WMO - World Meteorological Organization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PARTE 1 VELHA DINAMICA DE IMPLANTAÇÃO DA MONOCULTURA DE EUCALIPTO NO NORTE DE MINAS GERAIS	
CAPÍTULO 1 PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO DO CAMPO: DOS MAÇIÇOS FLORESTAIS ÀS SIDERÚRGICAS EM MINAS GERAIS	27
1.1 – Aspectos Históricos da Monocultura de eucalipto: Herança Colonial da Lógica de Apropriação de Terras.....	28
1.2 – Desenvolvimento Rural e Intervenção Estatal: Cenários da Modernização do Campo no Norte de Minas.....	33
1.3 – O Setor Siderúrgico.....	42
CAPÍTULO 2 OCUPAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS: O IMPACTO DAS PLANTAÇÕES DE EUCALIPTO NAS COMUNIDADES DE CANABRAVA E VEREDA FUNDA	48
2.1- Processos de Desestruturação do Território.....	50
2.2 – Povos e Memórias: Comunidade Canabrava	56
2.3 – Povos e Memórias: Comunidade Vereda Funda.....	63
PARTE 2 A NOVA DINÂMICA DO SETOR FLORESTAL: CERTIFICAÇÕES, CRÉDITOS DE CARBONO E PROJETOS DE MDL - OUTRAS ESTRATÉGIAS	
CAPÍTULO 3 INOVAÇÕES QUANTO A EXPANSÃO DO EUCALIPTO – DO CARVÃO VEGETAL AOS MECANISMOS DE DESENVOLVIMENTO LIMPO	70
3.1-Mitigação das Variações Climáticas: debates acerca do tema.....	71
3.2 – Crédito de Carbono e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo: Implementações do Protocolo de Kyoto.....	76
3.3 – O Papel das Certificações.....	80
CAPÍTULO 4 O CASO PLANTAR E DA COMUNIDADE SÃO JOSÉ DO BURITI	87
4.1- São José do Buriti ou São José do Eucalipto?.....	88

4.2- A Empresa Plantar.....	98
4.3- Mitigação de Emissões de Metano na Produção de Carvão Vegetal da Plantar no Brasil – O Projeto	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	117
ANEXOS	123

INTRODUÇÃO

Muitos são os tratados e conferências internacionais¹, que por serem acordos celebrados entre Estados, tem sido importantes instrumentos na tentativa de conter os processos impulsionadores das emissões dos GEE (Gases de efeito estufa) afetando conseqüentemente nas variações climáticas. Mas a verdade é que muitos desses acordos além de não estarem cumprindo com seus objetivos acabam intensificando problemas ainda maiores, de ordem não somente ambiental como também social e econômica. O Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, é um desses acordos, onde foram definidas metas de redução de gases que geram o efeito estufa, na tentativa de amenizar os impactos da emissão de poluentes principalmente dos países desenvolvidos.

Os países signatários do Protocolo de Kyoto não cumpriram com algumas metas, principalmente os países mais poluidores. O comércio de carbono, como instrumento de promoção do chamado “desenvolvimento limpo” tornou-se moeda de troca entre empresas dos países em desenvolvimento que estão comercializando esses créditos com empresas poluidoras de outros países. Bianchi (2003) caracteriza esse fenômeno como o princípio do poluidor-pagador,

esse princípio estará assim reciclado pela percepção mercantilista dominante no mundo, pois passará a “valer” dinheiro em transações comerciais cujo objetivo será o de “otimizar” economicamente os impactos das mais diversas formas de contaminação (CAUBET, 2000 apud BIANCHI, 2003, p.38)

Neste cenário, com o advento dos discursos e debates ambientais, surgem as certificações como instrumentos de gerenciamento ambiental devido a crescente preocupação com o meio ambiente, principalmente a partir da década de 1990, onde “governos e organizações não governamentais (ONGs) de vários países formularam um conjunto de normas para regulamentar o comércio de produtos, provenientes das florestas tropicais através de acordos internacionais” (IBF- Instituto Brasileiro de Florestas²). Assim, são os investimentos em “tecnologias limpas”, tidos como instrumentos capazes de conter e avaliar os processos industriais, possibilitando ao consumidor garantia de compra de produtos industriais que, teoricamente, respeitem os dispositivos legais exigidos pelo órgão

¹ Podemos citar por exemplo a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente Humano e Documentos resultantes – Estocolmo 1972; PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente 1972; Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio; Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente Humano e Documentos Resultantes – Rio de Janeiro 1992; Convenção sobre Mudança do clima entre outros

² Instituto Brasileiro de Florestas – IBF. site: <http://www.ibflorestas.org.br/>, acesso em dezembro de 2011.

certificador, ao mesmo tempo em que proporciona ao setor empresarial um diferencial em sua marca, transformando o “selo verde” em sua propaganda principal.

Assim como as certificações, em novembro de 2001 durante a conferência de Marrakesh³ foi regulamentado os projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), outra estratégia utilizada pelas empresas a fim de abarcar recursos e manter a linha “sustentável” empresarial. Segundo o United Nations Framework Convention on Climate Change- UNFCCC os projetos de mecanismo “estimula o desenvolvimento sustentável e a redução de emissões, enquanto os países industrializados oferecem flexibilidade na forma como eles encontram os seus objetivos de limitação de emissão de redução”.

Segundo Kill (2003) esta é a base dos mecanismos de desenvolvimento limpo,

os compradores de carbono visam a redução do potencial de emissões de maneira a atender aos compradores dos créditos, geralmente acionados por empresas poluentes dos países desenvolvidos e, portanto, dispostas a pagar bem pela manutenção de seu status. O potencial vendedor deve procurar saber realmente qual é seu potencial de negócio, quanto ele tem para negociar em função de uma série de variáveis como: número de animais, tipo de instalações, tipo de tratamento de resíduos, etc., quais são seus reais benefícios e o prazo de contrato, que tipo de projeto está sendo implantado e se será viável o atendimento dos objetivos do projeto no prazo estipulado (KILL, 2003)

Tais projetos formam mecanismos de implementação, junto com o Comércio de Emissões, que permitem a participação de países em desenvolvimento, como o Brasil. No caso brasileiro o mercado de Redução de Emissões

advém de um acordo assinado entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior e a BM&F (Bolsas de Mercadoria e Futuro) para fomentar a geração e comercialização de reduções de emissão, bem como para garantir ao Brasil um lugar de destaque nos centros internacionais de negociação desses créditos, não se limitando a mero país hospedeiro de projetos de MDL e exportador de créditos de carbono (SABBAG, 2008, p.70)

O paradoxo no discurso em torno das certificações suscita dúvidas quanto ao seu real objetivo, devido ser ele um instrumento de controle e garantia de obediência a normas ambientais, ao mesmo tempo em que sua abordagem em certificar extensas áreas de plantações de eucalipto, inclusive considerando como florestas, têm enfraquecido sua

³ Disponível em: http://porkworld.com.br/artigos/post/o-mecanismo-de-desenvolvimento-limpo-e-o-comercio-de-carbono_10050

finalidade segundo Carrere (2003). Isso em virtude, principalmente, das práticas tendenciosas de marketing e especulação em torno das certificações adquiridas por diversas empresas com exercícios ambientais duvidosos.

Da mesma forma, o capital financeiro destinado a projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo tem garantido aos países centrais que continuem poluindo o ambiente, desde que países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, comercializem o carbono que ele não emitiu. Com isso, as empresas desses países estão investindo nos projetos que “contribuam” para essa redução de emissões através de altíssimos financiamentos principalmente ofertados pelo Banco Mundial.

As proporções catastróficas de desastres ambientais e a consolidação da percepção sobre a escassez de recursos naturais fizeram com que órgãos internacionais intervissem, principalmente no setor industrial, na tentativa de contenção do avanço e da proliferação de impactos ambientais.

Os impactos originados pela revolução industrial desencadearam conseqüências irreversíveis ao meio ambiente e às populações que dependem desse meio para sobreviver. Nesse contexto, Laschefski (2005), nos adverte sobre a ameaça que as mudanças climáticas representam sendo

um dos muitos indícios sobre o fracasso de um modelo de desenvolvimento que, desde o fim da II guerra mundial visa a transformação de culturas “tradicionais” em sociedades modernas, segundo o exemplo dos países industrializados (LASCHEFSKI, 2005, p. 248).

A partir desse amplo campo de análise, este estudo comparativo objetiva analisar os efeitos para as comunidades locais da implementação de monoculturas de eucalipto em duas situações de expansão dessas plantações, a saber: em área não certificada e em área de plantio de eucalipto com certificação ambiental.

Na primeira situação apresenta-se o processo de expansão da monocultura de eucalipto no Norte de Minas Gerais para a produção de carvão vegetal responsável em abastecer as siderurgias também em crescimento na região central do Estado. Nessa fase, o Norte de Minas Gerais era tido como uma região de vazio econômico, onde o Estado atua incisivamente com políticas públicas de integração regional o tornando parte da rota de desenvolvimento do país, garantindo altíssimos investimentos ao setor industrial e também florestal, pilares da política modernizadora adotada pelo governo estatal e federal.

No segundo momento uma nova dinâmica é adotada pelo setor florestal, as extensas plantações de eucalipto não mais atendem somente as siderurgias, essas passam a seguir outros métodos de garantia de lucros, onde as certificações, o mercado de carbono e os investimentos em projetos de MDL têm uma importância fundamental, principalmente após as crises e instabilidades do mercado siderúrgico. O projeto de “mitigação de Emissões de Metano na Produção de Carvão Vegetal da Plantar no Brasil”, específico projeto que escolhemos para análise neste trabalho, é resultado do investimento da empresa em tecnologias limpa através das unidades de carbonização distribuídas na região de Curvelo, Felixlândia e Morada Nova. Analisamos, portanto esse novo momento da indústria florestal: os processos de concepção de tais projetos, bem como os princípios e critérios e todo o ciclo do projeto de MDL.

A trajetória das plantações de eucalipto, portanto, varia então desde vetor de impulsionamento da integração econômica da região Norte do Estado de Minas Gerais à dinâmica siderúrgica mineira, como também no âmbito dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e os Mercados de Carbono.

Para a análise do primeiro ciclo de expansão do eucalipto, que visou abastecimento das siderurgias em ascensão, utilizou-se os exemplos das comunidades Canabrava e Vereda Funda. Intitulamos de segundo ciclo de expansão da monocultura, as plantações que visam atender aos processos de certificações e projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, considerando o estudo de caso da empresa Plantar na comunidade de São José do Buriti, distrito de Felixlândia- MG.

Instigados pelos contrastes nos discursos proferidos pelas empresas reflorestadoras, suas práticas e conseqüências para as comunidades em áreas de plantações e embasados em estudos anteriores que nos proporcionaram analisar os impactos socioambientais nessas comunidades, suscitamos algumas inquietações que estimularam este estudo. Apesar das motivações para o avanço das plantações serem diferentes, será que os impactos para as pessoas que tem lidado diretamente com essas situações são os mesmos? Mudam-se as tecnologias e até mesmo os discursos, de um momento para o outro essas empresas evoluem de degradadoras ambientais para salvadoras do planeta com medidas (legais) que lhes dão essa credencial, que suscitam dúvidas quanto a sua execução e resultados. Mas quem realmente são os favorecidos com esses rótulos ecológicos? Quais as diferenças entre as comunidades que vivem em áreas de plantações que não são certificadas com as que possuem tais credenciais? Para a comunidade, o que representa estar em uma área de plantação pioneira

no país quanto à captação de recursos para projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo? Esses são os principais questionamentos do trabalho.

De acordo com Brandão (2000) citado por Duarte (2002, p.140) “a tão afirmada, mas nem sempre praticada, “construção do objeto” diz respeito, entre outras coisas, à capacidade de optar pela alternativa metodológica mais adequada à análise daquele objeto”. Sendo assim a proposta metodológica reside em quatro dimensões que articuladas entre si mostram o caminho para se tentar alcançar as respostas para essas indagações, a saber: pesquisa bibliográfica, com o intuito de constituir o referencial teórico necessário à consecução das análises; levantamento histórico do contexto local através de entrevistas semi-estruturadas com alguns sujeitos políticos das comunidades explorando o aspecto qualitativo. De acordo com Martins e Theophilo (2007, p.61) “a avaliação qualitativa é caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos, em contrapartida à avaliação quantitativa, onde predominam mensurações”, oferecendo-nos melhor compreensão da subjetividade dos pesquisados. Além de consulta de análises documentais em órgãos ambientais nacionais e internacionais.

Silva (2008) utilizou como metodologia para análises da comunidade Canabrava a elaboração de ilustrações que representava o local a partir do olhar dos próprios moradores. Dessa forma foram reunidas algumas pessoas da comunidade com faixas etárias diferentes, entre homens e mulheres, para que descrevessem como era o local antes e após as plantações. Através dessa imagem, foi possível observar todas as mudanças que ocorreram na comunidade, além de ter sido um momento importante para aqueles que estavam ajudando na construção desse mapa, pois depois da imagem pronta, eles próprios perceberam o quanto a paisagem tanto natural, quanto dos próprios laços e vínculos comunitários mudaram a partir do momento que o eucalipto passou a fazer parte de suas vidas.

Assim como a metodologia utilizada na comunidade Canabrava, utilizamos a mesma na comunidade de São José do Buriti. Procuramos reunir pessoas de diferentes idades variando também entre homens e mulheres para que descrevessem todos os processos e momentos vividos pela comunidade. Através desse resgate os moradores puderam refletir sobre todo o impacto e mudanças causadas não só pela monocultura de eucalipto, como também dos grandes projetos agropecuários e da barragem que em conjunto com as plantações afetaram sob maneira o modo de vida e sobrevivência dessa localidade.

Ao propormos uma análise comparativa buscou-se apontar diferenças e semelhanças entre os processos que ocorrem nas duas situações de implantação de monocultura de eucalipto em análise.

Diante das particularidades de cada situação em exame, a comparação constitui uma estratégia importante para a investigação proposta.

De acordo com Franco (2000):

o princípio da comparação é a questão do outro, o reconhecimento do outro e de si mesmo através do outro. A comparação é um processo de perceber diferenças e semelhanças e de assumir valores nesta relação de reconhecimento de si próprio e do outro. Trata-se de compreender o outro a partir dele próprio e, por exclusão, reconhecer-se na diferença (FRANCO, 2000, p.200).

Ao reconhecer a situação conflitante de tais espaços, contextos e sujeitos envolvidos no processo, a comparação torna-se um método eficaz na medida em que estabelecemos particularidades exclusivas de cada momento permitindo uma análise ampla de um determinado contexto sobre o outro.

A interação com as comunidades a serem analisadas iniciou-se em encontros realizados durante o período de graduação da autora. O Encontro dos Atingidos pela Monocultura de Eucalipto realizado pela Rede Alerta contra o Deserto Verde em 2007, bem como o trabalho monográfico de conclusão da graduação em Serviço Social na UNIMONTES foram importantes elementos que permitiram conhecer melhor a realidade dos moradores de Canabrava, bem como a identificação e aproximação com sujeitos importantíssimos para o conhecimento histórico e cultural do lugar. Pessoas essas que se dispuseram de seu tempo para enriquecer o trabalho com suas falas e experiências de vida.

Foram também importantes as oportunidades de interagir com outros grupos de pesquisas ligados a essa temática, como o GESTA/UFGM (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais), o NINJA/ UFSJ (Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental) por meio da pesquisa Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais e também a participação como bolsista de iniciação científica do projeto de análise das políticas públicas de dinâmica socioambiental do entorno do parque estadual da mata seca da Rede Tropicdry⁴. A possibilidade de compartilhar com outros estudiosos sobre observações feitas em diversas comunidades tradicionais e rurais espalhadas por Minas proporcionaram vasto conhecimento sobre outras questões ligadas a grandes projetos com enormes impactos socioambientais,

⁴ A Rede Tropi-Dry realiza estudos em matas estacionais tropicais nas Américas, com o objetivo de promover novos conhecimentos sobre esse ecossistema e sua preservação. Atualmente, conta com a participação de pesquisadores de oito países: Canadá, Estados Unidos, Brasil, Costa Rica, México, Venezuela e Cuba. Apenas o Brasil possui 20 pesquisadores, todos da UFGM, Unimontes e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Disponível em: <http://www.ufmg.br/online/arquivos/005007.shtml>, acesso janeiro de 2012.

entre eles o caso da comunidade de Vereda Funda, encurralada pelo eucalipto, e São José do Buriti localizada em uma área de MDL.

A escolha em comparar essas duas dinâmicas do setor florestal foi fortalecida a partir do momento em que participei do projeto de Levantamento dos impactos socioambientais da Plantar. Tal projeto foi firmado entre o Centro de Agricultura Alternativa (CAA), o Centro de Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento Social do Extremo Sul da Bahia (CEPEDES) como extensão da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, com apoio do World Rainforest Movement (WRM) financiado pelo SIEMENPUU FOUNDATION da Finlândia. Este estudo me proporcionou compreender a situação da comunidade em um âmbito diferente dos analisados no Norte de Minas, pois além de ser uma região distinta, encontra-se inserido em um projeto com altas expectativas quanto a melhoria de um dos fatores que mais vem incomodando a sociedade, que são as mudanças climáticas.

Assim essa trajetória de estudos anteriores me permitiu ter uma compreensão melhor dos processos sociais em curso em Minas Gerais em favor dos grandes projetos agropecuários e florestais. Assim fui instigada a querer pesquisar melhor essa realidade da agricultura moderna em face da agricultura tradicional resistente a tantas gerações e que é uma característica dos lugares pesquisados.

Pretende-se, portanto contribuir com as discussões em torno das certificações de áreas monocultoras e do risco que os investimentos em projetos de tecnologias limpas no setor florestal podem representar se os princípios estabelecidos pelos próprios órgãos fiscalizadores não se efetivarem.

Compreendem-se as visitas de campo como um importante momento de compreensão e observação do lugar, e ótima fonte de dados. Foi em momentos como estes que se buscou conhecer os valores e tradições dessas comunidades, como também caracterizar o significado daqueles espaços. Foram realizadas 15 entrevistas entre moradores, poder público municipal e trabalhadores da empresa Plantar. Os entrevistados foram sendo escolhidos a partir de indicações dos moradores dos municípios estudados e pelas lideranças locais, além dos presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e gestores políticos, como vereadores e secretários.

Diante dessas impressões, o trabalho está organizado da seguinte forma: o texto foi composto de duas partes com dois capítulos cada uma. No primeiro momento discutiu-se a primeira dinâmica da expansão da monocultura de eucalipto no Norte de Minas Gerais e seu processo de carvoejamento para abastecer a indústria siderúrgica do centro do Estado. Os capítulos dessa primeira parte demonstraram um resgate histórico da monocultura no Brasil

até chegar aos maciços florestais no Norte de Minas Gerais. Perpassa-se também pelo processo de modernização do campo com análises das políticas de incorporação da região norte mineira ao projeto desenvolvimentista do país. Exemplificam-se os impactos dessas políticas com dois casos emblemáticos: o da comunidade Canabrava e Vereda Funda, ambas afetadas pela monocultura de eucalipto.

A segunda parte está constituída de mais dois capítulos demonstrando a nova dinâmica do setor florestal. Foi realizada uma abordagem sobre as certificações, créditos de carbono e os projetos de MDL, novas ferramentas encontradas pelas empresas de plantações de eucalipto a fim de garantir maiores lucros e garantir o marketing empresarial, o que vem de encontro aos anseios da sociedade em construir um ambiente saudável e sustentável. Demonstraram-se essas estratégias analisando o caso da empresa Plantar na região de Felixlândia, especificamente na comunidade de São José do Buriti.

Ainda oferecendo mais detalhes sobre o trabalho e o conteúdo discutido em cada capítulo, analisa-se primeiramente o contexto norte mineiro, palco principal das políticas de integração dessa região tida como atrasada a rota desenvolvimentista do país. Em meados das décadas de 1950-60 o Brasil passou por um processo de modernização da agricultura com a adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde (RIBEIRO, 2005), onde o uso de agrotóxicos e máquinas pesadas passaram a compor o quadro da agricultura brasileira. Com o processo de ocupação e a necessidade de expansão das fronteiras do desenvolvimento, tanto a Amazônia como o Cerrado, vistos como áreas vazias, passaram a atrair atenção de diversos setores que se encontravam em áreas já saturadas do Sul e Sudeste.

Anaya, Barbosa e Sampaio (2006) consideram que o Estado, baseado em políticas públicas do meio ambiente, impõe sobre espaços territoriais já habitados por povos tradicionais um tipo de organização espacial totalmente diferente, marcado pelo discurso da modernidade, rompendo a relação homem/natureza estabelecida por essas populações em nome de uma concepção de desenvolvimento.

Dessa forma, no primeiro capítulo tratam-se da expansão da monocultura de eucalipto, aspectos históricos, até chegar ao processo de modernização do campo no Norte de Minas Gerais.

No segundo capítulo analisam-se os efeitos das políticas públicas implantadas na região, nesse momento são observados os impactos ao modo de reprodução social de comunidades em áreas de plantio de eucalipto, nesse caso as comunidades de Canabrava e Vereda Funda, ambas afetadas pela dinâmica do eucalipto a fim de abastecer as siderúrgicas centrais do Estado. As análises empreendidas sobre essas comunidades partiram-se de estudos

bibliográficos e documentais de pesquisas já existentes, a saber: SILVA⁵ (2008) e BRITO⁶ (2006) respectivamente.

As famílias e as pessoas das duas comunidades apresentam uma relação de dependência da terra para sua sobrevivência, vivem basicamente da agricultura familiar e do extrativismo dos frutos do cerrado e hoje são, muitas vezes, forçados a saírem de suas terras ou então a venderem sua força de trabalho para empresas “reflorestadoras”. Isso parcialmente, visto o número mínimo de empregados contratados por essas empresas. Diegues (2000) ressalta que a expulsão desses povos de seu território nas últimas décadas tem produzido a desarticulação dos mesmos, que buscam se inserir nas sociedades urbano-industriais, perdendo cada vez mais suas tecnologias patrimoniais, bem como o acesso aos recursos naturais.

As condições topográficas favoráveis e o baixo preço das terras foram decisivos para a implantação dessas reflorestadoras, seja como produtora do termo-redutor carvão vegetal, seja como fonte energética ou matéria-prima para vários segmentos industriais. Essas são características do que se denomina nesse trabalho de primeiro ciclo de expansão da monocultura. Tal ciclo foi implantado como o objetivo de abastecer as siderúrgicas situadas no centro do Estado com matérias-prima advindas das extensas plantações do Norte de Minas Gerais, resultado de políticas de integração regional e do cenário de modernização do campo intervindo pelo Estado.

Apontamos, a partir de então, a desvalorização dos processos culturais da região, através dos grandes subsídios estatais às empresas monocultoras de eucalipto. Desde então a atuação do poder público vem privilegiando o modelo de desenvolvimento que ignora os processos ecológicos e também as necessidades das pessoas que sobreviviam da agricultura baseada no cultivo tradicional.

No terceiro capítulo, já na segunda parte do trabalho, temos como base autores como Laschefski (2005, 2010) e Bianchi (2003), estudiosos dos processos de certificações e mudanças climáticas. O segundo ciclo de expansão das plantações de eucalipto é abordado no contexto da valorização das crises ambientais, tema central dos maiores debates mundial e uma das principais preocupações contemporâneas. Nesse momento, discute-se a trajetória e os avanços dos discursos ambientais. Procura-se enfocar o paradoxo que representa as

⁵ SILVA, Tathiane Paraíso da. Direitos Humanos e a Monocultura de eucalipto: uma análise da comunidade Canabrava – Norte de Minas Gerais. Trabalho de conclusão de curso, Montes Claros, 2008.

⁶ BRITO, Isabel Cristina Barbosa. Comunidade, Território e Complexo Florestal Industrial: o caso de Vereda Funda, Norte de Minas Gerais. Dissertação de mestrado, Montes Claros, maio de 2006.

certificações e selos ambientais, o que revela muitas vezes, ações tendenciosas de marketing, além do descumprimento de princípios básicos dos órgãos responsáveis em credenciar essas empresas, nesse caso os princípios do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal – FSC Brasil.

Uma análise do projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo foi realizado, em virtude de a empresa analisada ser a primeira no país a conseguir tais recursos. Mais uma vez será feito o questionamento se esse projeto vai além do “discurso verde”, proferido pela empresa. Analisa-se como os sujeitos envolvidos nesse processo, nesse caso a comunidade de São José do Buriti, tem se beneficiado ou não desse instrumento.

Para finalizar, no quarto capítulo analisa-se o caso da empresa Plantar Empreendimentos e da comunidade de São José do Buriti, no município de Felixlândia-MG. Nessa ocasião examina-se a certificação e a prática do empreendimento de carbonização, seu processo de certificação, seus princípios e requisitos, no âmbito da aprovação do projeto MDL na comunidade de São José do Buriti. Para isso, foi fundamental compreender a história da comunidade, identificar o modo de vida local, os processos de uso e apropriação dos recursos naturais antes e após a instalação do projeto. Além disso, caracterizamos a empresa: quem é, onde atua, os impactos e/ou conflitos com a comunidade.

A empresa Plantar se destaca nesse cenário por ser uma das principais empresas, num universo de, aproximadamente 200 em Minas Gerais que exploram o plantio do eucalipto e pioneira quanto a captação de recursos junto ao Fundo Protótipo de Carbono (PCF).

Com quase 2 milhões de hectares de eucalipto, o estado de Minas Gerais é o estado com mais monocultura dessa espécie do Brasil. A maioria das empresas em Minas Gerais planta eucalipto para produzir carvão vegetal que serve como fonte energética para a produção de ferro gusa e agora passa a investir também na comercialização de carbono.

Faz-se necessário analisar portanto, o projeto ao qual a empresa está inserida bem como a expansão de investimentos de projetos com essa finalidade, pois

não adianta criar sumidoro de carbono aqui no Brasil e manter o padrão de desenvolvimento dos países do Norte. Tem que debater o modelo de desenvolvimento, as iniciativas de enfrentamento das mudanças climáticas não podem simplesmente se acomodar com o modelo de desenvolvimento global que está posto, é preciso enfrentar as origens do problema” (Augusto Santiago Caju, assessor de projetos da CESE)⁷.

⁷ Dito no Encontro sobre Populações Tradicionais e Mudanças Climáticas - Salvador / Cese, 2011

Procurou-se nas considerações finais, além de analisar os resultados, refletir sobre novas posições, através das especificidades de cada situação em exame, contextualizando os elementos discutidos e práticas em torno das certificações e projetos de tecnologias limpa.

Dessa forma, espera-se contribuir com o reconhecimento e a visibilidade dos processos vivenciados por essas comunidades espacialmente segregadas, com o intuito de valorização dos saberes e lutas dessas populações reconhecendo suas contribuições na luta pela manutenção e preservação dos recursos naturais e suas tradições.

PARTE 1

*VELHA DINÂMICA DE IMPLANTAÇÃO DA MONOCULTURA DE EUCALIPTO NO
NORTE DE MINAS GERAIS*

CAPÍTULO 1

PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO DO CAMPO: DOS MAÇIÇOS FLORESTAIS ÀS SIDERÚRGICAS EM MINAS GERAIS

Neste primeiro capítulo a monocultura do eucalipto é vista como vetor de impulso do carvoejamento na região Norte de Minas Gerais, região até então tida pelos gestores políticos como vazio econômico, para abastecimento da indústria siderúrgica instalada no Estado. A década de 1970 foi o marco inicial dessa dinâmica a partir do momento em que políticas públicas de integração regional passaram a atuar incisivamente para que o Norte de Minas Gerais se agregasse a rota de desenvolvimento econômico do país.

Desde sua colonização, o Brasil possui um grande histórico de desigualdade regional de produção e renda. A concentração socioeconômica ao longo do litoral e do Centro Sul contrasta com a realidade das regiões Norte e Nordeste, devido a inúmeros fatores como o pouco nível de investimentos em educação e urbanização entre outros que desfavorecem essas regiões. Nas décadas de 1950, 1960 e 1970 organizaram-se iniciativas de desenvolvimento regional em âmbito nacional para reverter as tendências demográficas, econômicas e sociais indesejadas (BRASIL,2008) e os investimentos públicos foram fundamentais para alcançar essas áreas pouco atrativas aos industriais.

No primeiro momento este capítulo tratará dos aspectos históricos da monocultura, que desde o período colonial vem moldando o país e impulsionando na geração de riquezas, que perdura até os mais novos modelos desenvolvimentistas. Nesta parte contextualizaremos desde a monocultura da cana até a expansão de outras plantações, dando foco especial ao eucalipto que foi o principal produto utilizado na integração de novas áreas à rota desenvolvimentista do país.

Destacaremos as políticas de desenvolvimento regional e o cenário de modernização do campo especificamente no Norte de Minas Gerais por historicamente ser uma região marcada por sua especificidade cultural dividida entre o tradicional e o moderno e por ser uma das principais regiões afetadas pela monocultura, implementada principalmente pelas políticas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, iniciando assim um período onde o complexo industrial passou a comandar os processos de produção na agricultura.

A partir desse momento analisaremos o que estamos chamando da primeira dinâmica de expansão das plantações de eucalipto. A siderurgia tornou-se importante setor para a economia brasileira, e o ferro gusa, matéria-prima do aço, foi o motor de impulso para o

avanço crescente do eucalipto, pois o carvão vegetal era o principal produto impetrado pelas siderurgias. O texto mostrará a evolução da expansão das plantações do eucalipto na medida em que expandia-se também o setor siderúrgico que em pouco tempo se consolidou e se posicionou entre as mais competitivas do mundo.

1.1-ASPECTOS HISTÓRICOS DA MONOCULTURA: HERANÇA COLONIAL DA LÓGICA DE APROPRIAÇÃO DE TERRAS

O Brasil é um país marcado por constantes transformações e contrastes regionais. Desde a sua colonização a concepção de desenvolvimento vem satisfazendo os objetivos de uma classe dominante que compete diretamente com os recursos naturais representando desde o início, substituições de culturas tradicionais por modelos baseados principalmente para a exportação.

A exploração do território brasileiro em busca de metais preciosos era um dos principais objetivos de Portugal. O sistema de sesmarias foi o primeiro regime de distribuição de terras em solos brasileiros, representando uma maneira de apropriação e povoamento do território, como também uma forma de recompensa dada aos nobres pela coroa portuguesa. A partir daí, devido as experiências e as técnicas na produção de açúcar, aliados às boas condições do clima e do solo brasileiro, houve um intenso apoio por parte da coroa portuguesa ao plantio da cana de açúcar, que possuía um grande valor comercial⁸ (BRITO, 2006).

A cana de açúcar, portanto tornou-se o primeiro sistema agrícola baseado na monocultura desenvolvido no Brasil, são as chamadas *plantations*. Esse sistema segundo Brito (2006, p.20) “inicialmente constituiu-se baseado em 3 elementos: a monocultura, o latifúndio e a força de trabalho escrava”. A partir daí intensificava-se o processo de exploração das colônias e também avivava as contradições regionais, visto que a produção da cana geralmente concentrava-se nas zonas costeiras.

O Brasil ficou totalmente dependente da cana-de-açúcar, a terra tornou-se objeto de compra e venda desenvolvido principalmente com a lei de terras de 1850 (lei nº601/1850), tornando a via de posse ilegal⁹, pois, a posse era a única maneira de apropriação das terras

⁸ O Engenho de cana-de-açúcar é considerado o primeiro tipo de domínio latifundiário associado à monocultura (BRITO, 2006, p.23)

⁹ Após o regime de sesmarias, a posse livre de terras passou a perdurar no país até a lei de terras de 1850.

públicas. Com essa lei, as terras só poderiam ser ocupadas pela compra e venda, o que representava para o Estado um espaço de relacionamento com os proprietários.

A monocultura desde então transformou a economia e a sociedade brasileira,

vinculada à ocupação do território brasileiro desde os primórdios da colonização portuguesa, a produção monocultora representou os interesses do Estado absolutista português, principalmente em seus aspectos econômicos na produção de gêneros tropicais e de domínio sobre o novo território anexado. (BRITO, 2006, p.19)

No entanto, não trataremos nesse trabalho da história colonial brasileira. Esses breves comentários convieram para entendermos que a cultura agrícola de apenas uma especialidade não é um processo inovador no Brasil, nem tão pouco partiu do governo desenvolvimentista adotado no país. É um processo que está enraizado desde o período colonial que moveu e continua movendo a economia brasileira, hoje não só com a indústria canavieira, mais também com tantos outros produtos agrícolas.

Entendemos que a trajetória de apropriação de terras no Brasil foi um processo que oscilava entre propriedades privadas e comuns, na maioria das vezes subordinado aos interesses externos, consolidado pela monocultura da cana-de-açúcar, que deixou de herança um país paternalista e dependente do latifúndio, marcas que acompanham o Brasil contemporâneo.

A cultura exclusiva de um único produto, como observado, foi e continua sendo um modelo que vem moldando o país desde o período colonial. A “produção monocultora representou os interesses do Estado absolutista português, sobretudo os interesses econômicos na produção de gêneros tropicais e de domínio sobre o novo território anexado” (BRITO, 2006, p. 21), como é o caso das grandes lavouras de cana-de-açúcar, café e tantos outros produtos que permanecem até hoje. Atualmente continua sendo uma produção representativa dos interesses principalmente das grandes empresas capitalistas e também do Estado.

Restringe-se o uso do termo monocultura ao entendimento das linhas básicas de um sistema que caracterizou o Brasil no período colonial e após sua independência, durante o império. Essas linhas básicas são predomínio e não exclusividade, da grande propriedade, dos vínculos externos através de poucos produtos exportáveis e da escravidão (MOTTA, 2005, p.315).

A monocultura ao longo dos tempos consolidou-se como atividade de alto lucro e impulsionador na geração de riquezas, foi assim no período colonial e perdura até os dias

atuais mesmo após a independência. Para Caio Prado Jr (1942 apud MOTTA, 2005, p.315) “a monocultura foi definida com traços muito claros dentro de um complexo maior: o do mercantilismo e as relações de troca desigual do Brasil com o mercado externo”. O Brasil, portanto passou a ser uma atrativa empresa geradora de lucros.

Desde então, as tendências de expansão do consumo e conseqüentemente dos processos industriais vem ocasionando desajustes ambientais de proporções muitas vezes irreversíveis. O processo de acumulação e consumismo originado pela revolução industrial provocou um pseudo progresso onde as conseqüências são claramente visíveis. Parte-se da consciência que para cada ação há uma reação, logo, todas as catástrofes ambientais representam as conseqüências e uma reação da natureza às ações antrópicas sobre esse meio.

Conforme aumentavam as necessidades humanas materiais, crescia também o processo de degradação dos recursos naturais para atender a esse conjunto de demandas surgidas ou impostas pelo modo de produção capitalista. Assim aumentavam também os conflitos pela posse de terras, e conseqüentemente, o domínio sobre os recursos naturais existentes.

A dinâmica de evolução do consumo e indústria elevou as análises argumentativas de cunho econômico como único fator de desenvolvimento, não considerando todo o contexto social do lugar “escolhido” a ser essa fonte de riquezas. Deu-se inicio a uma era de modernização e expansão do capitalismo a áreas tidas como atrasadas e pouco desfrutada (ou degradada) economicamente.

Trataremos a partir de agora especificamente dos processos de modernização do Norte de Minas Gerais por ser uma das principais regiões afetadas por esse modelo monocultor principalmente a partir da década de 1960, que abordaremos nos subitens seqüentes, onde as plantações de cana abriram passagem para novos produtos estruturante do sistema capitalista.

Torna-se visível que alguns modos de produção econômicos afetam diretamente o meio ambiente, portanto também as formas de reprodução social de cada sociedade, influenciando em suas culturas e tradições. No Norte de Minas Gerais não foi diferente, as formas comunais de apropriação de terras sempre estiveram presentes,

no Brasil, desde os tempos da colonização se foram estruturando, além da propriedade privada, formas comunais de apropriação e uso da terra e dos recursos nela existentes. Um exemplo são os regimes comunais que existiram e ainda existem no norte de Minas (POZO, 2002, p.4)

A região teve sua formação econômica, associada à agroexportação, abastecendo outros estados com bovinos e derivados além da agricultura de subsistência e outras atividades voltadas para a agroexportação como o algodão e a cortiça de árvores dos cerrados. O desenvolvimento industrial era quase nulo, com algumas unidades de indústrias de bebidas, alimentos e têxtil.

Para Gonçalves (2000, p.19) “a apropriação/conquista da região do Norte de Minas deve ser entendida como parte do processo de expansão do colonialismo mercantil português”. Contextualizando esse lugar, quando falamos no Norte de Minas Gerais, não estamos considerando apenas a porção Norte do Estado, mas também sua dimensão social e ecológica.

Assim, os limites da região do Norte de Minas delimitam uma paisagem que possui um espaço e se constitui como um lugar de pertencimento. Este possibilita distinguir as populações locais como um “nós” e as outras populações como um “outro”, delimitando um dentro e um fora, ao mesmo tempo em que alimenta as imagens e representações auto-referenciadas ou construídas contrastivamente com outras sociedades que não a norte mineira (LESSA, 2007, p.26).

Historicamente a região é marcada por sua especificidade cultural dividida entre o tradicional e o moderno, marcada por inúmeras comunidades tradicionais, como os quilombolas, indígenas, vazanteiros, geraizeiros entre outras. Populações que possuem uma outra racionalidade sobre apropriação e uso dos recursos, contrastando com os grandes latifúndios presente também na região, herança deixada do período colonial.

De acordo com Prado Jr. (1992), o processo inicial de ocupação do Norte de Minas Gerais foi dado pela criação de gados, devido principalmente a expedição do bandeirante Matias Cardoso, que teve um importante papel na ocupação dessa região.

Esta parte de Minas é, geográfica e historicamente, um prolongamento da Bahia. Foi povoada pelas fazendas de gado que subiram no séc. XVII as margens do São Francisco, alcançando já nesta fase o seu afluente no rio das Velhas. E muito antes de se formar o que seria Minas Gerais, cujo contingente maior e característico de povoadores viria do sul, o norte já se achava ocupado pelos baianos (PRADO JR., 1992, p.197).

Desde o período colonial a “degradação ambiental associada às desigualdades sociais tem sido elementos constitutivos do processo de desenvolvimento rural dos países da América Latina” (POZO, 2002, p.1), primeiro com a expansão da pecuária e agricultura (bandeirantes

paulistas, a corrida pelo ouro e a necessidade de expansão das fronteiras econômicas do país - “preocupação com as desigualdades regionais”), logo depois o processo de industrialização - as grandes empresas capitalistas (incentivos aos projetos agropecuários e de monocultura de eucalipto), o que conseqüentemente trouxe impactos para toda a sociedade, principalmente às comunidades que dependem da terra para prover seu sustento e que se viram obrigados ceder a esse processo desenvolvimentista, sendo essa uma política econômica voltada apenas para o crescimento principalmente industrial originárias do consumo em excesso, ou seja, uma política de resultados, práticas essencialmente do sistema capitalista.

No Norte de Minas Gerais, vários processos sociais em curso necessitam de melhor análise e entendimento. Um desses é o contexto social em que se inserem as comunidades rurais que tiveram seus espaços ocupados por diversos empreendimentos agropecuários e florestais.

As grandes empresas “reflorestadoras”¹⁰ juntamente com as modernas fazendas de gado, disputam hoje espaços com diversas comunidades baseada em formas tradicionais de apropriação e uso dos recursos naturais compondo assim o atual universo agrário nortemineiro.

A silvicultura, que foi a principal atividade responsável pelas transformações econômicas, sociais, culturais e ambientais da região, segundo a AMS- Associação Mineira de Silvicultura, é definida

como a ciência dedicada ao estudo de métodos de implantação, manutenção e uso racional dos povoamentos florestais com vistas a atender às demandas do mercado. Numa definição bem prática, a silvicultura pode ser entendida como o cultivo de árvores para os mais diversos fins (CALAIS, 2010).

Através dessa definição, sistematizada principalmente pelo gênero *Eucalyptus*, percebemos que o mercado e o padrão de lucro e desenvolvimento no qual se inserem a lógica dessas empresas têm direcionado o atual cenário do Norte de Minas Gerais para a supressão dos recursos naturais ainda existente, com extensas plantações de eucalipto destinados principalmente à produção de carvão vegetal usado na siderurgia.

As décadas de 1960 e 1970 representam um marco histórico na política brasileira como um todo e principalmente em Minas Gerais, “em favor da difusão de um discurso a favor do progresso, que percebia o agro brasileiro como um entrave ao desenvolvimento

¹⁰ Termo criado pelas empresas para obterem maior aceitação pela sociedade, visto que floresta remete a diversidade natural, o que não é o caso da monocultura.

nacional. A distribuição de créditos e o acesso às políticas de incentivo não foram homogêneos” (COSENZA, 2005, p,43). Tais políticas serão analisadas detalhadamente a partir de agora.

1.2-DESENVOLVIMENTO RURAL E INTERVENÇÃO ESTATAL: CENÁRIOS DA MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NO NORTE DE MINAS GERAIS

Em meados das décadas de 1950-1960 o Brasil passou por um processo de modernização da agricultura com a adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde (RIBEIRO, 2005), onde o uso de agrotóxicos e máquinas passou a compor o quadro da agricultura brasileira. Essa modernização segundo Silva (1982) surgiu como solução para o aumento da produtividade e renda, conseqüentemente solucionador de problemas quanto a geração de emprego, que devido a esse pacote tecnológico, reduziu a oportunidade de empregos que existia a apenas um número limitado de trabalhadores. O Estado passou então a ser formulador das políticas que aceleraram esse processo de modernização, através principalmente dos créditos rurais.

Com o processo de ocupação e a necessidade de expansão das fronteiras da modernização e do desenvolvimento, tanto a Amazônia como o Cerrado, vistos como áreas vazias, passaram a atrair atenção de diversos setores que se encontravam em áreas já saturadas do Sul e Sudeste.

Como o Cerrado apresentava um quadro ambiental muito menos conhecido ou reconhecido pela sociedade em geral, em detrimento do que representava a Amazônia a nível nacional e internacional, a região norte mineira passou a ser uma área atrativa para diversos tipos de investimentos, afetando diretamente as populações que já habitavam a região dificultando a sobrevivência deste segmento social. Como descreve Ribeiro (2005, p.174) “aquele bioma, com suas árvores pequenas e tortas, não representava, aos olhos da opinião pública, o mesmo efeito grandioso da imensidão verde das florestas tropicais da região Norte”. E foi essa visão que norteou toda a trajetória de implementação de programas, projetos, infra-estruturas e demais investimentos para o chamado desenvolvimento do sertão, apoiado pelo governo até por razões supostamente ambientais como também descreve Pozo (2002) que afirma que seria uma boa alternativa à ocupação da Amazônia.

Dava-se início às transformações não somente na agricultura, mas também no campo sócio-econômico e cultural da região. As comunidades rurais e urbanas dessas áreas sofreram grandes impactos principalmente porque afetou o modo como essas populações viviam. As

formas de manejo e cultivo dessas entraram em choque com os modelos impostos e as mudanças suscitadas pelos projetos governamentais e empresariais.

Gonçalves (2000, p.20) chama atenção para o reconhecimento das graves conseqüências histórico-políticas de ações que sempre “ignoraram toda a tradição das matrizes de racionalidade de outras populações que aqui existiram”, afirmação feita não somente às racionalidades das populações norte mineiras, mas de todas que existiam no Brasil colônia. Para ele,

tal silêncio é, ainda responsável por um dos grandes mitos de invenção portuguesa, que é o de “vazio demográfico” da colônia. Este mito é de uma tal inversão da realidade que foi capaz de ignorar que a população da colônia era, no mínimo, oito vezes maior que a da metrópole. No entanto, se era um vazio demográfico estava, de antemão, justificada a ocupação (GONÇALVES, 2000, p.20).

Foi seguindo essa tradição histórica de justificativas para ocupação de terras tidas como “vazias” que o Norte de Minas Gerais tornou-se moldado ao modelo desenvolvimentista disseminado no país. Na tentativa de incorporação dessas áreas com pouco potencial de investimento, o governo federal baseou suas ações em incentivos voltados para a criação de novas políticas de desenvolvimento abalizada principalmente no setor industrial e agroexportador.

Como já apresentado, o Brasil desde o período colonial possui um quadro de desigualdade regional muito grande. Portanto, o caminho alternativo viável para a promoção do desenvolvimento econômico e social de uma região seria o de estimular os potenciais e fortalecer a estrutura social do lugar. No entanto percebemos que a concepção de desenvolvimento geralmente satisfaz os objetivos de uma classe dominante que competem com os recursos naturais (atualmente escassos), com total apoio e incentivo do Estado.

A propagação de que essas áreas precisavam ser “desenvolvidas” justificou a presença de empreendimentos e indústrias na região, que passou a comandar todas as ações, programas e projetos governamentais. Para Rist (2002) as imagens associadas ao desenvolvimento variam do ponto de vista analisado, pois para ele se adotarmos o ponto de vista do “desenvolvedor”, consistiria em um comprometimento em promover a felicidade geral e solucionar os problemas da humanidade satisfazendo suas necessidades, (geralmente essa é a idéia hegemônica quando usa-se o termo), mas se formos olhar do ponto de vista do “desenvolvido”, perceberemos que ele será forçado a modificar suas relações sociais e suas relações com a natureza para entrar no novo mundo prometido.

A realidade do campo no Norte de Minas Gerais, contradiz o valor positivo e às expectativas do pensamento desenvolvimentista, uma vez que essas comunidades têm sido resignado a esse modelo, onde o Estado atua decisivamente. Torna-se um conjunto de práticas conflituosas, que requerem inúmeras transformações no relacionamento humano e com o meio ambiente onde se está inserido, remetendo o conceito a mudanças. Assim, “a idéia de desenvolvimento articula-se, numa direção, com o conceito de eficiência, e noutra com o de riqueza. As formas mais racionais de comportamento correspondem uma satisfação mais plena das necessidades humanas” (FURTADO, 1981, p.41).

Apesar de nesse trabalho estarmos focalizando as transformações do campo no Norte de Minas, a abordagem globalizante das práticas capitalistas não nos permite focarmos somente determinadas regiões. O quarto ponto do discurso do presidente Truman foi o pontapé inicial para a “era desenvolvimento”¹¹ que estamos chamando atenção.

Desde o pronunciamento da palavra “subdesenvolvido”, Truman deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo, que desde então, passou a ser usado para referir-se a hegemonia norte-americana, por outro lado reduziu o resto do mundo a condições de atrasados e dependentes (ESTEVA, 2000). Para o mesmo autor, “a metáfora do desenvolvimento deu hegemonia global a uma genealogia da história puramente ocidental, roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social” (ESTEVA, 2000, p.63). É como dizer para essas culturas que o mundo capitalista não se beneficia (ou não tira lucro) de suas práticas e tradições.

A partir daí surgiram inúmeros conceitos dados ao termo e tornou-se possível pensar em mudanças, transformar regiões até que essas alcançassem o patamar dos “países desenvolvidos”, pois não bastava apenas o crescimento, mas sim o desenvolvimento, apesar de na maioria das vezes só darem valor aos números estatísticos de crescimento sem portanto analisar a efetividade e a qualidade do aumento.

Para os primeiros defensores do termo, o desenvolvimento só seria alcançado se houvesse crescimento econômico, o social e o econômico não se misturavam. Com o tempo percebeu-se que não teria como ignorar as conseqüências sociais dessa economia crescente surgiu então o conceito de desenvolvimento social, “expressão que apareceu sem qualquer definição, como um complemento vago para desenvolvimento econômico e como um substituto para a noção estática de situação social” (ESTEVA, 2000, p.67). Os componentes econômicos e sociais a partir daí passaram a integrar as políticas e programas dos governos.

¹¹ Ver sobre o assunto Esteva (2006).

As idéias globais de desenvolvimento são bastante úteis para pensarmos a realidade regional, devido principalmente à crescente integração das economias. Destaca-se, portanto, iniciativas de desenvolvimento integrado dessas regiões periféricas aos modelos de desenvolvimentos dos grandes centros industriais, considerando importantes elementos que ajudaram essas regiões a fazerem parte desse cenário de avanço industrial, como por exemplo, a influência política.

Os projetos de desenvolvimento regionais,

derivam fundamentalmente de razões político-estratégicas de cunho nacional, uma vez que, pela sua situação de desvantagem, tais regiões geralmente não dispõem de condições próprias, nem econômicas nem políticas, para encetar esforços consistentes de recuperação do atraso (DULCI, 1999, p.29).

Para tal, foi necessário planejar políticas de integração dessas áreas periféricas uma vez que, segundo Escobar (2000, p.211), “o planejamento implica a certeza de que mudanças sociais podem ser forjadas e dirigidas, ou até produzidas quando desejadas”. Com isso, acreditava-se que um planejamento adequado para essas regiões significaria progredir e assim desfrutaria os “benefícios do desenvolvimento”.

Foi o que sobreveio em Minas Gerais, onde num primeiro momento, predominou o projeto de uma economia altamente diferenciada, com uma agropecuária forte como base de uma indústria que se desejava dinamizar. Num segundo momento, ganhou saliência a especialização produtiva: os esforços se concentraram na expansão da indústria, e dentro desta, no setor de produtos intermediários (DULCI, 2000). Dois modelos que não dispensavam o emprego de recursos públicos, altamente investido.

Já o Norte de Minas Gerais, antes que a região sofresse com o processo de modernização da agricultura, tinha uma população predominantemente rural. Segundo dados do IBGE, só no município de Montes Claros na década de 1960 a população rural era de 85.971 mil habitantes, bem maior que a área urbana que correspondia a uma população de 46.502 mil habitantes. Em várias localidades havia dificuldades de transporte com estradas precárias, limitando sua produção apenas a subsistência. O Estado teve então que intervir na tentativa de integrar essas áreas isoladas ao curso do “desenvolvimento” e explorar ao máximo as potencialidades do lugar.

As conseqüências têm sido observadas com mais ênfase a partir da década de 1970 quando, através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE - foram

implantados na região projetos que atuavam na perspectiva de quatro pilares fundamentais: agricultura/fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária extensiva e monocultura de algodão (BARBOSA; FEITOSA, 2005). Eram necessárias grandes obras para atraírem grandes investimentos resultando no retorno econômico a médio e longo prazo.

Como o Norte de Minas Gerais não se enquadrava na organização sócio-espacial nem do açúcar nem do ouro, os derivados agropecuários foram os primeiros atrativos para se ocupar os sertões. Até que ao início das décadas de 1960 e 1970 os grandes latifundiários se renderam ao desenvolvimento e se transformaram em grandes empresas rurais estimuladas pelo governo com a concessão de inúmeros incentivos fiscais e terras públicas.

Os latifúndios, considerados improdutivos, tal como prescreve o Estatuto da Terra de 1964, deveriam se modernizar, ou seja, se transformar em empresas rurais, não importando que sobre a mesma estrutura de propriedade concentrada da terra. Os incentivos governamentais sob a forma de isenção fiscal ou de concessão de terras públicas, gerais, foram colocados a disposição de empresários que abraçaram essa ideologia modernizadora (GONÇALVES, 2000, p.25).

Iniciou-se assim um novo ciclo onde o complexo industrial passou a comandar os processos de produção na agricultura, determinando uma crescente massa de produtores pauperizados, e por outro lado mantendo o latifúndio que cada vez mais se transformavam em modernas empresas.

As formas tradicionais de exploração da força de trabalho rural dão lugar a novas formas de produção, onde a mais valia relativa e a capacidade de capitalização da pequena produção se transforma no centro da reestruturação das relações de produção (SORJ, 1980, p.12).

O Norte de Minas Gerais passou assim a representar uma adequação aos modelos das sociedades industriais, o que desvalorizou os processos culturais da região, através de grandes subsídios estatais, pois tais incentivos dado aos complexos industriais instalados na região modificaram sobremaneira o cenário rural e a importância do lugar, das formas tradicionais de agricultura, valores e crenças dessa população que atualmente se vêem sem perspectivas de mecanismos próprios de reprodução de suas condições sociais.

No intuito de desenvolver o Nordeste, a Sudene foi um órgão criado não somente com a intenção de combater a seca, tinha como objetivo atrair investimentos industriais para a região e assim ultrapassar as barreiras dos pólos industriais do Sul e Sudeste.

Em 1958 Celso Furtado foi chamado para dirigir a Superintendência porque para o governo o Nordeste estava indo para direção contrária ao desenvolvimento e Furtado seria quem melhor entendia de planejamento e conhecia bem a região¹².

A indústria da seca beneficiava certos grupos de políticos e latifundiários que a utilizavam para obter recursos públicos a pretexto de combatê-la e se beneficiar com isso. Para Furtado (1998, p.18) “o Nordeste tem um inverno razoável, mas sua estrutura social é muito frágil, porque depende diretamente da agricultura”. Com isso, a elite nordestina era contra aos projetos da Sudene, principalmente contra a lei de irrigação, justamente porque mexia na estrutura agrária, visto que esse projeto propunha basicamente o controle do uso do solo, que permitiria a divisão de renda. Essas ações criariam condições de emprego para a população do semi-árido em outras áreas, democratizando também o acesso a terra (FURTADO, 1998).

Para concretizar tais projetos, foram necessárias grandes transformações vitais para o sistema econômico. Segundo Polanyi (2000) trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria organizados em mercados. A terra passa a ser vista como mera transação mercantil e, dessa forma, a busca pelo desenvolvimento provocou mudanças significativas, tanto sociais como econômicas e ambientais, pois foi um modelo de desenvolvimento que não respeitou as potencialidades e as especificidades da região, o que conseqüentemente trouxe impactos principalmente para as comunidades rurais, visto que mantinham práticas tradicionais tidas como rudimentares e arcaicas.

A valorização da terra exerceu enorme influência sobre os pequenos proprietários rurais, que pressionados, as vendiam para os maiores produtores. Portanto, até fins da década de 1960 deu-se “um processo de atomização da pequena propriedade, é possível que esta tendência tenha-se revertido parcialmente graças a um processo de concentração e fortalecimento da pequena e média propriedade” (SORJ, 1980, p.54), propriedades que foram se transformando em modernas fazendas e a “pequena produção por sua vez ou é marginalizada ou se integra ao complexo industrial, gerando uma camada de pequenos produtores capitalizados” (SORJ, 2000, p.12).

Essas transformações exigiram maior atuação do Estado, que proporcionou inúmeras facilidades principalmente para as empresas agroindustriais integradas¹³, que atraídas pela

¹²Celso Furtado escreve com autonomia pelo fato de ser nordestino, nascido na Paraíba, e ser profundo conhecedor da região pela sua vivência e estudos sobre o semi-árido nordestino.

¹³ Essas empresas refletem a necessidade das indústrias assegurarem o abastecimento de produtos, e especialmente, de poderem assegurar um mínimo de matéria-prima a preços fixos, independente das flutuações do mercado (SORJ, 2000, p.48)

possibilidade de usufruir toda infra-estrutura oferecida, e pelos preços e abundância das terras, se instalaram na região e passou a interessar os grandes grupos capitalistas nacionais e estrangeiros.

Diferentemente do resto do país onde a intervenção do estado reforçou determinadas tendências e ideologias modernizadoras, na região norte de Minas Gerais, a intervenção transferiu, financiou e praticamente criou as condições de instalação e reprodução do capital por meio de empresas rurais e empresas de reflorestamento, determinando também as formas como se daria a exploração do trabalho e indicando quem seriam os beneficiários deste processo (MACHADO, RIBEIRO E SILVA 1987, p.9, apud POZO, 2002, p.118).

Dessa forma, na tentativa de fortalecer os pequenos e médios proprietários, que foram os que receberam maior carga de danos em todo esse processo, o Estado ofereceu apoio sistemático de linhas de créditos e serviços. Segundo Sorj (2000) a política de crédito agrícola tem dois aspectos básicos:

por um lado visa modernizar as forças produtivas, e desse ponto de vista pode ser considerado como um crédito para o conjunto do complexo agroindustrial que, como veremos, se favorece mais do crédito rural do que o próprio setor agrícola. E por outro lado, trata de compensar a política de controle de preços sendo uma transferência de renda especialmente para os médios e grandes produtores, que tem maiores condições de reagir contra essa política (SORJ, 2000, p.89).

Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR (BRASIL, 2008) os incentivos fiscais são concedidos para empresas instaladas nas áreas de atuação das antigas Sudam e Sudene, nas seguintes modalidades: i) redução do imposto sobre a renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração; ii) aplicação de parcela do imposto de renda em depósitos para reinvestimento; iii) isenção do IOF nas operações de câmbio para importação de bens; iv) isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); v) maior incentivo para contratação no exterior de assistência técnica ou científica e de serviços especializados; vi) maior subvenção do valor da remuneração de pesquisadores, titulados como mestres ou doutores; vii) depreciação acelerada incentivada; viii) desconto, no prazo de 12 meses, contados da aquisição dos bens, dos créditos da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

Contudo, a elite agrária, representada pelos grandes e médios fazendeiros, não opunha ao eixo industrial de desenvolvimento regional, até porque o Estado também atuou com políticas compensatórias para agricultura e pecuária, e também favoreceu o surgimento de cooperativas, mesmo que sendo uma forma de controle por parte do Estado. A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), por exemplo, passou a ser controladora direta de cooperativas e sócia de estabelecimentos agroindustriais, mediando a integração da pequena produção com a agroindústria, quando não atuava diretamente como geradora de estabelecimentos agroindustriais integrados, não possibilitando aos pequenos produtores capacidade e autonomia de se organizarem (SORJ, 2000).

Percebe-se que o impulso dado pelos fundos de financiamento foram os principais instrumentos de fomento de desenvolvimento regional, cujos recursos originam da aplicação de parte do imposto de renda das empresas e são destinados ao fomento de empreendimentos relevantes ao desenvolvimento regional (BRASIL, 2008).

Os pequenos produtores foram os que menos se beneficiaram das políticas de créditos oferecidas pelo Estado, pois não foi distribuída de maneira igual e foram utilizadas basicamente pelos médios e grandes proprietários, visto que esses contraíam maiores créditos principalmente para produtos de exportação e/ou transformação industrial (de maior lucratividade) devido justamente à utilização de maiores proporções de insumos modernos e que requeriam maior mecanização para esse tipo de cultura. Diferente dos incentivos às culturas tradicionais (basicamente produtos alimentícios). “Não é coincidência, portanto, verificar que as culturas “modernas” tem uma lucratividade maior que as tradicionais” (SILVA, 1982, p.30).

Foi então uma política em grande parte frustrante “devido a imposição dos interesses dos grandes proprietários, embora tenha sido tentada primeiro com o Proterra¹⁴ e posteriormente como Polonordeste¹⁵, este último com apoio ativo do Banco Mundial” (SORJ, 2000, p.75). Mais sem dúvida foi um grande impulsionador do processo de modernização.

No caso brasileiro fica mais ou menos claro por que as políticas de estímulo à modernização não atingiram as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que dedicam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade. (SILVA, 1982, p.30)

¹⁴ Proterra- principal fonte de crédito rural (SORJ, 2000, p.102)

¹⁵ Polonordeste- Programa de desenvolvimento de áreas integradas do Nordeste, instituído em 1974.

A partir da análise feita sobre tais ações estatais sobre a ótica da política de desenvolvimento regional, observamos que tanto as políticas gerais de incentivos às empresas internacionais quanto os programas específicos aos pequenos produtores tem gerado um novo capitalista agrário ao mesmo tempo em que desenvolve ações excludentes e concentradoras, onde os pequenos agricultores tornaram pessoas facilmente expulsáveis de suas terras, e a agricultura tradicional vem perdendo espaço para uma modernização de exportação dos recursos naturais.

Como bem lembra Serres (1990, apud SANTOS, 2008, p.313) “nossa relação com o mundo era local-local; agora é local-global”. O modelo de desenvolvimento que vem sendo amplamente disseminado, sendo o Estado o responsável em aplicar condições que impulsionam certos padrões de modernidade (determinada por países industriais) reproduzindo desigualdades (com padrões de consumo desiguais).

O modelo de desenvolvimento apresentado até o momento foi da experiência de modernização baseada nos princípios econômicos como estratégia de integração da região norte mineira ao contexto dos grandes pólos industriais. Dessa maneira o Estado direcionou políticas de intervenção com o propósito de tirar a região do “atraso econômico” adequando-a aos modelos hegemônicos de modernização.

Tais análises das políticas públicas implantadas em Minas Gerais de forma geral nos permitem focar a partir desse momento na dinâmica das plantações de eucalipto a fim de abastecer o setor siderúrgico que começava a ser implantado na região central do Estado. Segundo Gonçalves e Machado (1996) foi a estratégia combinada dos interesses do Estado com os setores privados que permitiram a introdução e o crescimento das atividades de plantio e exploração de florestas homogêneas, principalmente de eucalipto. Dessa forma analisaremos essas estratégias, principalmente a de integração das plantações de eucalipto do norte às siderúrgicas do Centro - Sul consolidando a dinâmica da produção de ferro e aço mineira.

1.3-O SETOR SIDERÚRGICO

O processo de modernização do Norte de Minas Gerais representa uma adequação aos moldes das sociedades industriais, o que desvalorizou os processos culturais da região, através de grandes subsídios estatais como supracitado. Segundo Gonçalves (2000, p.20) “a

Amazônia e o Cerrado, parte do qual está no Norte de Minas, e suas respectivas populações foram, recentemente, as últimas vítimas da ocupação deste “vazio demográfico”.

O que se tentou foi uma política de articulação do crescimento industrial com a agricultura para equilibrar a situação de debilidade econômica e territorial da região norte mineira em detrimento de outras, através de iniciativas estatais para o desenvolvimento regional, o que modificou sob maneira o lugar e a importância que a população local dava àquelas áreas cultivadas na maioria das vezes de forma tradicional, dando espaço a novas formas de produção.

Desde então a atuação do poder público vem privilegiando o modelo de desenvolvimento que ignora os processos ecológicos e também as necessidades das pessoas que sobreviviam da agricultura baseada no cultivo tradicional.

Todos esses impactos ambientais e sociais das políticas públicas para o território em questão, marcam o início do processo de desestruturação do ecossistema, do modo de vida dos pequenos agricultores e apontam para o aprofundamento das relações capitalistas (RODRIGUES; NASCIMENTO; CHAGAS, 2005, p.11).

Dessa maneira a incessante disputa pelo uso e controle dos recursos naturais tem causado tensões sociais, ambientais e econômicas que repercutem em todas as esferas sociais. A propriedade sempre constituiu foco de constantes conflitos gerados pelo acesso e controle do território provocando mudanças significativas para populações que convivem harmoniosamente com a natureza devido a atuação das propriedades privadas que ao longo dos tempos vem ignorando os processos ecológicos.

O complexo industrial passa então a comandar os processos de produção na agricultura, e em Minas Gerais, segundo o site da Associação Mineira de Silvicultura (AMS) “a entrada dos eucaliptos no atraente mercado da celulose representou um avanço sem precedentes para a indústria brasileira e abriu as portas a novos empreendimentos no setor”. A primeira fase da expansão deveu-se principalmente à transformação do eucalipto em carvão para o abastecimento das siderurgias, onde faz parte a cadeia produtiva do ferro gusa, e também para produção de celulose, apoiados principalmente pelos inúmeros incentivos ofertados pelo Estado.

A siderurgia tornou-se importante setor para a economia brasileira, e o ferro gusa, matéria-prima do aço, foi o motor de impulso para o avanço crescente do eucalipto. O carvão vegetal utilizado nas fundições na produção de ferro gusa desempenha a função de

combustível para os alto-fornos, dessa forma sua produção depende das grandes áreas desmatadas para o plantio do eucalipto.

A descoberta de ouro em Minas Gerais e a chegada da Companhia Paulista de Estradas de Ferro que ligava Minas Gerais a São Paulo desencadeou, entre outras atividades, o estímulo a siderurgia. Esse fator levou à abertura de diversas fundições para a construção de implementos de ferro utilizados no trabalho das minas, iniciado por volta de 1930 pelo silvicultor Edmundo Navarro de Andrade que primeiramente plantava eucaliptos para abastecer a Cia. A fundação da Escola de Minas de Ouro Preto em 1876 foi também um marco importante para o progresso da siderurgia no Brasil¹⁶, além dos programas de incentivos oferecidos pelo governo em meados da déc. 1960 como já supracitado.

Assim, Minas Gerais possuía todas as condições favoráveis que mais tarde garantiriam posição de destaque para o Estado: abundância de terras tidas como “vazias e de baixo valor”, matéria-prima e mão de obra especializada, contribuindo para transformação do cenário brasileiro de dependência dos produtos siderúrgicos. Dessa forma, a porção norte do Estado integraria o ciclo econômico de Minas Gerais os fornecendo recursos suficiente para abastecer as siderurgias da região central.

O Brasil era um dos grandes consumidores de produtos siderúrgicos importados, segundo o Instituto Aço Brasil. Esse cenário só começou a mudar após a posse de Getúlio Vargas na presidência da República, a partir de quando o crescimento e a nacionalização da indústria de base era uma de suas principais metas. Com grandes investimentos do capital estrangeiro, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1946 concretizou seus planos e marcou o início da autonomia brasileira na produção de ferro e aço.

Segundo dados do mesmo instituto em 1950, quando a usina já funcionava com todas as suas linhas, a produção nacional de aço bruto alcançava 788 mil toneladas e tinha início uma fase de crescimento continuado da produção de aço no país. Dez anos depois, a produção triplicava e passados mais dez anos, em 1970, eram entregues ao mercado 5,5 milhões de toneladas. “A atual região Central do estado de Minas Gerais foi denominada, ao longo do século XX, de Zona Metalúrgica, Siderúrgica, Mineradora ou Central” (COSENZA, 2005, p.38).

A Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, foi um outro importante marco para siderurgia em Minas Gerais. Segundo Cunha e Andrade (2002) a usina de Monlevade (onde, após sucessivas expansões, ainda se encontra a unidade da Belgo-Mineira) foi inaugurada em 1939, sendo a época a maior siderúrgica integrada a carvão vegetal do mundo. Em 1943, a

¹⁶ Parte do texto retirado do link- a siderurgia no Brasil. Disponível em: <http://www.acobrasil.org.br/site/portugues/aco/siderurgia-no-brasil--desenvolvimento.asp>, acesso em 30 de março de 2011.

usina atingiu a capacidade de 100 mil toneladas/ano; a maior parcela da produção correspondia a arame farpado e a cerca de 30 mil toneladas de trilhos.

E assim o setor siderúrgico em pouco tempo se consolidou e se posicionou entre as mais competitivas do mundo, ampliando suas tecnologias e sua participação no mercado mundial. A tabela 1 demonstra o crescimento desse setor principalmente a partir da década de 1990 atingindo em 1993, 25,1 milhões de toneladas, com crescimento acumulado de 21,8% no período segundo Andrade, Cunha e Vieira (1994, p.80).

Tabela 1
Produção Nacional de Aço Bruto- 1988/93, em milhões de toneladas

Processo Produtivo	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Integradas a coque	16,3	16,5	13,1	15,8	16,6	17,4
Integradas a carvão	4,7	4,7	4,0	3,8	4,0	4,3
Integradas a redução direta	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4
Semi integradas	3,3	3,0	13,0	2,5	2,8	3,0
Total aço Bruto	24,7	25,1	20,6	22,6	23,9	25,1

Fonte: IBS (Instituto Brasileiro de Siderurgia)

Minas Gerais acompanhou essa expansão e várias outras companhias se estalaram no Estado, utilizando-se de capitais privados nacionais e estrangeiros, e com uma enorme contribuição do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES para futuras expansões. O Estado atualmente possui destacada importância para o setor florestal brasileiro, sendo líder quanto ao valor bruto da produção da silvicultura no Brasil, sendo também o Estado com a maior área de florestas plantadas do Brasil, 1,423 milhões de ha, sendo só eucalipto 1,278 milhões de ha (IBGE, 2008).

A tabela 2 demonstra o crescimento das empresas que atuam no Estado no período até 2007, através da produção de aço bruto.

Tabela 2
Capacidade de Aço Bruto por Empresa em Minas Gerais, 2000-07

Empresas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Mil t. Acres.00/071
Acesita	800	800	800	900	950	950	950	950	150
Açominas	2.700	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	300

Belgo-Mineira	3.000	3.000	3.000	3.200	3.500	3.500	3.500	3.500	500
CSN	5.600	6.000	6.000	9.500	9.500	9.500	9.500	9.500	3.900
Gerdau	4.100	4.100	4.100	4.300	4.800	4.800	4.800	4.800	700
Usiminas	3.950	3.950	4.100	4.100	4.180	4.200	4.200	4.200	250
V&M	600	600	600	600	600	600	600	600	-

Fonte: BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

A expansão desse setor conseqüentemente fez com que aumentasse a demanda de matérias-primas para mantê-las. Tanto o carvão vegetal de matas nativas como as plantadas podem ser utilizadas na siderurgia, mas a fonte preferencial do setor é o eucalipto, no caso do plantio, pois sua madeira é mais densa do que a do pinus. Do total consumido pelas siderurgias 28,3% são oriundos de florestas nativas e 71,7% de florestas plantadas (ABRACAIVE, 2003, apud BACHA, BARROS, 2004). Segundo os mesmos autores, estima-se que só o setor siderúrgico consumiu, em 2000, 16 milhões de m³ de carvão oriundo de reflorestamentos.

Para atender a toda a demanda das empresas de siderurgia, são imprescindíveis também grandes áreas de plantios para abastecê-las. Para Bacha e Barros (2004) existem cinco principais agentes reflorestadores no Brasil que são elas: empresas produtoras de celulose, empresas siderúrgicas, empresas de produtos sólidos de madeira, governos estaduais e pequenos produtores, cada um com sua dinâmica. Como o foco desse trabalho está nas áreas de plantios de Minas Gerais, e como o destino principal deste são os fornos siderúrgicos, daremos maior ênfase aos agentes reflorestadores com esse fim.

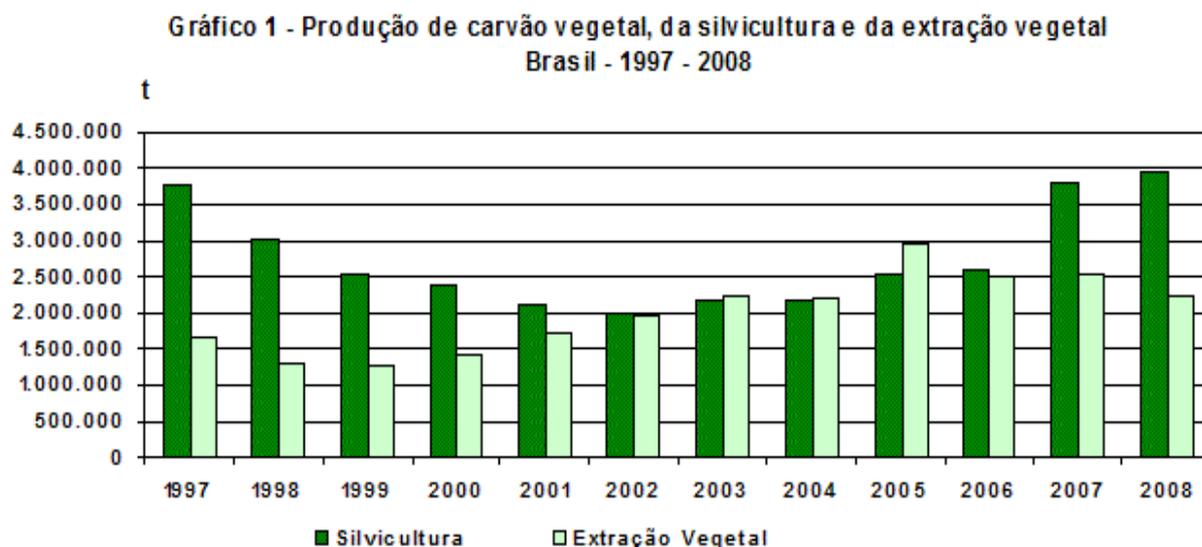
Dessa forma, conforme Gonçalves (2001), o estímulo ao crescimento econômico comandado pelas políticas de incentivos fiscais onde se pretendia agregar extensas áreas a baixos preços, permitiu significativa expansão nas regiões Norte e Vale do Jequitinhonha a partir de 1974, aumentando conseqüentemente o crescimento econômico das siderurgias centrais. Lembrando que nas décadas anteriores a esses incentivos os plantios eram circunvizinhos às empresas consumidoras.

Todo esse movimento de transferência das plantações, apesar de direcionarem suas atividades para o cerrado, “foi acompanhado pela manutenção e intensificação das atividades de desmatamento e de carbonização das matas nativas pelos consumidores industriais” (GONÇALVES, 2001, p.131), tal como vinham sendo praticadas nas outras regiões.

A preferência pelo carvão vegetal originário de plantações permite um produto de melhor qualidade do que o carvão mineral e pode ser utilizado em fornos pequenos e médios.

Dessa maneira, as siderúrgicas de Minas Gerais utilizam-se das plantações de eucalipto, principalmente advindas do Norte do Estado.

A trajetória de crescimento da silvicultura perdura até os dias atuais, onde Minas lidera o ranking dos Estados com maior produção de carvão vegetal de florestas cultivadas com 78,3% da produção Nacional (IBGE, 2008). No gráfico 1 observamos esse crescimento. Nos períodos que compreende 1999-2004 houve um decréscimo devido a redução dos incentivos fiscais o que afetou os volumes de plantios, mas que não levou a completa estagnação do setor que volta a crescer a partir desse período. Esse crescimento, segundo Bacha e Barros (2004), foi devido principalmente aos incrementos nos reflorestamentos feitos em 2000 e 2001 pelas empresas de celulose e siderúrgicas.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 1997 – 2008

Para manter essa expansão de plantios é imprescindível que o mercado também acompanhe esse crescimento, visto que esse setor é fortemente abalado pelas crises mundiais. Apesar do crescimento mostrado no gráfico 1, principalmente a partir de 2003, diversos autores alertam para o demasiado incentivo à plantação de eucalipto, visto a crise do ferro-gusa a carvão vegetal. O engenheiro florestal Sebastião Ribeiro afirma que “apesar do consumo interno de produtos siderúrgicos está em alta em virtude das obras do PAC, da Copa e do crescimento econômico do país, as guseiras independentes estão em estágio terminal” (VALVERDE, 2011). Para ele a crise na Europa, principalmente dos países incluídos no G8, reflete diretamente no gusa brasileiro.

Mas diferente do cenário dos guseiros independentes, os grandes grupos e corporações produtoras do ferro gusa continuam em ascensão. Os diversos programas de privatização reestruturaram o setor siderúrgico e formaram grandes grupos privados (BACHA, BARROS, 2004). Segundo os mesmos autores a valorização cambial fez com que pelo período de 1994-97 a indústria atendesse a tendência mundial de utilizar o carvão mineral ao invés do vegetal, visto que este não pode ser utilizado em grandes fornos. Situação que mudou em 1999 com a desvalorização do dólar, elevando os incentivos ao uso do carvão vegetal, fator que beneficiou os guseiros.

Durante esse processo surge a empresa Plantar Siderúrgica S.A, que atua nos mercados brasileiro e internacional desde 1985, produzindo ferro gusa. A empresa foi a primeira siderúrgica produtora de ferro gusa não integrada no Brasil a ter seu sistema de gestão certificado de acordo com as normas da ISO 14000 e utiliza apenas o carvão vegetal como matéria-prima termorreductora na produção do ferro gusa¹⁷.

¹⁷ Segundo site da empresa, disponível em:
http://ravel.plantar.com.br/portal/page/portal/plantar/siderurgia/a_empresa

CAPITULO 2

OCUPAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS: O IMPACTO DAS PLANTAÇÕES DE EUCALIPTO NAS COMUNIDADES DE CANABRAVA E VEREDA FUNDA

Tentamos até o momento caracterizar a dinâmica clássica da monocultura de eucalipto para a produção de carvão vegetal a fim de abastecer as siderúrgicas principalmente da região central do Estado. Tais processos têm moldado e transformado significativamente a paisagem rural brasileira, especificamente o cenário norte mineiro em seus aspectos sociais, culturais e econômicas das comunidades tradicionais e de pequenos produtores que sofreram graves conseqüências com as escolhas políticas desenvolvimentistas implantadas na região que perduram até hoje.

Quando falamos em comunidades tradicionais e também as constituídas de pequenos produtores em regimes de agricultura familiar, um dos aspectos característicos é sua convivência harmoniosa com os recursos naturais. Existe uma estreita relação desses povos com seus territórios, que segundo Pozo (2002) não se reduz à mera acumulação de capital, mas são relacionadas com um tipo de organização socioeconômica diferenciada dos padrões de consumo capitalista.

O acesso aos recursos é de fundamental importância para a sobrevivência das comunidades rurais visto ser esse o meio que lhes proporcionam renda e lhes permitem alternativas alimentares e culturais, elementos importantes para sua reprodução social.

A articulação entre a cultura da comunidade e suas ressignificações do contato com o cotidiano do mundo externo à comunidade, produz lógicas e intersubjetividades de difícil representação e compreensão, incapazes de serem explicadas pelo viés da modernidade/pós-modernidade ou capital / trabalho (BRITO, 2006, p.111).

Essas populações buscam em seus antepassados resgatar mitos que ultrapassam respostas científicas no que diz respeito à manutenção e ao uso de seus territórios¹⁸. Esse aspecto é importante para essas populações, pois é um importante elemento na relação entre esses e a natureza. São

¹⁸ Entende-se por território “geralmente a extensão apropriada e usada, assim estendendo-se aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução”. E o espaço é sempre histórico. “Sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações” (SANTOS, 2005, p.248).

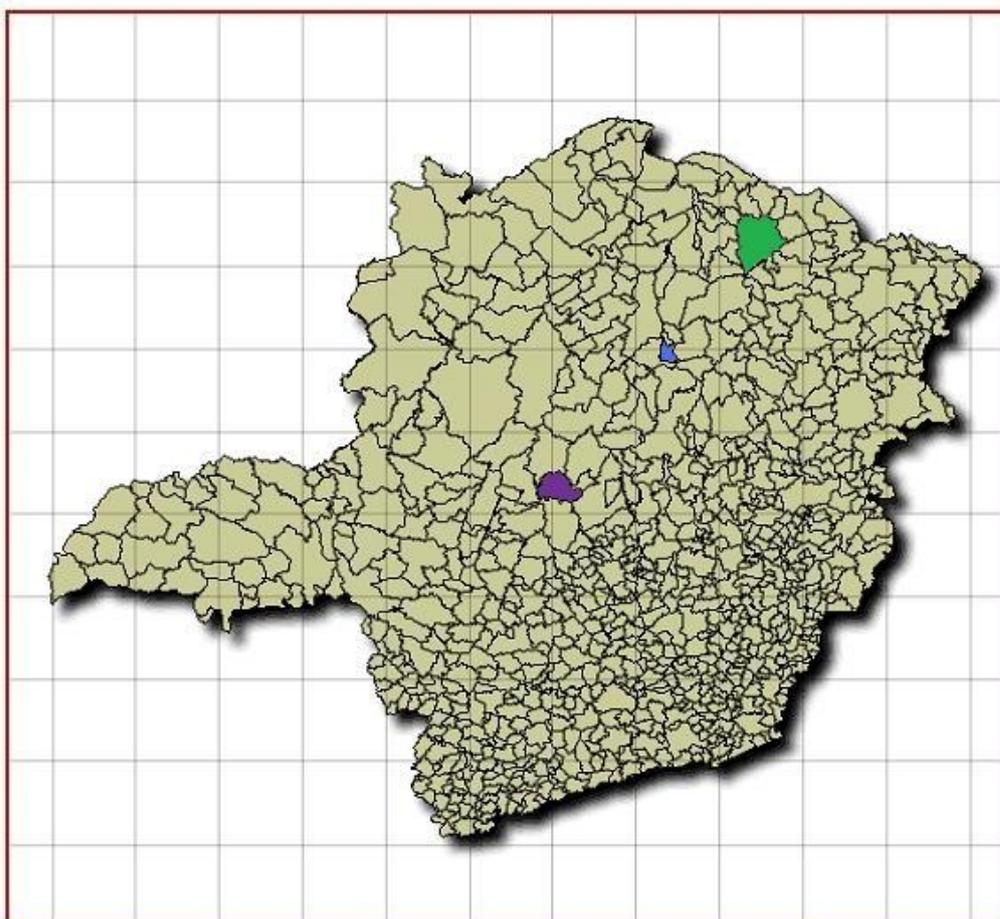
nesses territórios que são reproduzidos as bases dos saberes tradicionais, além de ser um espaço de reprodução das relações sociais.

O não reconhecimento cultural e os incentivos aos processos de modernização do meio rural tem suprimido essas comunidades e causado a expulsão da população de suas terras devido a expansão dos projetos empreendidos na região, como já citado. O que discutiremos aqui são as conseqüências e os impactos socioambientais para essas comunidades, visto serem elas que recebem as maiores cargas de danos e que merecem atenção especial por carregarem consigo tradições e culturas de manejo e preservação dos recursos de forma sustentável, um importante elemento a ser considerado já que o mundo vive um momento crítico no que diz respeito às questões ambientais.

Portanto, entre tantas comunidades impactadas por esse modelo político-econômico e diretamente atingidas por esse empreendimento, nos propomos a analisar dois casos emblemáticos na região a fim de exemplificar e expor a realidade dessas comunidades que com certeza representam as demais, no que se refere a ocupação e expropriação de territórios.

A escolha dessas localidades deve-se aos estudos já realizados nelas e também pelo histórico que cada uma apresenta. Vereda Funda e Canabrava, identificadas na figura 1, foram os locais escolhidos para exemplificar esses conflitos, pois representam o clássico exemplo de comunidades diretamente afetadas pela monocultura no que estamos chamando aqui de primeira dinâmica das plantações para o carvoejamento, ou seja, são comunidades em que as formas de desapropriação territorial, os conflitos e a resistência local se dão conforme a dinâmica desenvolvimentista anteriormente discutida.

Inúmeros estudos e pesquisas já aprofundaram no assunto, os resgataremos também nesse trabalho para termos uma visão completa dos dois momentos de expansão dessa atividade, tanto os eucaliptais para abastecer os complexos siderúrgicos, como também na fase atual de expansão para constituírem o novo ciclo econômico de investimentos aos projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo- MDL's, devido a crise ecológica instaurada no contexto internacional de preocupação com o desenvolvimento sustentável e as variações climáticas, que estudaremos nos capítulos subseqüentes.



Capital: Belo Horizonte

Número de Municípios: 853

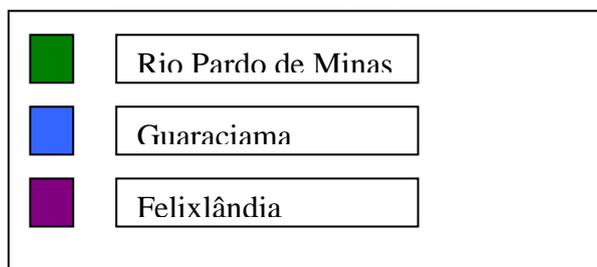


Figura 1 – Mapa dos Municípios de Rio Pardo de Minas e Guaraciama, onde estão localizadas as comunidades de Vereda Funda e Canabrava. Destaque também para o município de Felixlândia na qual será estudada posteriormente a comunidade de São José do Buriti.

Fonte: IBGE grifos meus.

2.1- PROCESSOS DE DESESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO

Quando as empresas de plantações de eucalipto chegaram aos sertões não foram dadas devidas considerações às especificidades do lugar. As condições topográficas favoráveis e os baixos preços das terras foram atrativos maiores que os saberes regionais, que como dito, não são alternativa rentável para o capital. A cultura extrativista, tida como atrasada e arcaica, foi

substituída pelas plantações de eucalipto que em pouco tempo cobriram grande parte dos Cerrados e Chapadas. Segundo a Ruralminas¹⁹ (apud BRITO, 2006), só as áreas cedidas pelo Estado para esses tipos de empreendimentos inicialmente somavam 240.000 ha, ou seja, toda essa área de mata nativa suprida pelo eucalipto, sendo que antes da década de 1960, segundo Machado, Ribeiro e Silva (1987 apud POZO, 2002) o Cerrado permanecia praticamente intacto, visto que o desmatamento atingiu um pouco mais de 15% do território o que representa aproximadamente 10 milhões de ha com matas nativas.

Foi inevitável a expulsão dessas populações de seus territórios visto a degradação dessas áreas e o avanço dos investimentos para esse setor. Quando falamos em territórios compartilhamos a idéia de Santos (2000) onde,

é o uso do território, e não o território em si mesmo que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, de um híbrido, uma noção que, por isso mesmo carece de constante revisão histórica. O que ele tem permanente é ser nosso quadro de vida (SANTOS, 2000, p.15)

Com a modernização agrícola o homem do campo se viu sem seus meios de reprodução social afetando toda a esfera cultural da região, dando início aos intensos conflitos, visto ter dois grupos de interesses diferentes disputando determinado território para apropriação e exploração dos recursos naturais.

Os conflitos assim configurados, segundo Acserald (2005)

decorreriam da natureza da interação entre as práticas sociais distribuídas num espaço interconectado e da temporalidade que é própria à reprodução das diversas práticas”, reunindo dimensões múltiplas que engloba desde elementos técnicos com o simbólico. Os discursos entre modernidade e tradição esboçam questões historicamente construídas em torno do acesso e manejo dos recursos naturais, discursos principalmente contrários ao regime onde a simbologia camponesa e suas representações e valores diferenciam da lógica de apropriação imposta pela propriedade privada, o que evidencia ainda mais o conflito (ACSERALD, 2005, p.1).

O confronto entre esses saberes com as transformações de ordem econômica gerada por novos modelos de desenvolvimento afetou diretamente as formas produtivas comunitárias. Ao reconhecermos a situação conflitante de tais fenômenos e os sujeitos envolvidos nesses processos, procuraremos nesse momento analisar as diversas formas de

¹⁹ Fundação rural mineira de colonização e desenvolvimento agrário

apropriação dos recursos ali existentes, bem como se deu o processo de apropriação desses territórios.

Segundo Oliveira (1996), citado por BRITO (2006), o grande pivô da eliminação da pequena propriedade no Norte de Minas Gerais foi a atividade de reflorestamento, juntamente com a expansão da pecuária extensiva. As áreas de soltas e os demais espaços utilizados por essas populações destinadas principalmente à agricultura de subsistência foram substituídas pelo eucalipto eliminando a possibilidade desses retirarem dali seu sustento. A migração para as cidades tornou-se inevitável, o crescimento das áreas urbanas de 1940 a 1996 passou de cerca de 26,5 mil para mais de 546 mil, enquanto a população rural decrescia de um total de pouco mais de 109 mil para cerca de 9 mil pessoas (GONÇALVES, 2001). Esse fator contribuiu para o crescimento desordenado das cidades, que em sua maioria, não davam condições e suporte adequado a toda essa massa de pessoas que chegavam sem especialização alguma, fornecendo uma mão de obra precária às necessidades industriais em crescimento.

Os que não tiveram condições de ir para as cidades foram obrigados a partir desse momento a conviver com os cercamentos. As empresas foram aos poucos tomando seu espaço e o direito de explorar os novos territórios, adquiridos de acordo com Brito (2006, p.32) “por meio de três modalidades específicas: a venda de terras públicas para particulares; a concessão de uso por meio de contratos entre o Estado e particulares; e a compra e venda de terras entre particulares”. O Estado somou uma boa parte de terras devolutas a essas empresas,

o grande entrave era o fato de que, segundo a Ruralminas, nenhuma empresa possuía documento comprovando a posse dos terrenos que seriam devolutas. Sendo assim, pertenceria ao governo do Estado, o dono de todas as áreas que não estão em nome de particulares. Para evitar que o projeto fosse por água a baixo, o Estado entrou como parceiro, cedendo as áreas para as empresas que, em troca, pagariam uma taxa anual à Ruralminas – como aluguel pelo direito de uso (Jornal Estado de Minas, 23/10/2000 apud BRITO, 2006, p.33).

A compra e venda de terras entre particulares era feita a baixíssimos preços. Além disso, várias terras foram tomadas de pequenos proprietários por não possuírem documentação do terreno²⁰. O Estado, diferentemente da posição tomada quando as empresas não possuíam documentação que comprovava a posse dos terrenos devolutos, não se tornou

²⁰ Antigamente, até início do séc. XX, as formas de compra e venda era baseado na palavra, não via-se a necessidade de escrituras ou qualquer tipo de documentação necessária que comprovasse a compra do imóvel, era uma prática costumeira na região.

parceiro dos pequenos produtores, pelo contrário, incentivou cada vez mais o processo de expansão de aquisição e arrendamento das terras para os grandes maciços florestais.

Deu-se início, assim, no Norte de Minas Gerais, à aniquilação das florestas e formações vegetais nativas, pelos diversos tipos de manejos e desmatamento indiscriminado, desde o intensivo uso de insumos e herbicidas à derrubada por meio do correntão, temido pelo enorme estrago que causa à floresta, já que de forma dura destrói qualquer tipo de flora no seu caminho gerando estragos irreversíveis a natureza.

Os pequenos proprietários e as inúmeras comunidades tradicionais existentes na região passaram a ter seus territórios adequados às necessidades do capital formando assim o primeiro ciclo de expansão das plantações de eucalipto que constituíram uma das principais fontes econômicas do Norte de Minas com total apoio do Estado.

Ao absorver tais mudanças, o cenário norte mineiro foi se transformando em um território de poucos donos, pois grandes extensões territoriais foram sendo adquiridas ou por organizações internacionais, como é o caso do setor florestal, como também por grandes fazendeiros. As áreas de manejo comunais, espaços que também garantia normas coletivas e valores tradicionais, hoje são propriedades privadas utilizadas como fonte de lucro e exploração.

A necessidade de aumentar as escalas de produção, conseqüentemente a exploração e a concentração de terras, desencadearam no processo de expropriação dos pequenos agricultores, que de proprietários passaram a ser empregados (isso os que tiveram a “sorte”), ou seja, “as plantações substituíram uma suficiência dos produtores rurais e da sua economia de produção familiar pelo assalariamento que não seria capaz de garantir mais do que a sobrevivência” (GONÇALVES,2002, p.4).

A privatização dos recursos desencadeou assim um processo perverso a essas comunidades,

um processo de homogeneização dos conteúdos biofísicos do território: disseminaram-se monoculturas, substitui-se a diversidade biológica por espécies dominantes e, concomitantemente, substituiu-se a diversidade social por formas sociais capitalistas (ACSELRAD,2001, p.76)

As relações estabelecidas entre esses dois modos de produção não poderia deixar de gerar tensões, principalmente pelo fato dos agricultores familiares²¹ possuírem uma racionalidade produtiva diferenciada da produção capitalista. Os processos de privatização das terras causaram mudanças significativas na vida desses produtores, que viram suas áreas de cultivo sendo substituídas por grandes empreendimentos agropecuários. O setor florestal como já descrito foi um dos grandes precursores do acúmulo de terras, e por isso é um dos grandes responsáveis pelas mudanças sociais desses grupos, sejam nas formas de reprodução social, nas questões relacionados ao trabalho²², nas migrações regionais e todo o processo de expropriação causado pelo setor.

Gonçalves (2004) faz em seu texto considerações sobre o contexto rural no Vale do Rio Doce, fenômenos igualmente ocorridos no Norte de Minas.

Assim, pode-se dizer que o rural na região se fragilizou como consequência dos processos de industrialização, de crescimento da população urbana e redução da população rural e de mudança nos usos da terra e na condição dos produtores. Em função disso, as análises técnicas – feitas pelo e a partir do Estado, por parte da academia e pelas empresas – trataram e tratam de impor uma qualificação da região como sendo atrasada. O corolário dessa imposição é que a população rural local é, também, atrasada (GONÇALVES, 2004,P.172).

A associação feita entre os modos de vida dessa população ao que é atrasado e arcaico tornou-se uma estratégia utilizada pelo setor industrial para descaracterizar as tradições desses povos e assim cumprir com suas metas desenvolvimentistas dando continuidade ao discurso moderno frente ao tradicional. A possibilidade de controle dos recursos por parte do setor florestal proporcionou uma nova dinâmica ao rural norte mineiro. Esse rural, “expressão de uma agricultura tradicional” (GONÇALVES, 2004), não condizia mais com a realidade, pois as transformações foram incapazes de considerar os processos regionais já existentes.

A exploração sem precedentes pelos maciços florestais gerou uma camada de agricultores pauperizados e sem perspectivas que lhes proporcionassem alternativas de sustento, dificultando ainda mais a sobrevivência dos poucos que permaneceram no campo. Percebemos assim que o espaço econômico, social e cultural da região foi profundamente afetado pela produção capitalista que transformou completamente a dinâmica territorial do

²¹ A categoria agricultura familiar é utilizada nesse estudo conforme a definição de Spanevello (2003), a saber: agricultura familiar pode ser caracterizada de forma genérica como aquela em que a família é concomitantemente proprietária dos meios de produção e da força de trabalho.

²² Esses passam a ofertar mão de obra. Deixam de ser autônomos para se tornarem empregados. “Nascidos na roça, esses sujeitos tornaram-se identificados com um trabalho que os afastou e afasta da sua condição original de “rurais” e os transforma em trabalhadores “da extrativa”(GONÇALVES, 2004,p.171).

lugar. Cada área de cerrado, chapadas e topos de serra incorporados às reflorestadoras representou a eliminação de saberes seculares quanto ao manejo e preservação desses ecossistemas. Segundo Dayrell (1990)

era exatamente nestes lugares que se encontravam grande parte das unidades camponesas, ali instalados desde os séculos XVIII e XIX, e eram nestas áreas que se localizavam as centenas de milhares de nascentes e veredas que alimentavam os cursos d'água da região (DAYRELL, 1990, p.11).

No caso dos agricultores familiares e trabalhadores rurais que sofrem com transformações profundas de seus espaços - material, social e cultural - a partir da emergência de grandes projetos, sugere-se que a compreensão das suas condições de existência seja pensada no âmbito da leitura que eles fazem da “sua” região, iniciada a partir da identidade que eles possuem do “local onde se situam”, “do seu território de pertencimento” e daí “em diante, do conhecido e palmilhado até [chegar] as bordas do não-controlado”, para usar expressões empregadas por Almeida (1995, p. 41).

A ocupação de novas áreas pura e simplesmente para fim de desenvolver uma região, característica desse processo, não pode simplesmente ser interpretada como a melhor alternativa econômica e viável para o Estado. Quanto a aceitação desses fatos Gonçalves (2001, p. 16) observou que o processo de compras de terras por parte das empresas plantadoras de eucaliptos mascarou a resistência das populações locais, o que, conforme este autor, explica a aparente ausência de debates sociais sobre os projetos florestais e a existência de poucas referências a conflitos sociais na historiografia da parte do estado de Minas Gerais onde tais projetos se consolidaram.

Fato que começou a mudar após a atuação de ONG's e Movimentos Sociais que passaram a dar visibilidade aos processos de exploração e controle dos projetos florestais e industriais em curso, reconhecendo as lutas dos povos do cerrado na garantia de seus territórios, principalmente considerando que esse bioma tem, “ao lado de sua biodiversidade, uma equivalente sociodiversidade construída historicamente e em dinâmica interação com suas paisagens” (NOGUEIRA, 2011, p.41).

Diferente do reconhecimento que os povos amazônicos de certa maneira já garantiram, os povos do cerrado, segundo diversos autores (NOGUEIRA, 2011; DAYRELL, 2000; COSTA, 2011, 2008; BARBOSA, 2007) ainda sofrem com o processo de invisibilidade por parte da sociedade em geral e principalmente pelos gestores municipais, estaduais e federais, que apesar de um certo avanço na abertura para diálogos, através por exemplo da Comissão

Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, ainda aplicam políticas contrárias à lógica tradicional desses povos, justificada

para além das questões de ordem simbólica ou ideológica, é possível discernirmos outra razão a justificar a invisibilidade social dos Povos do Cerrado: as disputas territoriais acirradas que incidem sobre o bioma (NOGUEIRA, 2011, p.43).

A escolha das comunidades estudadas nesse trabalho revela a existência dessas disputas, inclusive com o assassinato de um agricultor na comunidade de Canabrava. Tal fato ampliou o debate sobre os conflitos instaurados na região, em âmbito nacional, chamando atenção também de organizações internacionais interessadas na defesa e apoio aos direitos desses grupos.

A desestruturação dos territórios e todas as consequências dessas atitudes permitem analisar o quanto o processo de expropriação tem desestruturado famílias inteiras de trabalhadores rurais “de modo a provocar uma reestruturação fundiária que fragmentou progressivamente as propriedades, impossibilitando muitas famílias de continuarem se mantendo unicamente da produção agrícola” (COSENZA, 2005, p.45).

A desarticulação das formas de produção existente na região Norte de Minas Gerais tem sido justificada por interpretações errôneas baseada no discurso do atraso econômico da região. Essa estratégia argumentativa foi se tornando cada vez mais utilizada pelo discurso dominante do progresso econômico regional.

2.2- POVOS E MEMÓRIAS: COMUNIDADE CANABRAVA

Iniciaremos o exemplo proposto pela comunidade Canabrava²³, situada no município de Guaraciama- MG, formada por agricultores familiares que devido aos projetos e incentivos à modernização do campo, encontram-se encurralados pela monocultura do eucalipto e excluídos de políticas que garantam a diversidade que constituem a base para a produção e reprodução cultural da população.

Ao analisarmos essa comunidade, vale destacar o ocorrido em 2007 com o assassinato de um agricultor por um dos seguranças da empresa V&M florestal que atua na região, sob a

²³ Ao falarmos de Canabrava estamos baseando no Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social, da Universidade Estadual de Montes Claros como exigência para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social no ano de 2008 da aluna Tathiane Paraiso da Silva orientada por Rômulo Soares Barbosa.

justificativa de estar “roubando” lenha em terras ditas da empresa. Até o momento o processo não foi julgado. A vida desse agricultor foi ceifada devido a uma total ausência de direitos e respeito para com a comunidade. Esse fato proporcionou uma visibilidade nacional e internacional, onde diversas ONG’s e movimentos sociais passaram a acompanhar e ter maior atuação principalmente quanto à formação política desses sujeitos.

A boa interação com a comunidade foi construída a partir de pesquisas e encontros realizados anteriormente durante o período em que cursava a graduação de Serviço Social pela UNIMONTES. O Encontro dos Atingidos pela Monocultura de Eucalipto realizado pela Rede Alerta contra o Deserto Verde, no ano de 2007, bem como o trabalho de conclusão monográfico foram importantes espaços e momentos que me permitiram conhecer melhor a realidade dos moradores de Canabrava. Além disso possibilitaram a identificação e aproximação com sujeitos importantes para a compreensão da história cultural do lugar.

Não é fácil contextualizar todo um período de histórias e tradições passadas ao longo dos séculos e que ainda resistem às diversas formas de transformações do mundo moderno, que a todo tempo tenta suprimir esses saberes. Por meio das entrevistas foi possível conhecer o período anterior à chegada do eucalipto no município, conforme relata um dos moradores mais antigos da comunidade:

Antigamente esses lugares ai tudo era mato, por onde a gente andava só via mato, esses matos era tudo virgem, e não tinha dono não, dono apareceu depois que a firma entrou, não tinha nada de cerca, o lugar que eu quisesse pegar fruta, pegar madeira, eu cortava e carregava, agora acabou tudo, não tem nem lenha, a firma acabou com tudo, deixou o povo na miséria viva. (E1, 75 anos)

A fala desse morador representa bem a importância desse espaço como um meio de sobrevivência, o gado era criado em áreas de soltas, somente as áreas de cultivo eram cercadas, as outras apesar de serem privadas eram de uso comum. “O uso coletivo das chapadas para a criação de gado e utilização dos recursos disponíveis constituía-se parte integrante do sistema de reprodução dos membros da comunidade” (BRITO, 2006, p.243). O cerrado representava mais que o meio ambiente dessas pessoas, era fonte de renda e de sustento dessa população,

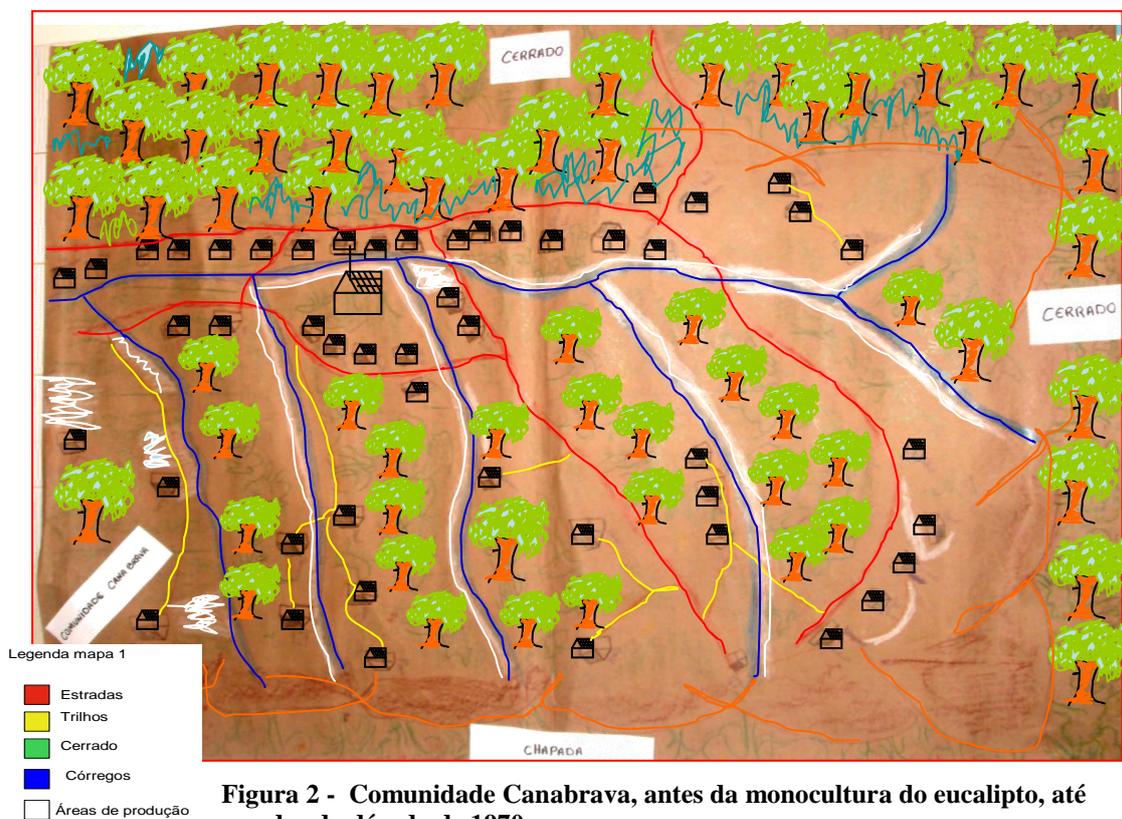
antigamente nós tinha uma fruta pra panhar e vender na cidade, e hoje você leva o que? (...) antigamente chegava o tempo do pequi, nós tinha pequi,

chegava o tempo da mangaba, nós tinha mangaba, vendia panã. Tem uns pequi ai, mas não dá mais pra vender não. (E2, 49 anos)

Além das frutas, essas populações também se apropriam de muitas outras fontes, como a pesca e a caça, além de outros recursos como as fibras e as ervas medicinais, “esses sistemas tradicionais de manejo representam formas de exploração econômica dos recursos naturais” (DAYRELL, 2000, p.196).

A estratégia de utilização desses espaços tem determinado o modo de vida dessa população que a tempos convivem com esse tipo de organização carregado de conceitos simbólicos de uso e apropriação do território (SILVA, 2008). Tudo que era extraído desse ambiente fazia parte da dinâmica tradicional dessas pessoas que compõem um significado especial a cada espaço natural utilizado.

A figura 2 produzida pelos próprios moradores da comunidade, ilustra esse período, antecedente às plantações de eucalipto, no qual se tinha uma articulação das ações aos espaços, de modo que a utilização de uma área mantinha o bom manejo e a conservação de outra.



Como pode-se perceber, a comunidade tinha seus meios de exploração dos recursos sem que esses fossem ameaçados, os percursos de córregos e nascentes eram importantes para as áreas de produção conforme ilustrado, e do cerrado e chapadas retiravam outras fontes de sobrevivência e geração de renda.

Tanto o mapa quanto as falas dos moradores retratam bem a importância dada à questão do pertencimento e ao relacionamento com esse meio, poderem andar livremente nesse território sem encontrar cercamentos ou capangas como acontece atualmente na comunidade²⁴ era motivo de grande satisfação. As inúmeras trilhas no mapa demonstram o grau de socialização comunitária, produzida através de conversas, reuniões e festas comemorativas afirmavam suas tradições. A igreja era um espaço importante para essas manifestações culturais. Toledo (1995) caracteriza como a imagem dada ao lugar, “cada cultura ou civilização constrói uma imagem diferente de sua natureza, percebe de maneira distinta os bens ou riquezas que ela contém e adota uma estratégia particular de uso (ou desuso)” (apud DAYRELL, 2000, p.198). Por isso a natureza era vista não somente com um mero meio a ser explorado, mas sim um espaço de valores e tradições.

A chegada das empresas monocultoras de eucalipto na região teve início em meados da década de 1970 e a V&M Florestal, empreendimento que atua no município de Guaraciama- MG, utilizou-se do processo de incentivos fiscais ofertados pelo Estado para expansão das áreas econômicas, aproveitando-se dos baixos preços das terras para firmar-se na região.

Conforme o site da empresa, a V&M foi fundada em 1969, tendo como objetivo principal o plantio de eucalipto para a partir delas, produzir o carvão vegetal para o abastecimento dos alto-fornos no processo de produção de tubos de aço. Segundo o site²⁵, a sede administrativa está localizada em Curvelo, com áreas de plantio distribuídas no Norte e Noroeste do Estado, tendo como referência os municípios de João Pinheiro, Curvelo e Montes Claros. Possui, aproximadamente, 232.000 hectares de propriedades distribuídos em 22 fazendas em 22 municípios mineiros.

A empresa tem causado à comunidade inúmeras transformações de ordem econômicas, ambientais e principalmente sociais. “Com a privatização da terra abriu-se a possibilidade de extrair a renda da terra já que onde existe posseiro não há possibilidade de

²⁴ Constantemente os moradores são abordados e revistados pelos vigias da empresas. Em muitos casos, são apreendidos seus instrumentos de trabalho, como enxadas e foices, justificadas pelo temor desses de “roubarem” lenha ou de até mesmo atear fogo nas plantações (SILVA, 2008)

²⁵<http://www.vmtubes.com.br>

extrair renda”²⁶ (MARTINS,1981, apud POZO, 2002, p.150), o território ocupado para a plantação do eucalipto era justamente os cerrados e chapadas de onde esses pequenos agricultores tiravam seu sustento, o que “para o capitalista o posseiro deve ser expulso porque deprime ou elimina ou destrói a renda fundiária” (idem).

A comunidade Canabrava ficou completamente cercada pelo eucalipto conforme podemos observar na figura 2, também elaborado pelos moradores, dessa vez mostrando a realidade atual da comunidade.

“a empresa veio pra cá foi trazer fome pro povo do lugar, isso eu falo porque eu vivia das coisas daqui, com madeira, fruta e tudo mais, acabou tudo. É triste demais. (E1, 72 anos)

²⁶ Posseiro segundo Martins (1981) é aquele lavrador que trabalha na terra sem possuir nenhum título legal, nenhum documento reconhecido legalmente e registrado em cartório que o defina como proprietário, esse é classificado como ocupante da terra nos censos oficiais, ou como posseiros, na linguagem oficial, isso no Brasil (apud, POZO, 2002, p. 146), que é muito freqüente nas comunidades rurais do Norte de Minas.

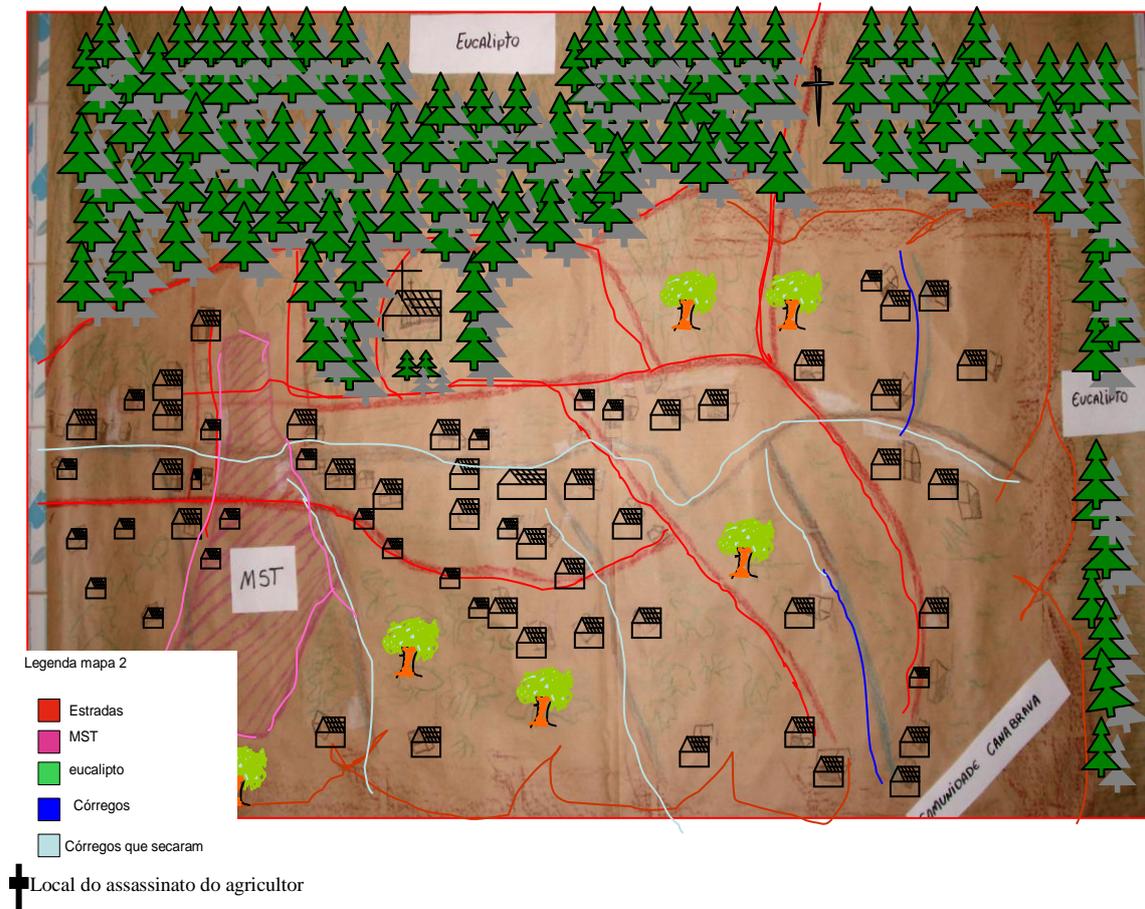


Figura 3- Comunidade Canabrava depois da monocultura de eucalipto, dias atuais.

A eliminação da mata nativa representou para a comunidade muito mais do que uma questão ambiental. Representou uma profunda mudança em seus hábitos e costumes, além de ter afetado outras questões como renda, quebra de vínculos sociais e mudanças até mesmo nos seus hábitos alimentares.

A natureza retratada pelos moradores é apontada como um fator importante. Existiam vários córregos que cortavam a comunidade além do córrego Canabrava, que garantia água no tempo da seca tanto para o consumo da família quanto das criações, e para a própria produção, comparando os dois mapas podemos perceber que há escassez de água em vários pontos, inclusive a seca de vários córregos.

antigamente nós plantava arroz, plantava feijão, nos brejos, hoje com essa vinda da empresa, eles gradiaram as cabeceiras e tudo acabou. Eles ficaram de fazer umas barragens lá e não fez. Fez umas aqui e acula, mas o necessário que era nas cabeceiras do rio eles não fizeram, então nós tamos sem água, a mesma coisa. (E4, 43 anos)

É também perceptível no mapa a ausência das trilhas que interligavam as casas, e a mudança do local da igreja, o que representa um rompimento nos vínculos estabelecidos entre a comunidade e a memória do lugar. Esses atalhos passaram a não existir mais, pois alguns desses caminhos hoje pertencem ao território da empresa e para passar pelas estradas fica muito longe de um lugar para o outro. Além de todas as dificuldades enfrentadas, são questões culturais que estão sendo retiradas dessas pessoas, visto que,

não é um conjunto de tradições residuais, de experiências feitas nas névoas do passado, externamente ao processo de construção social da história das pessoas, das sociedades, dos povos e até mesmo das nações. A cultura não é o depósito morto de uma história dada, uma dimensão daquilo que Marx denominaria de trabalho morto da sociedade. Muito ao contrário ela é a particularidade por meio da qual os grupos sociais reproduzem as suas condições de vida material, elaboram suas normas de organização da vida em sociedade e de conduta dos diferentes sujeitos como códigos de regras e princípios e, finalmente, atribuem sentidos e significados às suas experiências – traduzindo tudo isso nos seus sistemas de crenças, valores, visão de mundo e identidade social, étnica, sexual, profissional etc (BRANDÃO,1995, citado por BRITO, 2006, p.112).

As análises feitas na comunidade até o momento, permitem observar que com o advento da monocultura, as oportunidades de mobilidade social foram afetadas, visto que a empresa os encurralou, dificultando até mesmo o acesso de uma casa para outra, que muitas vezes eram de familiares, rompendo o nível de compartilhamento de saberes, de informações e de relações pessoais (SILVA, 2008).

É o compartilhamento que atua como reforçador de vínculos ao mesmo tempo que os constitui, tanto espacial quanto temporalmente, condensando-os em um "espaço-tempo". O termo comunidade, portanto, está referido a uma esfera comum de convivialidade (CARVALHO, et.al, 2006).

Muitas são as pessoas que se sentem presas, não somente pelas cercas que agora passam a fazer parte de suas vidas, mas também pela falta de liberdade de locomoção dentro da própria comunidade. O simples fato de ir de um lugar para o outro dificultava o convívio, era inevitável passar dentro do território da empresa e não ser abordado pelos vigias contratados, momento no qual eram obrigados a dar explicações de onde vinha e para onde ia, no mínimo uma situação constrangedora para quem sempre morou no local, isso quando não

eram revistados e tinham seus instrumentos de trabalho apreendidos, segundo os próprios moradores,

agora nós somos abordados menos, mas no início éramos abordados toda hora, o pessoal passava de moto eles paravam, a uns 2 meses atrás meu marido ia trabalhar de carroça, eles pararam ele e revistaram tudo. Isso é uma violação de direitos, porque a estrada é pública né? (E2, 49 anos).

Essas atitudes não são casos isolados, ocorrem com frequência de acordo com os moradores. A retirada dos materiais de trabalhos, devido ao medo de estarem roubando lenha, na verdade é a simples concretização de algo que há tempos já lhes tinham sido negados, que é a falta de condições de trabalho, que vai da tomada das terras aos instrumentos de trabalho. Além da confirmação da hierarquia ideológica entre empresa (detentora de poder) e a comunidade (simples trabalhadores).

Antes esses trabalhadores tinham a plena convicção de que eram donos, trabalhavam pra si mesmos, para seu próprio sustento e não tinham que se preocupar em procurar serviço e ver sua força de trabalho sendo explorada. Hoje em dia, aos poucos que tentam resistir a essas transformações, resta-lhes lutar para que a comunidade continue a ser o que era. Nesse sentido a atuação de ONG's e de estudantes que se identificam com a causa dessas pessoas, tem sido um fator importante para a mobilização e a formação política da comunidade. Os estudos realizados no local permitiram levar as discussões e a problemática ao conhecimento da sociedade em geral, através de monografias e artigos publicados admitindo maior atenção ao caso e apoio nos momentos de reivindicação e manifestação de suas insatisfações ao pressionar os órgãos competentes e a própria empresa.

Infelizmente a capacidade de pressão e mobilização da sociedade não tem tido a fidedigna valorização. A solidez sociocultural determinada por essa comunidade só será alcançada quando se valorizarem os discursos de protestos contra todas as formas de desigualdades e de revogação dos direitos e da cidadania. Nesse sentido, o acesso pleno ao território, que é fundamento para assegurar o modo de vida e a organização das relações sociais da comunidade, tem sido determinado pelo jogo de forças econômicas e políticas que obviamente não são dos maiores interessados, os próprios moradores do lugar.

2.3 – POVOS E MEMÓRIAS: COMUNIDADE VEREDA FUNDA

Assim como Canabrava, a comunidade de Vereda Funda²⁷ é mais uma das tantas comunidades encurraladas pela monocultura do eucalipto. Possui características semelhantes quanto ao manejo dos recursos naturais e a importância dada ao lugar. No entanto, se diferencia das demais em um ponto, por ser uma das poucas que conseguiram reconquistar seus territórios.

Vereda Funda está localizada no município de Rio Pardo de Minas, possui esse nome devido sua característica geográfica de vias com veredas profundas na cabeceira de um dos afluentes do Rio Pardo. Foi formada por um modelo diferente de compra e venda de terras, ou seja, a apropriação do território não se deu apenas entre o público e privado ou entre particulares, mas de forma diferenciada que muitos autores denominam de propriedade comum. Diferente do direito exclusivo e transferível da propriedade privada (REGIER & GRIMA, 1985 apud FENNY et. al.2001, p.21), a propriedade comunal possui direitos igualitários em relação ao acesso e ao uso, esses usuários excluem a ação de indivíduos externos, ao mesmo tempo em que regulam o uso por membros da comunidade local.

Segundo Pozo (2002), essas áreas

eram conhecidas como Campos Gerais, Gerais e Chapadas, se originou de enormes extensões de terras que não foram apropriadas privadamente. Estas áreas foram apropriadas por uma população que saiu em busca de pequenas glebas de terra para viver como sitiantes, posseiros e pequenos fazendeiros (POZO, 2002, p.84)

Em regimes de propriedades comunitárias, os direitos são comuns a um determinado grupo de usuários, que possuem direito quanto ao acesso aos recursos, caracterizando assim uma forma de propriedade. Em Vereda Funda, Brito (2006) identifica um sistema misto visto que apesar de haver as áreas comuns, usadas para solta de gados e extrativismo, havia também pessoas que possuíam seus pedaços de terras, alguns documentados outros não, mas eram terrenos particulares.

Brito (2006) nos informa também que a comunidade se organizava articulando agricultura, pecuária e extrativismo. Assim como em Canabrava, as cercas eram utilizadas

²⁷ Todas as informações citadas nesse trabalho sobre Vereda Funda também se referem aos estudos e pesquisas realizadas na região, em especial ao trabalho dissertativo da professora Isabel Cristina Barbosa de Brito submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social PPGDS- UNIMONTES, defendida no ano de 2006.

apenas como um meio para conter o gado para não invadir as roças. Utilizavam-se do disponível na natureza como alternativas de fonte de renda, dali tiravam o sustento de toda a família, e era essa a força de trabalho utilizada.

A dinâmica da comunidade antes da chegada da monocultura de eucalipto, segundo Brito (2006, p.70) constituía em desenvolver estratégias de “composição, reconstrução e revitalização embasadas em sua tradição face à expansão das relações capitalistas que modificaram suas vidas”. A tradição é algo muitíssimo valorizado, visto ser uma orientação respeitada de práticas repassadas de geração em geração que lhes garantem sustento e organização comunitária. Conforme já falado, o Norte de Minas é repleto de comunidades e populações honrosas a suas tradições e Vereda Funda não é diferente.

A comunidade utilizava cada espaço territorial, as chapadas para “solta” do gado e coleta de frutos, os espaços de plantações e coletas das roças em locais com água (algo que existia em abundância) e as áreas comunais utilizados por todos para extrativismo e criação de gado. Dessa forma “o regime de propriedade baseava-se nas necessidades das pessoas e na característica natural do ambiente” (BRITO, 2006), de maneira que todos tinham acesso e desfrutava de todos os espaços.

A comunidade utilizava-se do disponível na natureza e o que ela lhes proporcionava. A rapadura, a farinha e o café eram os principais produtos comercializados nas cidades vizinhas e em Montes Claros. A base de produção era a familiar, fato que explica as extensas composições familiares.

Brito (2006) considera a cultura local como sertaneja, compartilhando da idéia de Almeida Costa (1997) sendo “o resultado do caldeamento de modos de comportamento, relações, saberes e fazeres de etnias diferenciadas que se colocaram em contato com o território norte-mineiro bem como as transformações verificadas”. Esse estilo é organizado pela agricultura, pecuária e extrativismo articulados entre si.

Assim como em Canabrava os laços sociais e o convívio comunitário eram tecidos por intermédio das visitas, conversas, encontros familiares e em festas comemorativas, principalmente datas religiosas. As manifestações culturais eram expressas através de músicas, brincadeiras e longas conversas jogadas fora.

Dessa forma a comunidade se organizava e sua dinâmica baseava-se em atividades religiosas e no respeito às tradições e pertencimento ao lugar, fortalecido principalmente pelos laços familiares e o convívio comunitário.

A década de 1980 muda essa dinâmica com a expropriação das terras feita pelo Estado que as entregou para empresas de plantações de eucalipto. Essa era a nova paisagem que

passava a fazer parte do cotidiano da comunidade. Como as terras não documentadas eram tidas como devolutas, o Estado arrendou essas áreas para duas empresas: Florestaminas – Florestamento de Minas Gerais S.A e a COSIGUA – Companhia Siderúrgica da Guanabara. Juntos as empresas somavam inicialmente uma área arrendada de 12 mil há. Atualmente essa área ultrapassa os 90 mil ha em todo município de Rio Pardo de Minas (OVERBEEK, 2010).

Basicamente a comunidade foi surpreendida pela tomada de seus territórios para a rápida expansão das plantações e as áreas de chapadas rapidamente tomadas pelos eucaliptos, os destituindo do direito de usufruir daqueles territórios. Enfim, as conseqüências desse processo são praticamente as mesmas que refletiram na comunidade Canabrava, ou seja, além da perda das terras, aspectos como quebra de vínculos sociais, problemas quanto à escassez de água e degradação ambiental, além de não disporem mais de alternativas de fonte de renda, passaram a ser a nova realidade local.

A comunidade foi surpreendida pela tomada do território e pelo modo como foi sendo feito a transferência de posse de suas terras para as empresas. Várias reuniões foram feitas com os produtores orientados para a legalização de posses junto a Ruralminas, que oferecendo meias explicações foram avançando na tomada do território.

O discurso das empresas quanto à geração de emprego e desenvolvimento para a região logo caiu por terra, visto que além de não ofertarem tantos empregos como prometidos, os danos sociais e ambientais superaram qualquer bem feitoria proposta pelas empresas.

Esse processo refletiu em todos os aspectos, afetou todo o cotidiano e as práticas costumeiras da comunidade. Sem terra não havia como produzir, criar gado, plantar, trazendo reflexos diretamente aos hábitos alimentares, no rompimento dos vínculos, na desestruturação familiar, visto que principalmente os mais jovens, sem alternativa de trabalho, tiveram que largar suas casas e tentar outros meios de sobrevivência, além de imbricações a toda prática tradicional do lugar.

As plantações de eucalipto provocaram profundas mudanças ambientais, modificando completamente a paisagem natural da região. O Cerrado marcado pela diversidade se transformou na unicidade do eucalipto, na escassez de água e destruição de nascentes e rios, além da perda da diversidade de ervas medicinais e toda uma variedade de vegetação nativa arrancada na medida em que o correntão passava.

O contato de tradições seculares com todo esse processo modernizador, segundo Brito (2006, p.111) “produz lógicas e intersubjetividades de difícil representação e compreensão, incapazes de serem explicadas pelo viés da modernidade/pós-modernidade ou capital/trabalho”. Apesar da pressão que a comunidade sofreu com a tentativa de supressão de

suas tradições e cultura, Vereda Funda resistiu e se fortaleceu através dos próprios determinantes culturais, ou seja, através dos laços familiares, de religião e do grau de pertencimento adquirido ao longo dos séculos.

A comunidade passou então a lutar contra os empreendimentos instaurados na região e juntamente com experiências de outras comunidades atingidas pela monocultura de eucalipto começou a se articular e se fortalecer com o apoio de ONG's como o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Rio Pardo de Minas e participação em diversos encontros como os proporcionado pela Rede Alerta contra o Deserto Verde e a Rede Cerrado (BRITO, 2006).

Em 2004, os moradores da comunidade elaboraram um Projeto de Desenvolvimento para a comunidade denominado Reconservação Agroextrativista da Monocultura de Eucalipto Comunidade de Vereda Funda. Esse projeto, segundo Brito (2006), inclui utilização da terra, práticas produtivas, segurança alimentar, geração de trabalho e renda, considerando os ecossistemas e a cultura dos moradores. Tal projeto se propunha resumidamente a retomada do território a partir da experiência da própria comunidade tendo como meta a recuperação das áreas degradadas visando a recuperação da água e a produção agroextrativista.

Após essa organização e graças ao trabalho desenvolvido, a comunidade tem muito que comemorar conforme o boletim do Articulação no Semiárido (ASA Brasil) do dia 11 de maio de 2011²⁸,

no último dia 27, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o Iter assinaram a escritura pública, porém, somente no final da semana passada a notícia foi divulgada. O território tem 4.906,6647 hectares e é avaliado em R\$ 1,8 milhão. O assentamento deve ser realizado no máximo em cinco anos. Essa posse é resultado de uma forte luta das famílias e das entidades representativas dos trabalhadores rurais na reivindicação de seus direitos.(SANTOS, BORBOREMA E ROSA, 2011, p.11).

Deste modo, através de muita luta, da mobilização da população e do apoio de diversas ONG's e movimentos sociais, a comunidade conquistou uma área de aproximadamente 5.000 ha de seu território para a criação de um assentamento agroextrativista. Devido a vários momentos de reflexão crítica a todas essas incidências na comunidade, os moradores resolveram ir a luta em defesa de seus territórios e sua cultura. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o CAA e organizações religiosas tiveram papéis

²⁸ Disponível em: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_NOTICIA=6621, acesso dia 07 de junho de 2011.

importantes nessa fase quanto ao resgate de suas tradições e ao encorajamento à luta pela valorização de seus saberes.

Mais que reaver seus territórios, esse fato proporcionou para comunidade a conquista não somente territorial, mas também do direito de continuar usufruindo segundo suas tradições de manejo e preservação dos recursos, fortalecendo a articulação da comunidade na luta contra as investidas do capital, que nesse caso vem disfarçada de desenvolvimento.

Mais do que apenas elencar uma ou outra forma de apropriação dos recursos, as ponderações expostas até o momento, exemplificadas por essas duas comunidades, nos proporcionam reflexões sobre novas posições através das especificidades de cada região. Ao caracterizarmos os regimes de propriedade, os modos de vida comunitários, as tradições e os saberes dessas populações, contextualizamos cada elemento para melhor compreensão dos processos em que se dão o manejo dos recursos naturais.

Podemos assinalar, portanto, que há evidências suficientes para olharmos mais atentamente as formas de manejo das propriedades comunitárias de apropriação do espaço e do manejo, e aos distintos usos dos recursos naturais. Ao considerarmos os exemplos passados perceberemos que a mais tempo eles tem garantido o uso sustentado desse meio tanto material como simbolicamente.

PARTE 2

A NOVA DINÂMICA DO SETOR FLORESTAL: CERTIFICAÇÕES, CRÉDITOS DE CARBONO E PROJETOS DE MDL - OUTRAS ESTRATÉGIAS

CAPÍTULO 3

EXPANSÃO DA MONOCULTURA EUCALIPTO : PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL E MDL

As discussões sobre as mudanças climáticas e a inserção dos chamados MDL's (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo) para a mitigação do clima se intensificam e as tendências de expansão do consumo e conseqüentemente dos processos industriais, tem causado desajustes ambientais de proporções irreversíveis. A magnitude das catástrofes ambientais tem assustado e causado preocupação tanto para sociedade como para a comunidade científica.

O processo de acumulação e consumo originado pela revolução industrial provocou uma forma de progresso (econômico) onde as conseqüências são claramente visíveis. Por mais avanço que tenhamos conseguido ao longo dos séculos nas áreas da ciência e tecnologia, e diversos outros setores que continuam em expansão, não conseguimos avançar muito no que diz respeito aos impactos causados pelas “ações antrópicas”, resultando em catástrofes naturais, de certa forma reacionárias a essas atitudes se partirmos do princípio que para cada ação há uma reação.

No entanto, muitos são os tratados e conferências internacionais que visam a mitigação das variações climáticas, mas a verdade é que muitos desses acordos além de não estarem cumprindo com seus objetivos acabam intensificando problemas ainda maiores, de ordem não somente ambiental, mas também social e econômica. O Protocolo de Kyoto assinado em 1997 é um desses acordos pelos quais foram implantadas metas de redução de gases que geram o efeito estufa na tentativa de conter os impactos da emissão de poluentes principalmente dos países desenvolvidos, mas desde a sua implementação tem sido alvo de críticas no que diz respeito aos prazos e metas propostos.

É nesse contexto que percebemos que o referido protocolo além de não ter cumprido com algumas metas, por parte principalmente dos países mais poluidores, gerou um comércio sobre os créditos de carbono. O carbono se tornou moeda de troca, onde os países em desenvolvimento, como não eram obrigados a reduzir emissões, estão comercializando para empresas poluidoras de outros países em um processo de compensação de poluentes.

Diante deste cenário, tais acordos foram regulamentados durante a Conferência de Marraquesh, em novembro de 2001²⁹, onde surgiu o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) como a maneira encontrada, junto com o Comércio de Emissões, como mecanismos de implementação que permitem a participação de países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Concretizam-se os acordos, mas a sociedade continua a mercê desses projetos, recebendo toda carga de danos que lhes podem causar, como veremos no decorrer deste capítulo, onde damos início a discussão da nova dinâmica de expansão das monoculturas de eucalipto que visam não somente o abastecimento das siderurgias, mas também utilizam-se dos discursos e das crises ecológicas como alternativas lucrosas.

3.1- MITIGAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DEBATES ACERCA DO TEMA

Toda a atual atenção dada às mudanças climáticas não são meras preocupações de um grupo de ambientalistas ou governos inquietados com o meio ambiente. Esse tem sido o maior desafio da sociedade atual visto o enorme impacto que tal fenômeno tem provocado. As elevadas temperaturas têm acarretado conseqüências em diversas áreas que atingem desde a flora e fauna como também as grandes corporações mundiais, devido à expansão de suas produções que tem comprometido todo o ciclo sustentável da terra.

O aquecimento global é algo real e tem afetado diretamente as condições humanas de sobrevivência. Ele se reflete em aspectos essenciais para a vida, como a produção de alimentos, o acesso a água potável e até mesmo na manutenção dos padrões de consumo que o capitalismo atual impõe. Talvez seja esse o principal motivo do elevado grau de preocupação para com esse processo, que apesar de há muito tempo já ter dado o alerta, somente agora ganhou uma relativa importância, quem sabe pelo fato de que antes não comprometia tanto as relações econômicas, ou talvez pelo motivo que esses processos de destruição só afetavam os animais e as plantas e estavam “longe” de interferir de alguma maneira nas relações comerciais mundiais.

²⁹ Disponível em: http://porkworld.com.br/artigos/post/o-mecanismo-de-desenvolvimento-limpo-e-o-comercio-de-carbono_10050

A incessante disputa pelo uso e controle dos recursos naturais e a necessidade de manifestação do poder do homem sobre o meio ambiente tem causado tensões sociais, ambientais e econômicas que repercutem em todas as esferas sociais. O modelo local-global de relacionamento, ao mesmo tempo em que estreita padrões de consumo, gera também conseqüências ao satisfazê-lo em excesso.

A forma exploratória como o homem tem se apropriado dos recursos é a grande discussão por traz das bruscas alterações climáticas, as grandes catástrofes ambientais e a necessidade de mudanças de hábitos de produção acumulativa só demonstram o grau de manejo insustentável e atenta para repensarmos sobre a confiança que se tinha na esgotabilidade dos recursos e como diria Boa Ventura Santos (2012), no mito do crescimento econômico infinito. O devido reconhecimento desses fatos está sendo colhido da pior forma possível, com a destruição e morte de animais e milhares de pessoas contabilizadas a cada desastre natural justamente pela falta de respeito aos limites impostos pela natureza e até mesmo pela legislação. Esse tem sido o preço pago para que o grande capital continue sempre em expansão e acompanhando todas as investidas do mercado.

Infelizmente, a organização social que tem dominado o mundo é a da estrutura econômica efetiva (MARTINS, 2011) totalmente contraditória ao ciclo natural do meio ambiente. O homem, no entanto insiste em perceber esse meio como mero ambiente de exploração de ajuste aos seus padrões propostos.

Diante disso, é cada vez maior a demanda e os investimentos em pesquisas que demonstram as razões do aquecimento e principalmente que tente amenizar os impactos para evitar perdas ainda maiores, não somente ambientais e humanas, mas principalmente perdas econômicas. O ex-presidente Luiz Inácio da Silva em entrevista afirmou,

neste início do século XXI, nenhum cientista, líder político ou cidadão informado tem o direito de ignorar que vivemos dias decisivos. O aquecimento global e o ritmo de exploração dos recursos naturais tornaram-se insustentáveis e põem em risco a própria vida humana na terra. Diante disso, uma agenda está acima de todas as outras: como conciliar desenvolvimento econômico, justiça social e equilíbrio ambiental? (Luiz Inácio Lula da Silva, apud, SABBAG, 2008, p.113).

A questão deixada pelo ex-presidente Lula é a mesma estabelecida pelos governos em qualquer parte do globo terrestre (apesar das ações contraditórias ao discurso). O diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Alexandre

Mueller, divulgou recentemente através de um comunicado, o alerta às comunidades rurais, principalmente as que vivem em regimes de subsistência, que estão sob risco, pois são os primeiros a sofrerem com a escassez de água devido às mudanças climáticas, principalmente os que vivem em regiões mais secas e áridas. Além é claro de outras decorrências como enchentes, incêndios, aumento de tornados e furacões, e a completa extinção de várias espécies de plantas e animais.

As conseqüências de tanta imprudência é a elevação das temperaturas provocadas pelas elevadas taxas de concentração de gases de efeito estufa- GEE na atmosfera. Nessa perspectiva se inserem os protocolos e acordos internacionais e nacionais de medidas para tentar mitigar as mudanças climáticas, medidas essas que requerem alguns compromissos tanto por parte da sociedade em geral, mas principalmente pelo setor empresarial. A exigência da própria sociedade em transformar as empresas em menos poluidoras e sustentáveis constituiu um campo de marketing ecológico favorável a tais empreendimentos, que tem se apoderado das marcas e selos ecológicos como propaganda para seus produtos.

O Primeiro Ministro britânico das Finanças, Sir Nicolas Stern, assevera que “os benefícios de uma ação rigorosa e antecipada ultrapassam de longe os custos econômicos da falta de ação” (SABBAG, 2008,p.17). Muitas empresas têm atentado a isso, umas com o objetivo empreendedor de fazer a diferença com produtos ecologicamente correto, outras porque são obrigadas a respeitarem algumas legislações vigentes. Na verdade o que mais contribui para os efeitos que os cientistas vêm alertando é o fator econômico, que embora requeira um custo por parte dos industriais, fazem com que seus produtos sejam melhor visto pelo consumidor final.

A apropriação do discurso verde, proferido pelas empresas e legitimado pelo Estado, revela uma série de conseqüências onde o espaço é esvaziado de seu sentido natural para abarcar a materialidade econômica de uso em um processo valorativo inserido em uma lógica perversa de conflitos, principalmente territoriais, de exploração e utilização dos recursos.

Para o pesquisador Lopes Pinto³⁰,

³⁰ João Roberto Lopes Pinto é doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Atualmente é coordenador executivo do Instituto Mais Democracia e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ. Escreveu Economia solidária: de volta à arte da associação (Porto Alegre: UFRGS, 2006).

a viabilização de empreendimentos impactantes demonstra que há, no Brasil, um “processo de financeirização das políticas ambientais e abertura de um novo mercado, da chamada “economia verde”, que irá servir para gerar compensações que justificarão a continuidade da degradação socioambiental (PINTO, 2011, p.01).

Portanto, os acordos internacionais e toda legislação e normas vigente no país em relação ao meio ambiente, foram elaboradas no sentido de compensar os estragos causados pela industrialização, que segundo Bianchi (2003) estavam longe de atender aos anseios dos ecologistas e ativistas dos movimentos ambientais, pois os acordos eram avaliados da maneira que ponderavam perdas de valor econômico, analisando principalmente termos de custos/benefícios.

Não que a ISO (International Organization for Standardisation) seja neutra e objetiva, a ponto de inventar normas puras com validade mundial e efeitos neutros para todos os participantes do jugo comercial internacional. Ao definir normas, a ISO induz e exige comportamentos ou resultados que favorecem determinados objetivos e atores do cenário internacional (BIANCHI, 2003, p.15).

A ISO, como órgão responsável em estabelecer normas internacionais de caráter ambiental, tem se tornado uma importante ferramenta utilizada pelo setor empresarial na expectativa de obter relevância no mercado. Dessa forma as questões ambientais ficam cada vez mais submetidas às questões mercadológicas, ou seja, mesmo os processos de certificações e normas estabelecidas como forma de compensação dos desajustes ambientais provocados pelas ações industriais não são propriamente tidas como meios que garantam efetivamente a proteção do meio ambiente, mas até mesmo esses instrumentos são utilizados para fins econômicos atendendo a outros interesses que não propriamente a defesa desse meio. Bianchi (2003) chama esse tipo de ação humana que envolve a expansão do comércio de “paradigma do capital expansionista”

Diante da crise ecológica percebe-se que os instrumentos de normatizações e padrões de manejo dos recursos naturais tem tido efeitos contrários ao que inicialmente foram propostos. Os processos de certificações é um grande exemplo de análise visto estar inserida em um contexto sustentável, mas ao mesmo tempo acarretam uma série de questionamentos quanto à propaganda formada sob os produtos derivados de indústrias com “consciência socioambiental”, que acaba mais uma vez oferecendo a classe empresarial mais um meio de

obtenção de lucros. Em todo mundo podemos observar o distanciamento entre o discurso sustentável e a ação efetiva dessas empresas³¹.

As condições impostas pelos tratados internacionais com respeito ao manejo dos recursos naturais é resultado, segundo Shiva (1995 apud LASCHEFSKI, 2010) “da globalização das questões ambientais que estaria inviabilizando as preocupações ambientais múltiplas dos movimentos grassroot³²”. Dessa forma, as grandes proporções dadas aos problemas ambientais tratadas de forma global na verdade são uma maneira de achar outros responsáveis pelo problema,

Ao invés de responsabilizar o Banco e as empresas pelos danos ambientais causados por eles e pelo desaparecimento de comunidades rurais com modos de vida mais adequados ao meio ambiente, o problema foi tratado como recurso global (LASCHEFSKI, 2010, p.71).

Portanto, os impactos das mudanças climáticas, apesar de atingir a todos, recai primeiramente sob aqueles com menores condições e que muitas vezes têm melhor conhecimento sobre o bom manejo dos recursos naturais. Como citado anteriormente, o problema tem sido tratado de forma global, e assim vem ganhando destaque no debate internacional, com inúmeras conferências realizadas com os principais governos mundiais.

O resultado dessas convenções, podemos citar como exemplo, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizado na década de 1980, foi o primeiro passo para a discussão de tais questões. O avanço das pesquisas científicas sobre o assunto ajudou na ampliação do debate sobre o tema ao demonstrar os impactos e os efeitos causados. O Instituto Carbono Brasil traz a evolução desses debates como podemos observar no anexo 2 ao final desse trabalho.

Estamos vivendo momentos que antecedem a conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, a ser realizada em junho de 2012 no Rio de Janeiro, cujo a economia verde será o principal tema a ser discutido. Santos (2012) faz crítica a Conferência visto que a 20 anos atrás discutia-se o não controle irresponsável da exploração dos recursos em favor das políticas econômicas adotadas, e que até o momento pouca coisa

³¹ O desenvolvimento sustentável é definido como “aquele [desenvolvimento] que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras, de atenderem às suas próprias necessidades” (Relatório Brundtland, 1987)

³² Expressão dada a um grupo de pessoas com objetivos em comum, dispostos a dar visibilidade a suas causas através de passeatas, manifestações, etc...

mudou, visto que os principais poluidores, a exemplo dos EUA não deram muita importância aos acordos feitos.

Os encaminhamentos dados para essa conferência são um fator preocupante visto que insistem em manter o discurso da economia verde, apesar dos resultados ineficazes que tais políticas tem tido ao uso sustentável do meio ambiente conforme Santos (2012),

resumidas no conceito de economia verde — são escandalosamente ineficazes e até contraproducentes: convencer os mercados (sempre livres, sem qualquer restrições) sobre as oportunidades de lucro em investirem no meio ambiente, calculando custos ambientais e atribuindo valor de mercado à natureza.(SANTOS, 2012, p.1).

Ou seja, o mercado ainda continua controlando as relações ambientais, onde o fator econômico sobrepõe a crise ecológica instaurada pelo modelo neoliberal de relacionamento com os recursos naturais. Segundo Júnia (2012, p.1) a economia verde “tem consistido em “comodificar”, tornar papel moeda, todos os componentes da natureza, seja a biodiversidade, a água ou o carbono”, essa tem sido o carro chefe segundo os gestores mundiais para solucionar as crises ambientais.

Diante desse histórico percebe-se a evolução acerca do debate das questões ambientais, mas apesar dos discursos, na prática os avanços foram poucos, principalmente pelos impactos causados pelas próprias decisões dessas convenções e encontros, onde em muitas vezes o próprio desmatamento era visto como estratégia. Um outro exemplo são as consequências do Protocolo de Kyoto e os processos de compensação de emissões de gases através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, considerados salvadores do planeta.

3.2-CRÉDITO DE CARBONO E MECANISMOS DE DESENVOLVIMENTO LIMPO: IMPLEMENTAÇÕES DO PROTOCOLO DE KYOTO

O Protocolo de Kyoto merece ser analisado detalhadamente devido à sua relevância no que diz respeito à tentativa de conter as emissões de gases à atmosfera e assim repensar a conjuntura dos impactos causados pelos processos industriais. Este protocolo estabeleceu projetos que visam alcançar o equilíbrio às concentrações de gases no intuito de conter as emissões em um nível sustentável reduzindo assim a interferência no clima. Como o

protocolo é um acordo internacional (ARAÚJO, 2008) isso significa que o Protocolo compartilha preocupações e princípios dispostos na Convenção do Clima com complexidade situada nos requisitos de controle das emissões.

Os compromissos e metas assumidos entre 189 países³³ em somar esforços para contenção dos GEE's induz à mudanças no processo produtivo, pois as empresas terão que investir em mecanismos de contenção da poluição para que não tenha perda na eficiência e na qualidade do produto. Para isso o protocolo prevê três medidas para os países cumprirem suas metas: o primeiro prevê parcerias institucionais de responsabilidade social na criação de projetos ambientais; o segundo se refere à compra e venda dos créditos de carbono; e por fim os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Tais medidas requerem um preço que afeta o desenvolvimento econômico que os setores industriais não querem arcar. Esse foi o grande motivo dos EUA mais os seis maiores poluidores do mundo (China, Coréia do Sul, Austrália, Índia e Japão) não assinarem o acordo, justamente devido ao custo que a redução causaria a essas nações que conseqüentemente comprometeria a economia como um todo.

O carbono tornou-se então moeda de troca e uma alternativa viável para os países em desenvolvimento, já que os países que não tinham o compromisso em reduzir as emissões poderiam vender seus créditos, dessa forma o setor industrial não precisa alterar seu quadro de produção, muito menos reduzir suas taxas de poluição, apenas compram o que os outros países deixaram de poluir. O grande questionamento dessa medida é se realmente essa atitude tem contribuído para a mitigação das variações climáticas, visto que apenas há uma compensação dos problemas ambientais de um lugar (nesse caso dos países desenvolvidos) pela não poluição dos países em desenvolvimento.

No Brasil, o primeiro estágio do desenvolvimento do Mercado de Redução de Emissões foi a criação do banco de projetos,

cujo principal objetivo é dar publicidade às intenções de cessão de reduções de emissão, sejam elas certificadas (RCEs) ou ainda promessas de RCEs, promovendo o encontro entre participantes de projeto, investidores e compradores de reduções de emissão (SABBAG, 2008, p.70).

³³ Detalhe para a não participação do Estados Unidos que preferiram desenvolver estratégias próprias de contenção da poluição, estratégias essas muito menos rigorosas que o protocolo propunha.

Isso garante ao Brasil uma posição de destaque nas negociações de créditos, já que além de abrigar inúmeros projetos de MDL o país é um grande exportador de créditos de carbono. Como os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo foram outra medida adotada pelo Protocolo, requer também uma atenção especial devido ser um recurso de compensação utilizando novas tecnologias na tentativa de melhorar a qualidade de vida e manter um ambiente sustentável permitindo a participação dos países em desenvolvimento.

Portando, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo foi uma proposta brasileira instituído pelo Art. 12 do Protocolo de Kyoto. A criação e aceitação desse mecanismo de flexibilização foi aprimorada e a meta era estabelecer penalidades aos países do anexo I³⁴ conforme o grau de contribuição e de redução dos poluentes. Para isso as reuniões preparatórias da COP 3, que previa a criação de um fundo global – Fundo de Desenvolvimento Limpo – FDL, formado mediante aporte de recursos provenientes dos países incluídos no Anexo I evoluiu para o desenvolvimento do mecanismo limpo (PINHO, 2008).

Essa é a medida mais interessante para o Brasil, visto que os países do Anexo I interessados em manter seu ritmo de produção e preocupados com as metas impostas pelo protocolo tem investido fortemente nesses projetos, conseqüentemente nos empreendimentos de países que não possuem certa obrigatoriedade em diminuir seus poluentes.

Segundo Araújo (2008, p.29) diversos segmentos de mercado podem se beneficiar do comércio de créditos. A autora destaca principalmente os seguintes:

- Projetos de recuperação de gás de aterro sanitário, de gás de auto-fornos, biodigestor e outros gases,
- Energias limpas (biomassa, PCHs, eólica, solar etc.).
- Troca de combustíveis (óleo x gás, biomassa etc.).
- Eficiência energética e eficiência em transporte (logística).
- Melhorias/tecnologias industriais: cimento, petroquímica, fertilizantes etc.
- Projetos florestais (reflorestamento ou florestamento).

³⁴ A saber: países europeus ocidentais (Alemanha, Àustria, Bélgica, Croácia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Islândia, Itália, Lichtenstein, Luxemburgo, Mônaco, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça).

Países industrializados do leste europeu (Bulgária, Eslovaquia, Hungria, Polônia, República Checa e Romênia).
Países industrializados da ex-União Soviética (Rússia, Ucrânia, Estônia, Letônia e Lituânia).
Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Japão.

Obviamente alguns requisitos e deveres devem ser seguidos para obtenção do financiamento para tais projetos considerando as atribuições aprovadas na sétima Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, na forma do Anexo I. Dentre as imputações deve constar no documento de concepção do projeto uma descrição da contribuição da atividade de projeto para o desenvolvimento sustentável. Além de ser adicional, ou seja, “quem propõe o projeto precisa provar que sem o incentivo financeiro, a redução de emissões pretendidas não será alcançada” (QUERBEEK,2008,p.8), deverá também investir em tecnologias e transferir conhecimentos ambientalmente adequados e seguros.

Para Laschefski (2005), os mecanismos de desenvolvimento limpo

abre a possibilidade para empresas, corporações ou governos de países industrializados investirem em projetos nos países em desenvolvimento, contribuindo assim, para a redução de CO₂ na atmosfera. Os investidores recebem CER's que são contabilizados como crédito no balanço total das suas metas de emissão acordadas no protocolo de Kyoto (LASCHEFSKI, 2005, p.245).

Inúmeras são as posições favoráveis e contrárias a esse tipo de mecanismo, pois da mesma forma que se reconhece nesses projetos uma forma das empresas e corporações investir e incentivar tecnologias tidas como limpas e assim contribuir para o bem estar do planeta, correntes contrárias formadas por ambientalistas, estudantes e movimentos sociais que vem discutindo os impactos causados por diversas empresas que conseguiram investimentos junto aos órgãos internacionais para tais projetos temem que as áreas de plantios de eucalipto continuem a expandir e conseqüentemente seus impactos e danos ambientais e sociais, como esclarece Laschefski (2005),

a contribuição dessas plantações para o chamado desenvolvimento sustentável permanece um assunto bastante polêmico. Enquanto instituições governamentais e alguns ambientalistas apóiam tais iniciativas, os moradores locais e outras entidades temem a reativação da fronteira de monoculturas, sobretudo no bioma do cerrado, com graves conseqüências ambientais e sociais (LASCHEFSKI, 2005, p.247).

A preocupação das comunidades em áreas de plantio de eucalipto é justamente quanto ao aumento dessas áreas devido aos novos incentivos proporcionados ao setor, o que só

acarretaria mais prejuízos às populações que convivem diariamente com os problemas causados por ele.

Dentre diversos segmentos citados anteriormente que podem se beneficiar com o MDL, analisaremos somente os projetos voltados às áreas de reflorestamento. Como durante todo o trabalho estamos analisando a questão do eucalipto e seus impactos, a predileção por esse ponto de vista se dará de forma mais específica a partir desse momento visto que nessa segunda parte do trabalho nos propomos a analisar principalmente os processos de certificações e o projeto MDL da empresa Plantar.

3.3- O PAPEL DAS CERTIFICAÇÕES

Questões historicamente construídas em torno do excesso e abuso quanto ao manejo dos recursos naturais resultaram no necessário quadro de retrocesso às expectativas de crescimento econômico, principalmente por parte dos maiores poluidores do mundo. Os discursos climáticos de proporção global têm beneficiado um grupo seleto de organizações e empreendimentos que imbuídos pelo “discurso verde” tem se aproveitado das crises e catástrofes ambientais e se rotulado como salvadores do planeta. O grande questionamento é se realmente o clima, e principalmente as pessoas que estão sendo afetadas diretamente pelas irresponsabilidades e agressões ao meio ambiente, tem sido beneficiados com as possíveis soluções apresentadas até momento.

É sabido que questões ligadas ao meio ambiente sempre estiveram subordinadas a outras questões, principalmente no que diz respeito às decisões econômicas. No entanto, as questões ligadas ao meio ambiente tomaram proporções tão gigantescas que ficou impossível não tratar sobre o assunto e dar a devida importância para o tema visto tamanha degradação causada por décadas de desrespeito aos limites impostos pela natureza e degradação dos recursos naturais. O crescimento econômico contribuiu, portanto para o estabelecimento da crise ecológica atual.

Nesse sentido, apesar da consciência empresarial dar passos lentos em relação a responsabilidade que essas devem ter para com o meio ambiente, alguns visionários ao contrário, encontraram justamente nesse setor (que até então gerava prejuízos) uma forma de lucros maiores e ainda proporcionar uma boa imagem para os seus produtos.

Cabe ressaltar, “que apesar dos avanços da tecnologia, no sentido de abrandar alguns efeitos nocivos ao meio ambiente, a industrialização ainda é responsável pelo agravamento da

crise ecológica” (BIANCHI, 2003, p.26). É justamente sob essas responsabilidades que políticas ambientais vêm sendo reformuladas bem como medidas que garantam isso ao consumidor. Surgem nesse contexto os processos de certificações e os inúmeros selos ambientais que além de ofertar certa garantia ao consumidor sobre o produto e o nível de responsabilidade industrial, garantem a empresa o diferencial no mercado e lucros cada vez mais exorbitantes sob a propaganda e o marketing utilizado.

O paradoxo entre responsabilidade ambiental e marketing empresarial tem suscitado inúmeras críticas aos órgãos responsáveis pelos inúmeros “rótulos verdes” oferecidos. Tais consultorias e órgãos tem sido chamadas de “capitalistas verdes”:

a maior crítica feita aos selos e aos organismos de certificação ambiental é a de que estes abrigam tendenciosidades e imprecisões, favorecendo setores produtivos dos países desenvolvidos, trazendo prejuízos às empresas em desenvolvimento (BIANCHI, 2003, p.33).

O autor ao fazer tal afirmação, se refere ao uso das certificações como barreiras comerciais utilizadas pelo comércio internacional. Para ele tais instrumentos são usados como medidas protecionistas devido os países desenvolvidos possuírem um grau de consciência ambiental mais avançado que os países em desenvolvimento, o que proporcionaria a esses uma vantagem sobre a concorrência com os produtos advindos dos países em desenvolvimento³⁵.

Tais contrastes produzem questionamentos sobre as várias facetas das certificações, visto ser mais uma medida onde o meio ambiente fica em segundo plano. Apesar de trazer consigo normas e princípios a serem respeitadas pelas empresas que almejam adquiri-las, as certificações têm determinado maior competitividade e estabelecido práticas comerciais tendenciosas e passíveis de críticas.

Estabelecido essas contradições, buscamos analisar como o mercado de certificações tem expandido suas fronteiras ao mesmo tempo em que a degradação ambiental tem aumentado, apesar das tentativas de amenizá-las como, por exemplo, com incentivos a projetos de Mecanismos Limpos analisados acima. A predileção em analisarmos o caso específico do setor florestal deve-se principalmente pelo fato das abordagens feita até o momento pelo Conselho de Manejo Florestal FSC- Brasil (Forest Stewardship Council) e as áreas potencialmente certificadas das plantações de eucalipto.

³⁵ Os preços dos produtos originados nesses países são relativamente mais baratos devido a farta matéria-prima e mão-de-obra barata.

A Holanda foi o primeiro país a receber o selo ecológico (BIANCHI, 2003), a partir de então vários selos ambientais foram lançados em diversos países simbolizando o avanço para o consumidor que passou a identificar melhor os produtos e as empresas ambientalmente responsáveis. Esse avanço para o consumidor acompanhou também a evolução dos discursos e debates para o consumo de forma ambientalmente correto.

Sendo assim,

um rótulo ecológico é a certificação de produtos com qualidades ambientais, que atesta (através de uma marca colocada no produto ou na embalagem) que determinado produto, adequado ao uso, apresenta o menor impacto ambiental em relação a outros produtos “comparáveis” disponíveis no mercado (ABNT, 1994 apud BIANCHI, 2003, p.233).

Iniciou-se assim a corrida pelos selos e a busca por novos mercados aumentando conseqüentemente a competitividade industrial. Para o setor florestal representava sua entrada no mercado internacional facilitando as exportações.

A valorização dos produtos através das certificações e o marketing estabelecido pelas empresas, têm suplantado o objetivo maior de tal instrumento. Os critérios estabelecidos muitas vezes não são seguidos devido a inúmeros fatores, entre eles pelos jogos e alianças de poder, visto o envolvimento (no caso do setor florestal) de grandes organizações mundiais implicados nesse processo.

Como dito, as iniciativas ocorreram em países desenvolvidos onde teoricamente tem-se um grau de discussão ambiental mais elevado, e conseqüentemente a legislação é mais severa. Desse modo, grandes empresas se instalaram em países em desenvolvimento para fugirem das pesadas restrições ambientais impostas nesses países. O Brasil foi um grande receptor dessas empresas, atraídos por incentivos fiscais e toda a legislação concernente e favorável ao uso indiscriminado dos recursos naturais.

O Forest Stewardship Council (FSC), ou Conselho Brasileiro de Manejo Florestal, organização responsável por garantir o manejo correto das florestas a fim de promover uma produção ecologicamente viável. A missão do Conselho³⁶ é “difundir e facilitar o bom manejo das florestas brasileiras conforme Princípios e Critérios que conciliam as salvaguardas ecológicas com os benefícios sociais e a viabilidade econômica”.

³⁶ Segundo o site do Conselho, disponível em: <http://www.fsc.org.br/>

O FSC ao considerar plantações como florestas passíveis de certificação gerou um grande descontentamento principalmente aos ambientalistas que consideram a diversidade de uma floresta. A crítica levantada aqui é um meio de chamarmos a atenção para a diferença entre Plantações e Florestas, que por mais que diversos autores os consideram iguais, compartilhamos com Fiorillo (2002) a idéia que

as florestas são bens ambientais que possuem natureza difusa, pois sua titularidade é o povo e, quando situadas em espaços e propriedades privadas, estas devem sofrer limitação pelo só fato de que o bem ambiental a todos pertence e todos têm direito de seu uso e gozo (FIORILLO, 2002 apud SUNDFELD, 2008 p.01).

Sendo assim, de maneira alguma qualquer tipo de monocultura pode ser denominado como floresta, visto justamente não possuir a diversidade da fauna e flora de uma floresta, muito menos de ser gerenciada pelos povos dela, pelo contrário foram lhes retirados o direito de manejar esse ambiente que os pertenciam e mantinham os entregando nas mãos de corporações internacionais.

O cultivo do eucalipto, de acordo com a abordagem do FSC, é considerado floresta e por isso pode ou não ser certificado. Dessa maneira inúmeras áreas de monocultura foram e estão sendo certificadas, e com isso inúmeras comunidades tradicionais e pequenas propriedades de terras estão sendo sucumbidas para legitimar novas práticas de cultivo totalmente contrárias a gestão comunitária da diversidade que esse meio os ofertava e que esses povos conservavam, justamente por dependerem desses recursos para sua reprodução social.

A tentativa dessas empresas de se legitimarem como ecologicamente corretas fez crescer a busca pelas certificações. Segundo o site do FSC o processo da certificação é um processo voluntário em que é realizada a avaliação da empresa, por uma organização independente, a certificadora, e verificado os cumprimentos de questões ambientais, econômicas e sociais que fazem parte dos Princípios e Critérios do FSC.

A certificação dessa maneira facilita a comercialização dos créditos de carbono e contribui na justificativa de expansão das áreas plantadas com a intenção de prestar assistência a outros países com dificuldades em diminuir suas emissões. Dessa forma

legitimam-se seus investimentos em tecnologias limpas na utilização de fontes renováveis contribuindo para a sustentabilidade do planeta³⁷.

Todo este esforço do setor se justificaria pelo aumento do preço do carvão vegetal em virtude do aumento da exportação de produtos da cadeia produtiva dependente da madeira e pelas possibilidades de financiamento desta produção oriundas dos “créditos de carbono” (OLIVEIRA, 2007, p.4).

As conveniências que as certificações dão ao setor florestal favorecem sob maneira a imagem das empresas, o mercado e os lucros, pois ao se apropriarem desses conceitos passam a ter maior aceitação da sociedade em geral. Considerando que uma das principais atividades do FSC é ampliar os benefícios sociais e ambientais através desses empreendimentos buscaremos na comunidade São José do Buriti, localizada na área de plantação da Plantar e certificada pelo FSC se tal objetivo tem sido concretizado. Discutiremos sobre esse assunto mais detalhadamente no próximo capítulo, mas podemos adiantar que após as análises das entrevistas realizadas na comunidade podemos afirmar que os conflitos tem se perpetuado e a exploração dos recursos também.

O que por enquanto podemos afirmar é que após a adesão brasileira aos acordos do Protocolo de Kyoto e após o estopim da crise financeira global, “os governos intensificaram suas ações sinalizando com políticas públicas generosas para tecnologias menos poluentes” (JANK, 2009, p.32). A expectativa do setor empresarial pelos financiamentos a esses projetos é a causa da preocupação das comunidades que vivem em áreas de plantio, que sabem que tais investimentos têm colaborado e provocado a expansão da monocultura e conseqüentemente a expansão dos problemas gerados por elas.

Nesse momento o que estamos chamando atenção é que a boa imagem dada a esses projetos, principalmente para o projeto da empresa Plantar e as grandes extensões de eucalipto plantados, é desproporcional à visibilidade para as necessidades da população que tem convivido com os impactos ambientais e sociais dessa empresa.

Para os órgãos de comunicação e os encontros do setor empresarial, as medidas adotadas até o momento tem lhes colocado em posição de destaque como estampado no site da Associação Mineira de Silvicultura (AMS),

³⁷ Apesar das certificações não serem um critério direto para aprovação de um projeto de MDL, destacamos nesse trabalho o papel das certificações pelo fato do projeto de MDL analisado (Plantar S.A) estar também em contexto de certificação.

O Brasil possui uma das matrizes energéticas mais limpas do planeta e é ainda um dos grandes removedores de carbono da atmosfera. A capacidade de seqüestro de CO₂ da agricultura tropical, as técnicas conservacionistas, como o plantio direto, e diversas outras ações inovadoras na área empresarial apontam que o nosso país pode se tornar referência na solução da questão climática (JANK, 2009, p.33).

As sérias críticas a esses projetos denunciadas durante anos por vários movimentos sociais e ONG's ambientais parecem não ter tido as devidas considerações, pois até o momento desde 2005, mais de 300 projetos de MDL foram implementadas no Brasil³⁸. Não estamos aqui desconsiderando os investimentos e estudos em alternativas para uma tecnologia mais limpa que contribua para o meio ambiente. O que chamamos atenção é para as falhas nas implementações desses projetos, que começam desde suas certificações, até a falta de transparência no cumprimento dos critérios estabelecidos e o desrespeito às sugestões e opiniões das comunidades diretamente envolvidas no processo que continuam sendo ignorados.

Desde a consideração dessas plantações como florestas³⁹ às irregularidades cometidas nos processos de certificações, faz pensar na credibilidade dada aos órgãos responsáveis em creditá-las. Dessa forma as expectativas em acreditar nos órgãos responsáveis em garantir proteção aos abusos cometidos ao meio ambiente tem gerado preocupação pelo o rumo que as coisas tem tomado, “a disseminação das plantações está fechando as portas às opções de restaurações dirigidas pela comunidade” (CARRERE, 2003, p.23).

Como veremos no próximo capítulo, os mecanismos de mercado de créditos de carbono estão trazendo mais inconvenientes que benefícios, pois além das empresas poluidoras em outros países não reduzirem as emissões de GEE's e assim contribuírem para as mitigações das variações climáticas, pois compra os créditos de países como o Brasil e incentivam projetos de MDL, geram problemas maiores de ordem econômica, social e

³⁸ Dados retirados do Encontro- O papel da Sociedade civil em Projetos de Mitigação das Alterações Climáticas – realizado em Brasília nos dias 26 e 27 de outubro.

³⁹ Importante destacar que para aprovação do princípio 10 especificamente, onde considera-se plantações como florestas, foi um momento de bastante discussão, pois boa parte do conselho não consideravam tal decisão. Após amplo debate o conselho estabeleceu e aprovou esse princípio com ressalva, como podemos observar nessa nota divulgada no site do FSC - “O FSC também reconhece diferenças entre plantações florestais de espécies exóticas e de espécies nativas. As primeiras inerentemente colocam mais riscos do que as segundas e exigirão salvaguardas ecológicas e sociais adicionais. Tais salvaguardas serão articuladas no âmbito dos padrões regionais do FSC. Para candidatar-se à certificação, todas as florestas, incluindo as plantações florestais, devem atender aos Princípios e Critérios de 1 a 9. As plantações florestais, entretanto, devem também satisfazer o Princípio 10 e seus Critérios. Disponível em: <http://www.fsc.org.br/index.cfm?fuseaction=conteudo&IDsecao=172>, acesso março de 2012.

ambiental nos países hospedeiros de tais projetos, visto que a finalidade dessas empresas é muito além do desejo de contribuir com o meio ambiente.

Si no se mejoran las formas de control público y social, si no se aumentan la exigencias, los créditos de carbono ya no servirán más ni para engañar las conciencias de los países más desarrollados. Y si no mejoran en sustentabilidad social y ambiental, los países en expansión, como Brasil, perderán estas inversiones de los países industrializados que podrían contribuir a pagar su deuda ambiental con el mundo (IBORRA, 2010).

CAPÍTULO 4

O CASO PLANTAR E DA COMUNIDADE SÃO JOSÉ DO BURITI

Você sabe por que eu odeio o eucalipto?
É porque ele não deixa horizonte⁴⁰

O Modelo de gestão sustentável adotado pelo setor florestal utilizando as certificações como instrumentos de garantia de bom manejo ambiental têm impulsionado a incessante busca das empresas pelos órgãos responsáveis em garantir ao setor esse diferencial. Na medida em que tais mecanismos de controle vão ganhando espaço na opinião pública, aumentam também sua importância para os empreendimentos interessados em conquistar novos mercados.

Oportunidade para novas vendas ou não, os interesses do setor florestal em adquirir mercado para seus produtos e os inúmeros selos verdes concedidos a essas empresas tem proporcionado a destituição de formas familiares diversificadas de manejo do solo que não visam diretamente o lucro. A lógica contra a corrente mercantilista e capitalista empreendida pelas comunidades e povos que sobrevivem (ou pelo menos sobreviviam) dos recursos dispostos na natureza, e a transferência do direito de uso desses recursos para as empresas multinacionais “habilitadas” para a exploração do local, tem elevado a discussão acerca das exigências estabelecidas pelos órgãos responsáveis pelo bom manejo das florestas.

Os benefícios proporcionados pelas certificações a essas empresas são inúmeras vezes desproporcionais aos impactos causados às comunidades locais. Os problemas analisados como a falta de água, o convívio com os agrotóxicos e a possibilidade de envenenamento, a pouca oferta de empregos e os transtornos quanto ao relacionamento entre comunidade/empresa dispensa comentários sobre a finalidade do FSC quanto a garantia do bem estar social, econômico e ecológico que a organização propõe.

Da mesma forma, as novas maneiras encontradas de ganhar lucro sobre as plantações de eucalipto proporcionado pelos projetos que contribuam para a redução das emissões de gases poluentes, mais que expectativas, têm preocupado a população, principalmente aquelas que perderam o direito de uso a terra que representava mais que sua fonte de renda, era também um espaço carregado de simbologia e tradicionalidade e que atualmente estão sendo

⁴⁰ Fala de um morador da comunidade de São José do Buriti de 83 anos, ao afirmar que “não tem coisa melhor que ir para uma roça e no caminho poder ir contemplando a natureza, hoje para onde você olha só tem eucalipto”.

transferidos para mãos de multinacionais cada vez mais interessados em compensações lucrativas.

Esse capítulo, portanto se propõe a analisar detalhadamente o processo de certificação e validação do projeto de MDL específico da empresa Plantar, bem como seu relacionamento e/ou consequências para a comunidade São José do Buriti⁴¹, área vizinha a empresa no município de Felixlândia.

4.1-SÃO JOSÉ DO BURITI OU SÃO JOSÉ DO EUCALIPTO?⁴²

A escolha em pesquisar melhor essa localidade partiu da oportunidade de participar do projeto “Levantamento dos impactos Socioambientais da Monocultura de eucalipto: um estudo de caso da Plantar” fruto da parceria entre o CAA/NM e o CEPEDES (Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia), que me permitiu conhecer melhor a realidade local, sendo ela uma das que tem maior atuação frente ao projeto de MDL da Plantar.

Diferente da região norte mineira estudada na primeira parte do trabalho, São José do Buriti está localizada no município de Felixlândia, na região central do estado de Minas Gerais. A mesorregião Central mineira, como podemos observar na figura 04, é uma das doze da área estadual agrupadas em 3 microrregiões, formada por Curvelo, Bom Despacho e Três Marias. Felixlândia está situada na microrregião de Curvelo juntamente com mais 10 municípios possuindo no total uma população de 150.661 habitantes (IBGE,2010).

Segundo o IBGE (2010) Felixlândia pertencia ao município de Curvelo, quando ainda era chamada de Piedade do Bagre, somente elevando a categoria de município em 1948 já com a denominação de Felixlândia. Possui atualmente uma população de 14.121 habitantes e tem sua economia baseada na agricultura, pecuária, extração de pedra ardósia, monocultura de eucalipto além do comércio local. A região contempla diferentes ecossistemas do estado, desde cerrados a recortes da mata atlântica, dividindo espaço também com montanhas e planaltos.

⁴¹ O município da comunidade pode ser localizado no mapa na figura 1.

⁴² Frase muito utilizada por alguns moradores locais para enfatizar a crítica a quase extinção dos buritis em prol do eucalipto. Ver anexo 4.

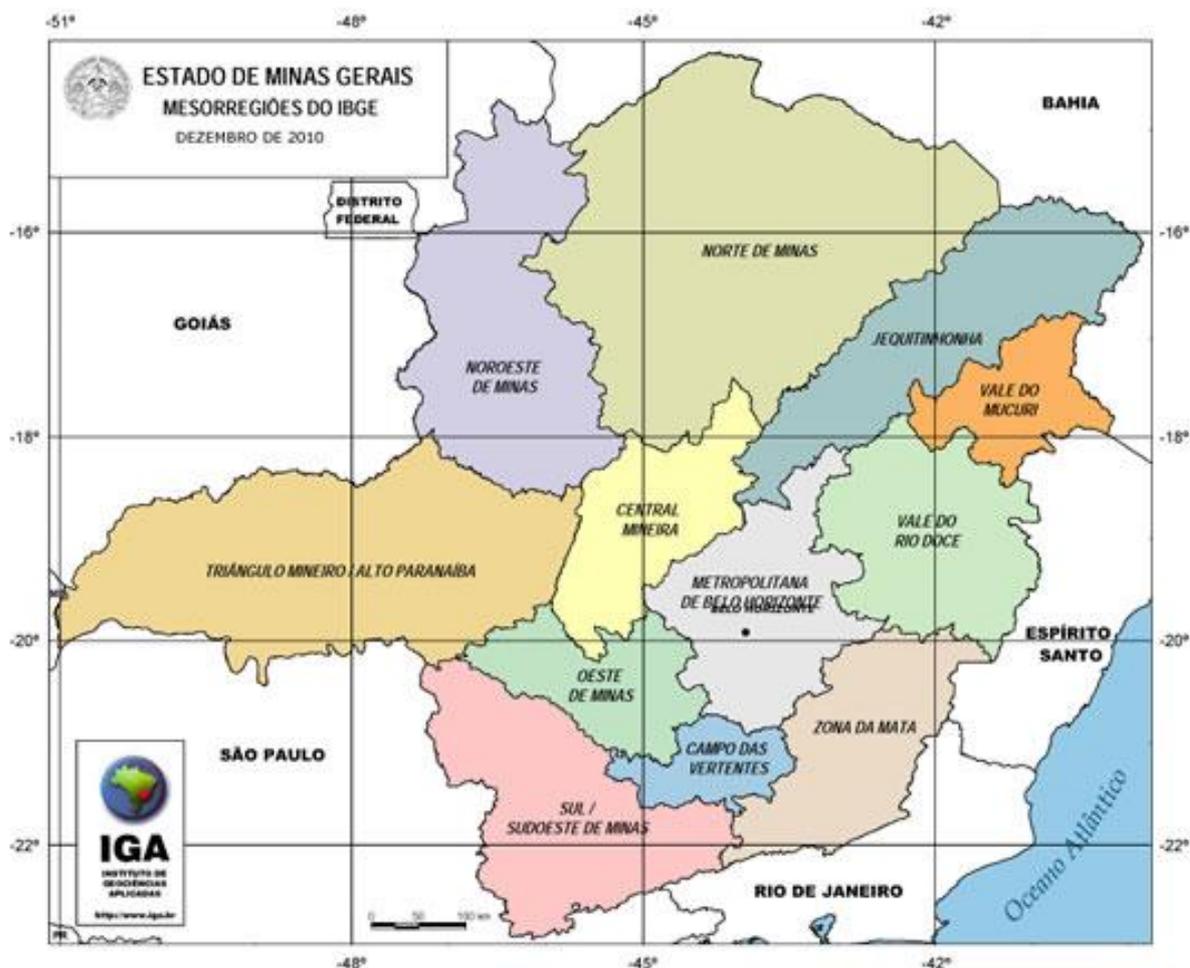


Figura 04: Mesorregiões do Estado de Minas Gerais.

Fonte: Governo de Minas Gerais, disponível em: <http://www.mg.gov.br/governomg/ecp>, acesso dia 20 de janeiro de 2012.

A região de Curvelo, Felixlândia e Morada Nova tiveram ainda maior importância e visibilidade econômicas, principalmente, a partir do momento em que fizeram parte do local de atividades e implementação das unidades de carbonização do projeto de MDL da Plantar.

Para entendermos melhor o histórico de São José do Buriti, convidamos alguns moradores, entre jovens e idosos, para nos ajudar a retratar melhor o local através de um desenho simbolizando um mapa da região. Através dessa imagem eles puderam detalhar melhor como era a comunidade e como estar hoje. Como não há um histórico oficial sobre o distrito especificamente, buscamos por meio dessa técnica resgatar a história desse lugar através da memória dos moradores mais antigos⁴³, expressada em relatos de vida e experiências.

⁴³ Foram convidados 5 moradores locais. As idades variam de 86 a 18 anos entre homens e mulheres.

Segundo o IBGE (2010), o distrito de São José do Buriti foi criado pela lei estadual nº 1039, de 12 de dezembro de 1953 e anexado ao município de Felixlândia- MG. Localizada a beira da represa de Três Marias, lago criado para funcionar a usina hidrelétrica inaugurada em 1962, construída com recursos da Comissão do Vale do São Francisco – CVSF, responsável em abastecer 80 % da energia consumida no Norte de Minas Gerais

De acordo com os moradores mais antigos da região, o distrito começou a ser formado por trabalhadores das grandes fazendas que ali existiam. A velha Maria Alves, como é chamada por esses moradores, junto com Olimpo Caetano, também outro grande fazendeiro, doaram três alqueires de terra para a construção de uma igreja em 1932. Desde então os trabalhadores dessas fazendas passaram a construir suas casas ao redor dessa igreja, formando assim o arraial do Buriti cumprido que anos depois iria se chamar Buriti do São José e logo depois São José do Buriti.

O nome foi assim escolhido devido a enorme quantidade de buriti (*Mauritia Flexuosa*) existente no local, planta típica de regiões alagadiças. Tem seu habitat natural principalmente às margens de rios e igarapés, ambiente que era comum na comunidade, e representava também fonte de renda aos moradores locais devido o consumo da polpa para doces, geléias, óleo, além do uso das raízes como ervas medicinais e da fibra na construção dos telhados das casas. Além disso, a proximidade do Rio São Francisco proporcionava uma outra fonte de renda para os inúmeros pescadores da região, tanto para a comercialização, quanto também pela representatividade e importância na cadeia alimentar dessa população.

Além dos mapas falados que foi uma importante técnica utilizada para entendermos melhor a comunidade, sintetizou-se o histórico local também em uma linha do tempo, para o entendimento dos processos vividos pela comunidade até a chegada das primeiras plantações de eucalipto conforme a figura 05, apresentada em seguida.

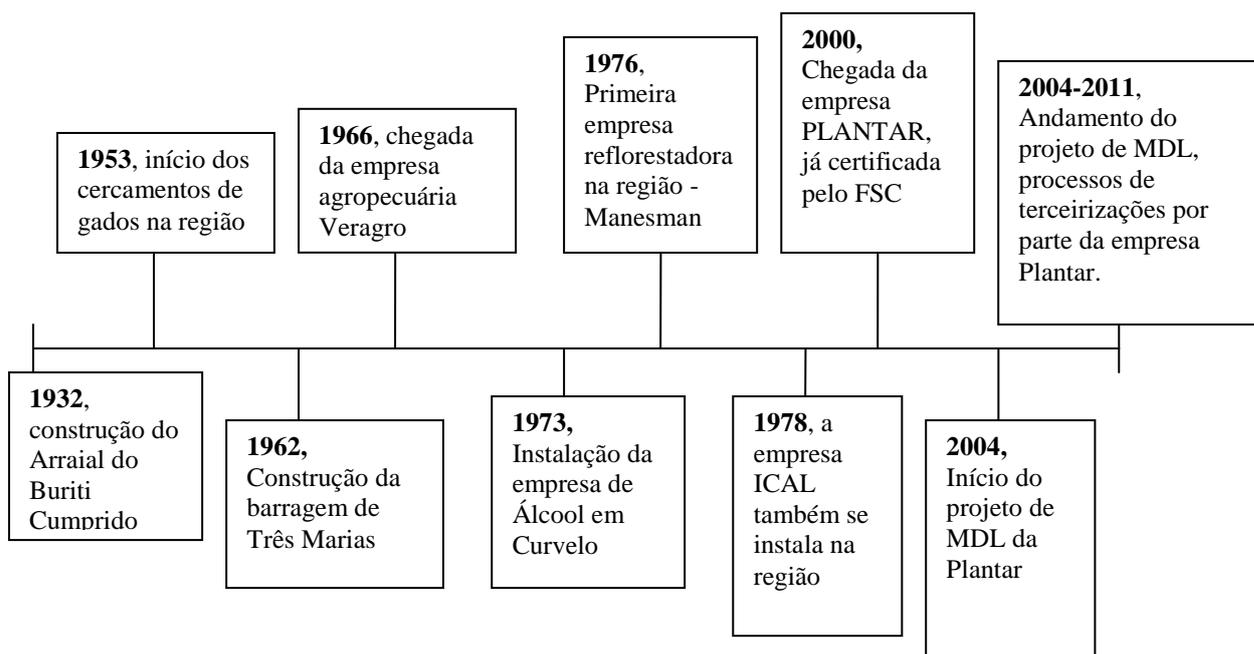


Figura 05: Linha do tempo da comunidade de São José do Buriti entre 1932 a 2011
Fonte: elaboração própria

Podemos perceber pela linha do tempo que a comunidade, principalmente a partir de 1932, passou e vem passando por grandes transformações em sua estrutura econômica, social e ambiental. Utilizando dessa técnica e dos mapas falados, conversei com moradores que acompanharam boa parte dessas transformações e puderam falar com propriedade de como era a comunidade antes e depois da monocultura do eucalipto. A figura 06 apresenta uma amostra desse histórico falado e retratado, enfocando principalmente o modo de vida da comunidade antes desses projetos chegarem à região, em meados da década de 1930.

Apesar dessa se encontrar na mesorregião central do estado, em contexto diferente do contexto norte mineiro, São José do Buriti faz parte do mesmo universo de tradições e simbolismo das primeiras comunidades analisadas. A população desse distrito também possui forte ligação com o território, “o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades” (HAESBAERT, 2006, p.35), assim como Canabrava, Rio Pardo e diversas outras comunidades mineiras.

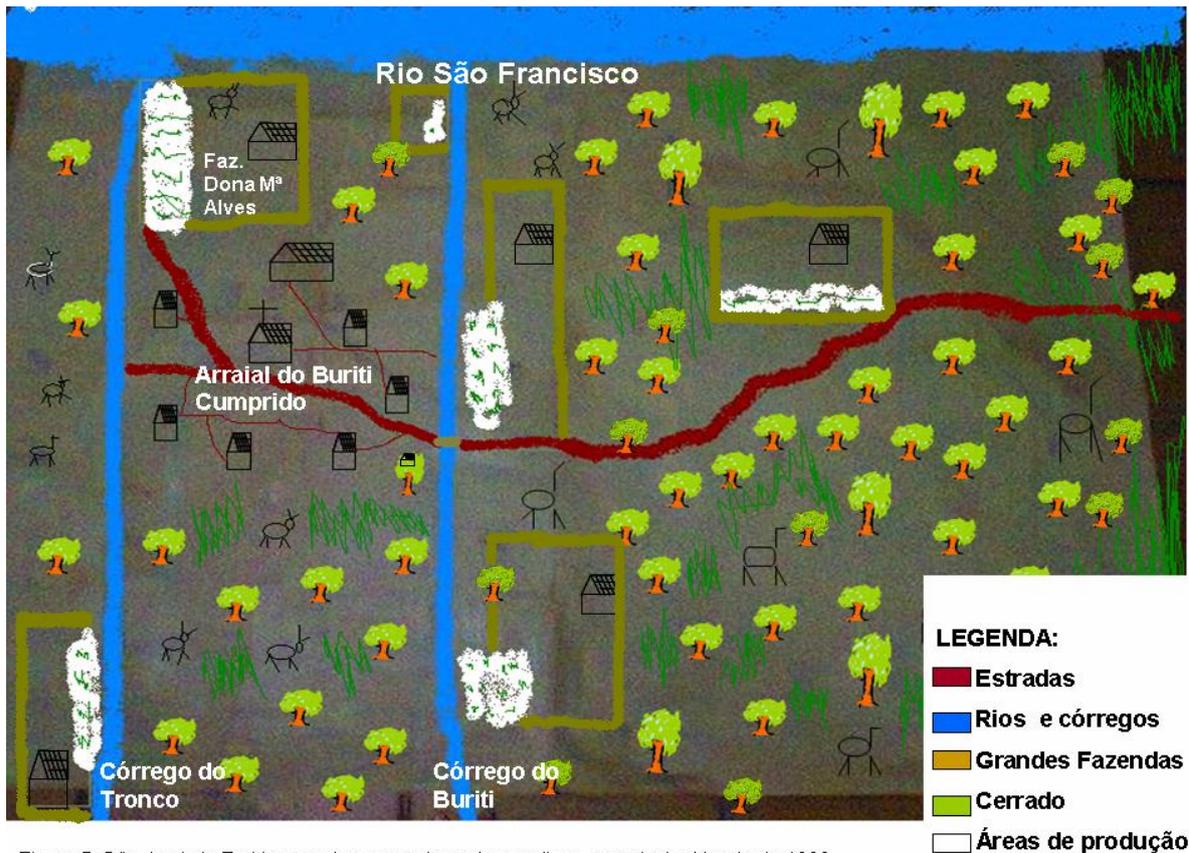


Figura 5: São José do Buriti antes da monocultura do eucalipto, a partir da década de 1930

Pode-se dizer que o histórico da comunidade divide-se em três momentos distintos, como podemos observar na linha do tempo. No primeiro momento a região era cercada por grandes fazendas, algumas já com iluminação tocada por moinhos, criações de gado, produção de arroz e algodão, cana de açúcar para fabricação de rapadura. A plantação de mandioca era a produção local mais forte. O arraial nessa época não chegava a cinquenta moradores, justamente os trabalhadores dessas fazendas. Apesar das grandes propriedades, a solta de gado em áreas de uso comum era uma prática recorrente.

A partir de 1923, quando começaram a dar início as obras, e sobretudo após 1962, com a construção da barragem de Três Marias, vieram também os cercamentos. O município passa, então, por uma nova dinâmica territorial. As relações entre trabalhadores e fazendeiros mudam destituindo o sistema de agregados, fazendo com que esses trabalhadores se tornassem assalariados. Além de todos os impactos sabidos de uma barragem, a represa afetou o processo reprodutivo de várias espécies de peixes, principalmente o Curimatá-pacu, afetando, conseqüentemente, a renda familiar de diversos pescadores, comprometendo também, a alimentação dos moradores locais.

Na margem do rio São Francisco moravam cerca de 50 famílias, os sitiantes ficaram na época revoltados com a decisão da construção da barragem, como relata esse morador de São José do Buriti, que nem a indenização de um lote pequeno recebeu como os outros.

Eu tinha um hectare e meio de terra, mas só comprava sal e querosene aqui pra casa, o resto era tudo das plantações, muita fartura (E10, ex-ribeirinho, 78 anos).

Diversos moradores não aceitaram a indenização e perderam tudo, o caso mais grave foi de um dos fazendeiros mais poderosos da região que chegou a cometer suicídio após essas transformações. Todos os ribeirinhos afirmam que aquilo hoje é um deserto perto da fartura e da beleza da época que habitavam ali.

Na mesma década em 1966 o empresário Azevedo Antunes se associa a um outro empresário norte americano na criação da Veragro – Veredas de Minas Agropecuária S.A, a empresa comprou grandes quantidades de terras no município e empregou muitos trabalhadores durante anos. Além da criação de gado, a empresa produzia principalmente mandioca, tudo indica que essa produção já era para abastecimento da usina de álcool que anos mais tarde seria inaugurada em Curvelo em 1973 que fazia parte do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). De acordo com Motoyama (2004) a Petrobrás foi a responsável pelos investimentos na produção do álcool de mandioca, desenvolvido pelo Instituto Nacional de tecnologia (INT). A usina de Curvelo foi pioneira nessa produção chegando a processar 150 toneladas de mandioca por dia.

Com a crise do petróleo e o fracasso do Proálcool, a usina de Curvelo fechou e a Veragro pouco tempo depois decretou falência, dando início ao outro momento que data a partir de 1976 quando começaram as primeiras plantações de eucalipto na região. A Manesman foi a primeira empresa a comprar terras para suas plantações. Comprou primeiramente a Fazenda Santa Cruz depois foi expandindo suas áreas comprando dos outros vizinhos. A Ical chegou logo em seguida e por último a Plantar que comprou primeiramente as terras da Veragro em 2000.

Eu nunca podia imaginar que eu iria vê na minha vida e aqui tão próxima uma quantidade tão grande de eucalipto assim. Aqui antigamente corria muita água, era abundante, tinha os córregos, e logo no primeiro ano depois desses eucalipto nós já passamos necessidade por falta de água. No meio da seca pro fim sempre acaba faltando água (E4, pequeno agricultor de SJB, 76 anos).

A figura abaixo retrata esse segundo momento, onde a comunidade passou a receber toda a carga de danos de dois processos muito impactantes, tanto da barragem quanto das primeiras plantações de eucalipto.

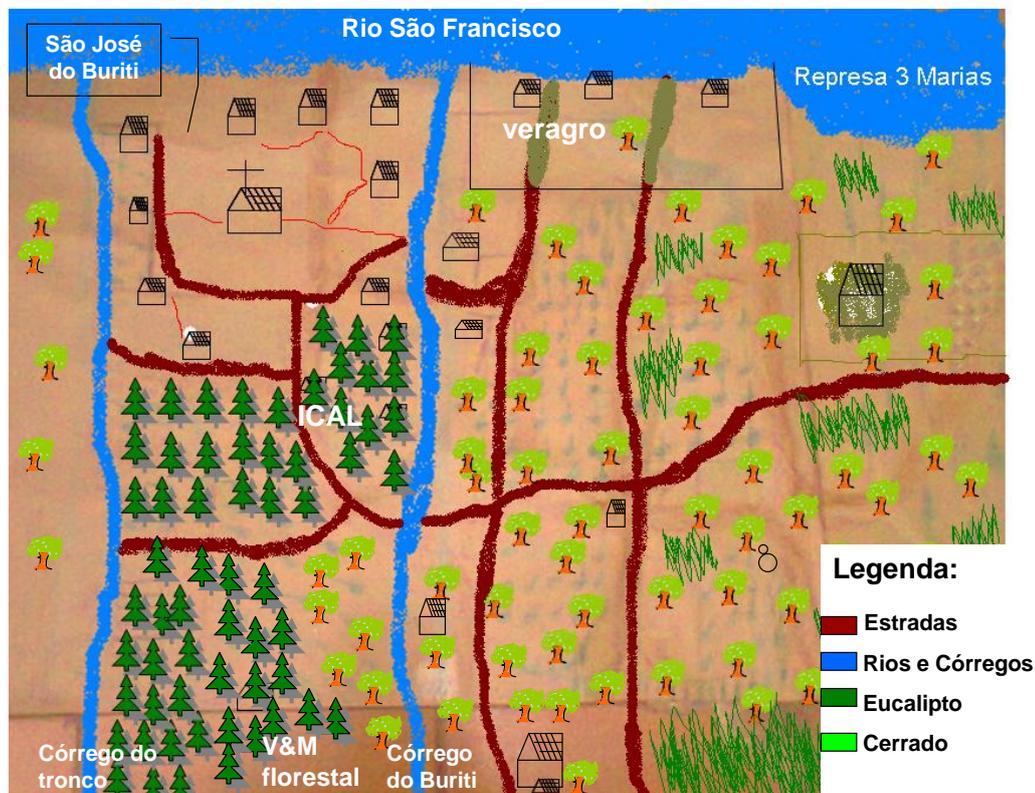


Figura 07: Segundo momento da comunidade São José do Buriti. Barragens e primeiros plantios de eucalipto.

Após a chegada dessas empresas, o distrito de São José do Buriti passou por enormes processos de mudança, tanto cultural quanto econômica e ambientalmente. As primeiras demonstrações foram os impactos causados com a falta d'água, as nascentes do córrego do Buriti e do Riacho Fundo secaram, coisa que nunca tinha acontecido de acordo com os moradores. Foram feitas denúncias em que constataram que o eucalipto estava plantado a apenas 18 metros da nascente. Após a visita de uma comissão parlamentar, formada por cinco deputados lideradas pelo Padre João (do Partido dos Trabalhadores- PT) a empresa foi obrigada a recuar 100 metros das nascentes.

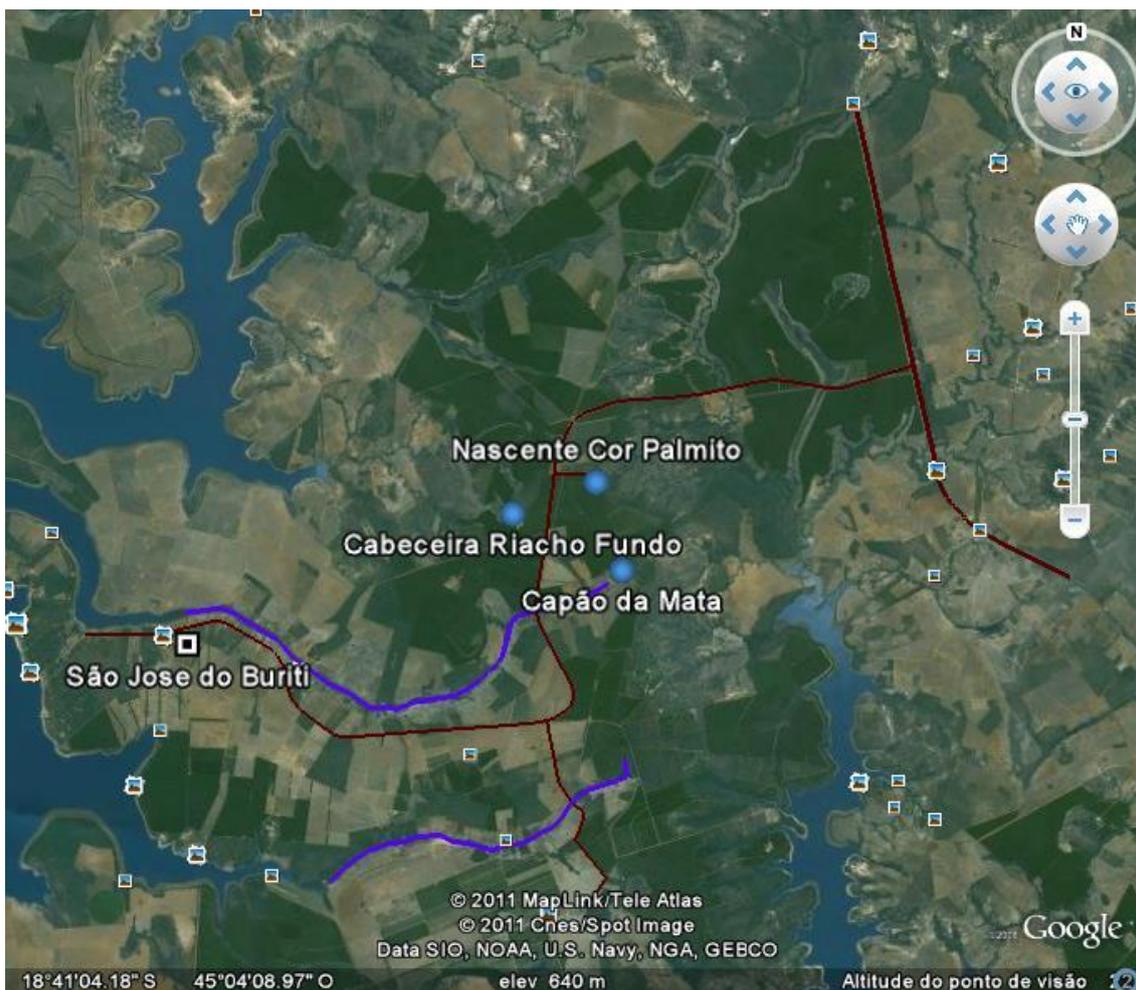


Figura 08: Marcação das nascentes que secaram
Fonte: Relatório da pesquisa – Levantamento dos impactos sócio-ambientais da Plantar (2011)

A falta d'água afetou diretamente vários moradores, o governo federal chegou a furar alguns poços e a Plantar deu as caixas d'águas e assumiu o compromisso de abastecê-las, o que não vem sendo cumprido segundo os "beneficiários". Esse fator junto a proximidade das plantações às casas dos moradores, foram os primeiros motivos de denúncias. Constantemente as casas das pessoas estavam sendo invadidas por cobras e outros bichos, efeitos também da mudança na cadeia alimentar da fauna local. Foram encontradas um grande número de emas mortas dentro das plantações, o que levou a empresa adotar um projeto chamado – Ame a Ema – para que se evitasse a extinção da espécie. Biólogos e outros pesquisadores participam ativamente desse projeto para que a Ema não entre em extinção na região.

se eles não tivessem plantado eucalipto, não precisava de ter esse projeto né, porque se hoje a ema está em risco de extinção é por causa deles mesmo. Aí o que mais agente via era emas nos matos, hoje não se vê mais nada, só um monte morta que agente via toda hora aí, não tem mais o que elas comer né,

por isso os outros bichos estão entrando nas casas dos outros, era a ema que comia cobra e tudo mais (E3, morador de SJB, 83 anos).

Há relatos informais que foram encontrados na área da empresa um aterro com inúmeras emas mortas. Depois disso, alguns trabalhadores da empresa afirmam que a própria Plantar comprou algumas emas e soltou no meio dos eucaliptais para que o projeto Ame a Ema tivesse algum efeito.

Além desses problemas, o uso dos agrotóxicos nas plantações, tem afetado as pequenas criações de gado da vizinhança.

O gado dos vizinhos ai tá tudo morrendo, eu mesmo já perdi duas vacas que foram envenenadas, e agora eu tive notícias que os pescadores ai tá reclamando também, que já viu um monte de peixe morto, deve ser por causa desses veneno também (E5, pequeno agricultor de SJB, 58 anos).

Inúmeras vezes já foram encontrados animais mortos por envenenamento, até mesmo peixes. E o problema mais recente tem sido o incômodo da fumaça advindas dos 720 novos fornos construídos no local por duas empresas (Fergubrás e Gargéu), ambas terceirizadas da Plantar.

Tem um monte de empresa mesmo vindo pra fazer carvão pra Plantar até por causa desse projeto ai, pra reduzir a poluição eles estão terceirizando toda a parte de carvoejamento. A Zanini⁴⁴ mesmo não pode ter área de carvoaria dentro das fazendas dela por causa da poluição. Então eles estão tirando a base de carvoaria de dentro da fazenda, alugando outros terrenos, terceirizou mesmo o serviço de outras empresas (E8, trabalhador da empresa Plantar, 28 anos).

Essas empresas começaram a atuar na região a pouco mais de quatro meses, arrendaram 40 ha de terras, nesse tempo já levantaram 720 fornos já em funcionamento, segundo o gerente de carvoejamento da empresa tem previsão de serem construídos mais 480, para utilização em um período de sete anos.

A comunidade encontra-se atualmente em um quadro onde os moradores não são ouvidos, e a idéia de território passa a não ter o mesmo significado visto o valor mercadológico inserido sobre ele, o território está associado a idéia de poder, nesse caso ao poder público, estatal e das grandes empresas “que estendem os seus tentáculos por grandes

⁴⁴ Houve uma fusão da Zanini com a Plantar.

áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (ANDRADE, 2004, p.19), e todos os processos de reprodução social local. A figura 08 demonstra a dimensão atual da comunidade.

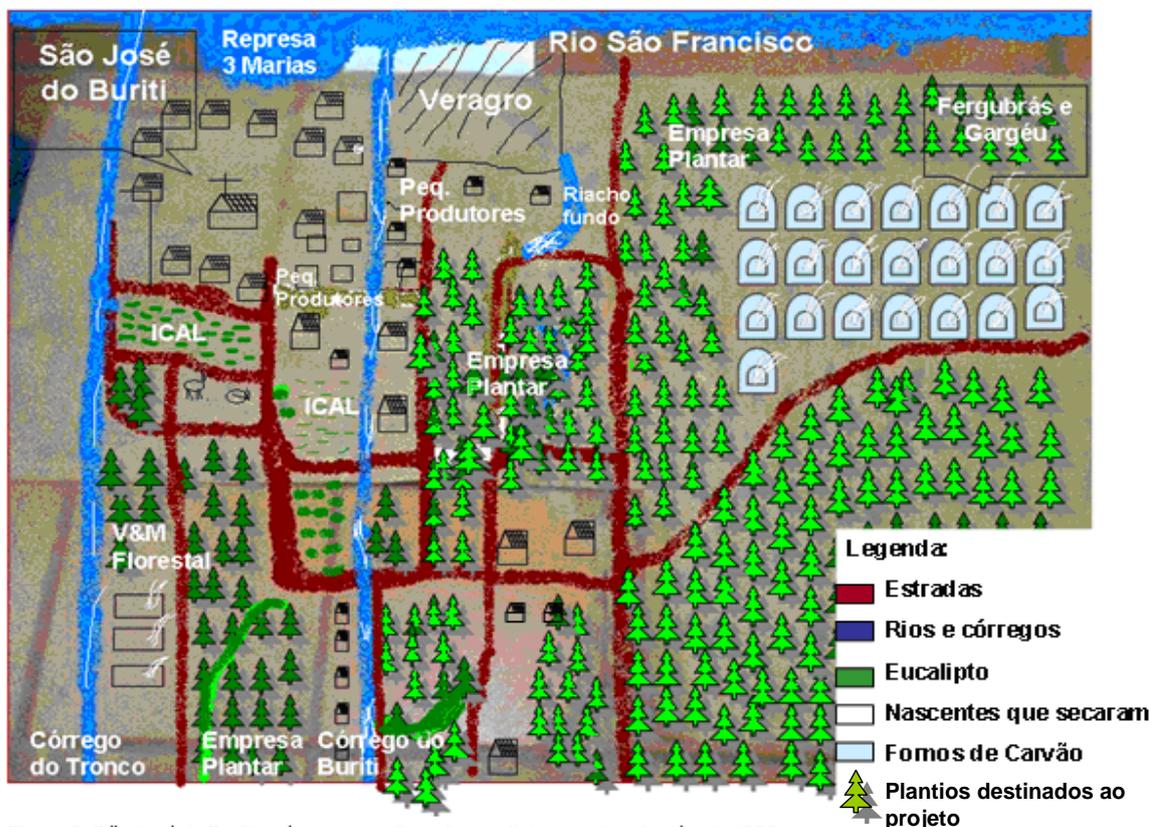


Figura 09: São José do Buriti no contexto do projeto de MDL, dias atuais

Das três empresas que atuam na região a empresa Plantar é a que mais tem recebido críticas dos moradores devido a todas essas negligências e impactos causados. A empresa que deveria ter práticas diferenciadas visto estar em âmbito de certificação e de projeto de MDL, não demonstra em seu exercício essa diferenciação das outras empresas.

Eu não sei falar os pontos positivos, porque com certeza deve ter alguém se beneficiando disso, dá alguns empregos, mas o mal é maior que o benefício, porque esse estrago que fez aqui no córrego é incorrigível né (E5, pequeno agricultor de SJB, 58 anos).

A mobilização da comunidade partiu desde as primeiras abordagens dos órgãos certificadores do projeto para sua aprovação. Com o apoio da ONG do distrito (Parceiros da Natureza), e da Rede Alerta Contra o Deserto Verde alguns moradores da comunidade começaram a denunciar os processos de exploração da empresa e suas consequências a população local.

O processo de cooptação dos moradores e ameaças constantes aos que denunciam os impactos negativos das plantações não diferem das agressões sofridas na comunidade Canabrava, município de Graraciama- MG. Representantes da Organização ambiental de São José do Buriti constantemente são intimidados por causa de suas atividades contra a expansão do eucalipto, e uma das principais ações adotada pela empresa é a oferta de empregos aos mais envolvidos nessas críticas.

Todas essas ações além dos reclames de falta de água, convivência com agrotóxicos e todos os desrespeitos aos direitos básicos dessa população não se diferencia da primeira dinâmica das plantações de eucalipto não certificadas. Tais atitudes não condizem com certificações e projetos que visam resguardar o mínimo de respeito ambiental e humano.

Ao iniciar essa sessão com uma parte da entrevista de um morador de 83 anos ao afirmar que o eucalipto não deixa horizontes, é justamente por representar a fala de todos os outros entrevistados que realmente não vêem outros horizontes nas plantações de eucalipto. Apesar da dinâmica desses maciços florestais serem diferentes e estarem localizada em contexto distinto de ser somente fornecedor de matéria-prima para a siderurgia, percebe-se que as demandas continuam as mesmas, ou seja, todo o ritual de certificação e do discurso ambiental sustentável para o comércio de carbono e tecnologias limpas, são apenas novas roupagens para velhas práticas.

O que o homem estraga em um ano, ele não é capaz de fazer a terra reproduzir em cem (E1, morador de Felixlândia, 56 anos).

Através desse histórico local percebemos o quanto os interesses econômicos continuam prevalecendo sob o discurso sustentável. Todos os processos citados levam a um outro de desterritorialização que como Haesbaert (2006) afirma “muito mais do que representar a extinção do território, relaciona-se com uma recusa em reconhecer ou uma dificuldade em definir o novo tipo de território, muito mais múltiplo e descontínuo, que está surgindo” (p.143). A substituição de culturas tradicionais por monoculturas só contestam o grau de selvageria do capitalismo no que diz respeito à produção e consumo que não aceitam uma outra lógica contrária à da acumulação e do lucro.

4.2 - A EMPRESA PLANTAR

Minas Gerais possui 1.400,000 ha de plantios florestais com eucalyptus em 2010, o Estado com a maior área e distribuição de plantios (ABRAF, 2011). A Plantar é uma das empresas de maior importância para o setor e tem atuado em diversos empreendimentos no Estado com unidades de serviços em 16 municípios mineiros sendo a primeira siderúrgica produtora de ferro gusa não integrada no Brasil a ter seu sistema de gestão certificado de acordo com as normas da ISO 14000 e utiliza apenas o carvão vegetal como matéria-prima termorreduzora na produção do ferro gusa.⁴⁵

O ferro-gusa verde é a marca registrada da empresa Plantar, é o que se chama de “ecologicamente correto”, devido ser obtido por “florestas” plantadas e não por florestas nativas. Para o diretor da empresa, Geraldo Alves de Moura, o chamado Gusa Verde “alia alta qualidade com confiabilidade e responsabilidade socioambiental, reconhecidas no Brasil e no exterior”⁴⁶. Tida como carvão vegetal renovável o gusa verde é visto como menos impactante para o meio ambiente.

O que ressaltamos é que o gusa verde nada mais é que uma estratégia de marketing utilizada pela empresa para tentar compensar a visão polêmica que o carvão oriundo de florestas nativas causam. A verdade é que onde dizem serem florestas plantadas há somente a plantação de eucalipto em grande escala, conotação bem diferente do que realmente representa a diversidade de uma floresta, que tem se espalhado rapidamente pelos cerrados norte mineiro. É portanto a substituição das florestas pelas plantações⁴⁷.

Se há uma grande polêmica quanto ao desmatamento para a produção de carvão vegetal de florestas nativas, o que dizer do desmatamento das mesmas para as plantações existentes? Em estudos documentais, Carrere (2001, p.32) afirma que “75% do desmatamento global é resultado da conversão de florestas em plantações de todo tipo”. O discurso utilizado pelo setor para a concessão dos inúmeros selos verdes e para uma melhor aceitação no mercado, começa pela terminologia empregada pelas empresas (reflorestadoras), que utilizam-se também de outras estratégias que as fazem parecer um manejo como outro qualquer, que pareça o máximo possível com a cultura local.

⁴⁵Segundo site da empresa, disponível em:

http://ravel.plantar.com.br/portal/page/portal/plantar/siderurgia/a_empresa

⁴⁶Entrevista concedida ao professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS. Disponível em: <http://www.riosvivos.org.br/Noticia/O+gusa+verde/11248> acesso dia - 14 de maio de 2011

⁴⁷ Quando cito plantações, não estou me referindo a um conjunto de plantas, e sim a produção de uma única espécie, ratificando a diferença entre este e a diversidade do que venha a ser uma floresta.

Terminologias e conotações errôneas aceitas até pelos órgãos responsáveis pelas certificações. O FSC por exemplo, ratifica a definição, pois afirmam que, “Plantações são áreas florestais carentes das principais características e dos elementos-chave dos ecossistemas naturais, como resultado do plantio ou de tratamentos silviculturais”, isso faz com que o FSC certifique essas empresas dando-lhes os títulos de “florestas certificadas” (CARRERE, 2001, p.34).

Vários são os contrapontos a esses discursos, iniciados por ONG’s e outros setores da sociedade contrários a esses modelos de desenvolvimento, mais as chamadas “credenciais verdes”, amparam tais discursos “sustentáveis” manipulando a opinião pública a favor de suas próprias definições (CARRERE, 2003). A fala desse engenheiro traduz bem o discurso utilizado por tais setores,

dessa forma, vemos hoje que produzir carvão não é pecado, mas sim solução, principalmente para a conservação das florestas nativas. Talvez este papel de salvador da lavoura incomode alguns céticos que tem declarado guerra permanente contra ele. Eis que agora terão que se redimir, pois ao contrário de vilão, o carvão é, isto sim, um herói (VALVERDE, 2011).

As certificações dão direito às empresas comprovarem o uso de seus territórios de maneira sustentável, como é o caso da empresa Plantar,

como resultado de uma busca constante pela excelência e por serviços de alta qualidade, em 1997 a empresa foi certificada pelo Bureal Veritas Quality International – BVQI em conformidade com a norma Iso 9002. No início de 2003 a Plantar foi recertificada já de acordo com a ISO 9001:2000. Em 1998, suas fronteiras localizadas na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais, foram certificadas segundo os princípios e critérios do Forest Stewardship Council – FSC, órgão internacional de certificação florestal. No início de 2003 as florestas de Curvelo foram re-certificadas e foram agregadas novas áreas, localizadas nos municípios de Felixlandia e Morada Nova, em Minas Gerais (PLANTAR, 2011).

Essas são apenas algumas justificativas (legais) de autonomia desses setores para o uso “insustentável” dos territórios, que não somente prejudicam o meio ambiente mas acarretam inúmeras dificuldades culturais e sociais para as populações locais, sejam elas tradicionais ou formada por pequenos agricultores.

As estratégias utilizadas pela empresa testificam o grau de financiamentos ofertados aos grandes conglomerados empresariais do setor de siderurgia, papel e celulose, com

intensos impactos socioambientais. Todas essas ações fazem parte da chamada “economia verde”, onde o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), a define como “uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica”, ou seja, encaixa perfeitamente nos projetos da Plantar, visto que tanto o gusa verde quanto o projeto de MDL em sua teoria e em seu discurso é eficiente quanto a baixa emissão de carbono e inclusão social, o que na prática não acontece como constatado nas entrevistas.

A empresa tem atuado na região de Curvelo, Felixlândia e Morada Nova acerca de dez anos, época em que tiveram suas plantações certificadas pelo FSC. No município de Felixlândia somente em 2003 foi que suas áreas passaram a integrar às plantações certificadas quando as outras já estavam sendo re-certificadas. Essas unidades florestais dispõem de uma área total de 33.949,13 hectares, sendo composta de 21.585,87 hectares de plantações de eucalipto.

Logo, as dinâmicas dessas plantações de eucalipto já começam a se diferenciar das outras comunidades exemplificadas no texto justamente pelo fato que a empresa instalada no município já estava em processo de certificação. Portanto deduz-se que as práticas e comportamentos da mesma teriam que ser diferente das outras não-certificáveis, se não de que valeria as certificações e selos ambientais?

São essas novas práticas que estamos considerando, analisando também o projeto de “Mitigação de Emissões de Metano na Produção de Carvão Vegetal da Plantar no Brasil”, resultado do investimento da empresa em tecnologias limpa através das unidades de carbonização distribuídas na região de Curvelo, Felixlândia e Morada Nova. Um novo momento para o setor florestal que tem-se utilizado dessas novas estratégias para obtenção de maiores lucros sob suas plantações.

A empresa se destaca nesse cenário por ser uma das principais de cerca de 200 empresas em Minas Gerais que exploram o plantio do eucalipto e pioneira quanto a captação de recursos junto ao Fundo Protótipo de Carbono (PCF), administrado pelo Banco Mundial, a geração e venda de créditos de carbono. Um dos motivos alegados era que ela teria direito a estes créditos a partir da fixação de carbono em 23.100 hectares de novos plantios da monocultura de eucalipto nos municípios de Felixlândia e Morada Nova. O Fundo PCF recebe doações de vários países empresas poluidoras como da Holanda, Bélgica, Noruega e

Inglaterra, a partir do interesse destes países neste tipo de projeto, viabilizado pelo Protocolo de Kyoto, assinado em 1997⁴⁸.

Segundo o Relatório de Validação de número 2007-0196, cujo órgão certificador responsável é o DET NORSKE VERITAS (DNV), o projeto proposto engloba a mitigação das emissões de metano durante a produção de carvão, que acontece quando o rendimento cresce através do controle de temperatura e do fluxo de ar nos fornos da produção. Dado que o projeto está implementado conforme concebido, é provável que o projeto atinja a quantidade de redução de emissões estimada. A redução de emissões está limitada a um teto de capacidade de produção de 80.323 toneladas de carvão.

O projeto iniciou suas operações em 01 de julho de 2004 e presume-se que estará em operação por pelo menos 21 anos. Segundo o Jornal hoje em dia de 22 de setembro de 2010, a Plantar Carbon negociou com o BIRD a aquisição de 1,5 milhões de toneladas de CO₂ por US\$ 5 milhões. O projeto aprovado é para uma área plantada de 11 mil ha.

Para a concepção de tal projeto alguns princípios e critérios têm que ser seguido pela empresa proponente. Esses critérios serão analisados detalhadamente devido ser o grande alvo de crítica ao projeto, onde a comunidade padece com os desrespeitos às condicionalidades que começam desde sua aprovação. Vários documentos denunciaram as irresponsabilidades e inadimplemento durante o processo de validação, principalmente no que diz respeito ao critério onde se deve ouvir os comentários das partes interessadas locais e ONG's do município. Segundo o relatório de validação a entidade de projeto convidou as partes interessadas locais para comentários em duas fases. A primeira, feita em outubro de 2001, cuja lista das partes interessadas contactadas consta do DCP, mas nenhum comentário foi recebido. Na segunda etapa, em novembro e dezembro de 2006, um número maior de partes interessadas foi contactada com cartas-convite para comentários e envelopes selados. As cartas recebidas foram apresentadas à equipe de validação durante a visita ao local, todos de natureza positiva.

Essas informações contradizem com os relatos dos entrevistados. Segundo eles houve realmente essas reuniões, mas nada do que foi abordado por eles foram considerados no relatório. Todos os entrevistados até o momento, participaram dessas reuniões e até hoje se indignam ao saber que no relatório final nada do que eles propoaram constavam.

Após esse primeiro contato da comissão especial do DNV com a comunidade é aberto no próprio site do MDL uma página para envio de comentários durante um período de 30

⁴⁸ Dados do Projeto - Levantamento dos Impactos Socioambientais da Monocultura de eucalipto: um estudo de caso da Plantar.

dias. Segundo o relatório, a página ficou aberta do dia 20 de janeiro de 2007 a 18 de fevereiro de 2007 e nenhum comentário foi recebido. A comunidade alega a dificuldade de acesso a essa página visto primeiramente que foi fechado dois dias antes de completarem os 30 dias e pelo fato da página ser em inglês, o que dificultava muito o entendimento dessas pessoas para enviar qualquer tipo de comentário.

Essa é apenas uma de tantas outras irregularidades citadas pelos moradores de São José do Buriti. Todos os entrevistados acompanharam o processo de certificação e validação desde o início e descrevem com propriedade como era a comunidade antes e após as plantações de eucalipto tomar parte do lugar que hoje cobre um terço do município.

A área da empresa localizada em Felixlândia é composta, segundo o relatório de manejo das plantações florestais do processo de re-certificação de 10 anos da Plantar, pelas fazendas Jacaré e Riachão. A fazenda Jacaré, com área de 10.131,65 ha foi adquirida em setembro de 2000 da Veragro (Atasa Participações e Empreendimentos Ltda.) e as demais áreas compradas de outros produtores rurais, totalizando uma área de aproximadamente 21.000 ha só no município de Felixlândia.

Todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que a instalação da empresa até hoje não trouxe nenhum benefício para o município e muito menos para a comunidade. Pelo contrário, os empregos ofertados são inexpressivo diante dos impactos que as plantações têm lhes causado, principalmente pela falta de água, um dos fatores mais enfatizados por eles. Até mesmo os entrevistados representantes do poder público destacaram que a empresa, apesar de gerar alguns empregos, não ocasiona nenhum outro tipo de benefício.

4.3- MITIGAÇÃO DE EMISSÕES DE METANO NA PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL DA PLANTAR NO BRASIL – O PROJETO

Conforme o parágrafo 1 do artigo 12 do Protocolo de Kyoto fica definido um mecanismo de desenvolvimento limpo. Segundo o protocolo

O objetivo do mecanismo de desenvolvimento limpo deve ser assistir às Partes não incluídas no Anexo I para que atinjam o desenvolvimento sustentável e contribuam para o objetivo final da Convenção, e assistir às Partes incluídas no Anexo I para que cumpram seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões, assumidos no Artigo 3. (MCT- Ministério das Ciências e Tecnologias, Protocolo de Kyoto,1997)

O MDL é uma forma de participação dos países em desenvolvimento no Protocolo. Dessa maneira, países em desenvolvimento contribuem com os países desenvolvidos que não conseguem reduzir suas emissões. Tais investimentos em projetos no âmbito do MDL buscam, de alguma forma, compensar as emissões lançadas na atmosfera.

A compra e venda de créditos de carbono dá-se, então, através das negociações sobre as emissões não gastas pelos países em desenvolvimento. Estes ainda não se encontram, de acordo com o Protocolo, com necessidade de reduzir suas emissões, podendo, assim, vender essa cota para aqueles países que ainda não estão em condições de reduzirem o nível de poluição lançado a atmosfera. Segundo o BM&FBOVESPA por convenção 1 ton de dióxido de carbono (CO₂) corresponde a um crédito de carbono.

Em síntese, a proposta do MDL, ainda segundo o BM&BOVESPA consiste em que cada tonelada de CO₂ equivalente (tCO₂) que deixar de ser emitida ou for retirada da atmosfera por um país em desenvolvimento poderá ser negociada no mercado mundial, criando novo atrativo para a redução das emissões globais.

Para a concessão de tal projeto é necessário entre outras condições preencher o formulário do documento de concessão do UNFCCC, onde deve constar:

- A. Descrição geral da atividade de projeto
- B. Aplicação de uma metodologia de linha de base e de monitoramento
- C. Duração da atividade do projeto/ Período de obtenção de créditos
- D. Impactos ambientais
- E. Comentários dos atores

Em resposta a esse projetos e negociações, a empresa Plantar elaborou o projeto-Mitigação das Emissões de metano na produção de carvão vegetal da Plantar no Brasil. Tal projeto teve seu relatório de Validação em 2007 pelo DNV- *Det Norske Veritas* uma empresa norueguesa cujo objetivo principal seria uma avaliação da concepção do projeto por uma terceira parte independente (CDM validation, 2007). Essa validação confirmou que o projeto se aplica às determinações do MDL e do UNFCCC.

A figura 10 mostra a área detalhada da localidade do projeto,

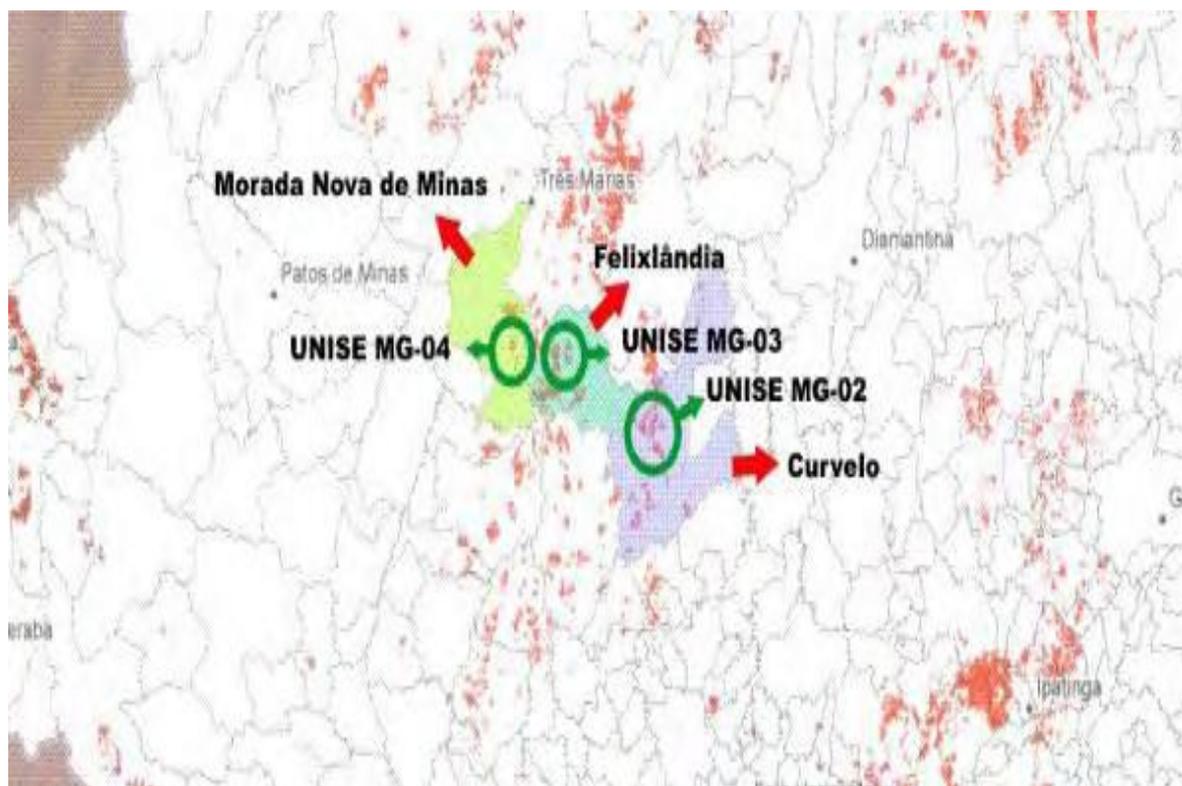


Figura 10: Localização do projeto

Fonte: Formulário do Documento de Concepção de projeto (MDL-DCP) – Versão 03

Em síntese, segundo o formulário do documento de concepção do projeto MDL-DCP versão 03, o projeto possui o objetivo de reduzir as emissões de metano no processo de carbonização da produção de carvão vegetal através da implementação de melhorias de processo que não teriam ocorrido na ausência do incentivo do MDL.

Segundo o mesmo relatório o projeto é resultado de dois anos de pesquisa científica, conduzida por especialistas independentes na área de carbonização, a qual a entidade de projeto iniciou e apoiou em resposta ao incentivo do MDL. A pesquisa de carbonização comprovou a existência de uma relação linear negativa entre as emissões de metano e o rendimento gravimétrico na produção de carvão vegetal, portanto, demonstrando a possibilidade de redução de emissões de metano melhorando o rendimento gravimétrico. Os especialistas independentes na área de carbonização conduziram a pesquisa nas áreas da entidade de projeto. A pesquisa revelou o escopo para melhoria tecnológica e de processos necessários para atingir redução de emissões, formando a base desta atividade de projeto.

A empresa afirma que o projeto consiste em melhorias técnicas no processo de produção de carvão vegetal. Ocorre nas unidades de carbonização próprias e operadas pela Plantar e localizadas na região centro-norte do Estado, distribuídas na região de Curvelo,

englobando também os municípios de Felixlândia e Morada Nova de Minas. A figura 11 mostra os locais exatos das quatro unidades de carbonização do município de Felixlândia.

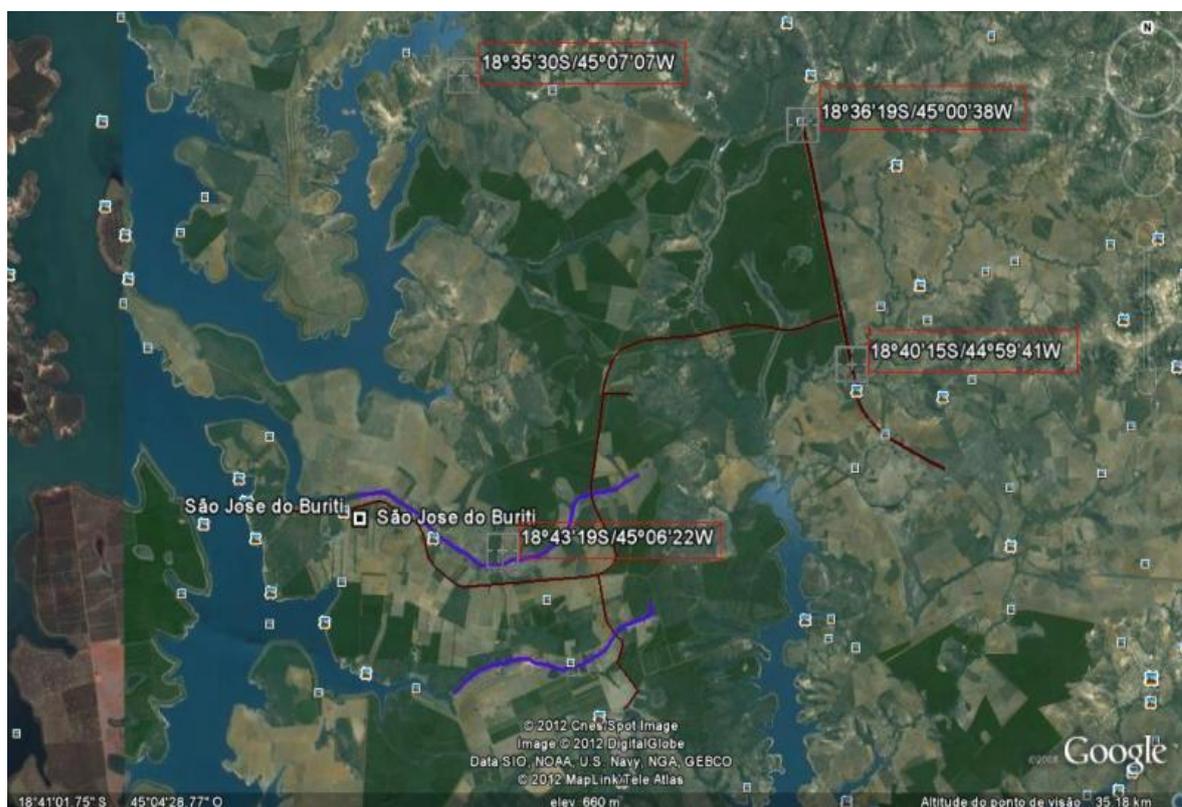


Figura 11: Unidades de Carbonização da empresa Plantar no município de Felixlândia.
Fonte: Google Earth

O projeto teve seu início em 2004 e presume-se através do relatório de validação que estará em operação por 28 anos, cujo carvão vegetal produzido é de 10 milhões de toneladas de CO₂ em uma área florestada de 23.100 ha, cujo o investimento de pesquisa e implementação do projeto é de aproximadamente 1.285.000 reais (cerca de US\$585.000).

O objetivo geral é reduzir as emissões de gases do efeito estufa por meio do estabelecimento de plantios sustentáveis de florestas de eucalipto para suprir o uso de carvão vegetal na produção de ferro primário, ao invés de coque de carvão mineral ou biomassa não-renovável. Ao longo de 28 anos, o Projeto diminuirá a concentração de CO₂ na atmosfera em aproximadamente 12,8 milhões de toneladas equivalentes. O PCF já comprou parte desses créditos da Plantar numa operação pioneira que contou com o apoio financeiro do *Rabobank International*. (site da PLANTAR, acesso dia 21 de dezembro de 2011)

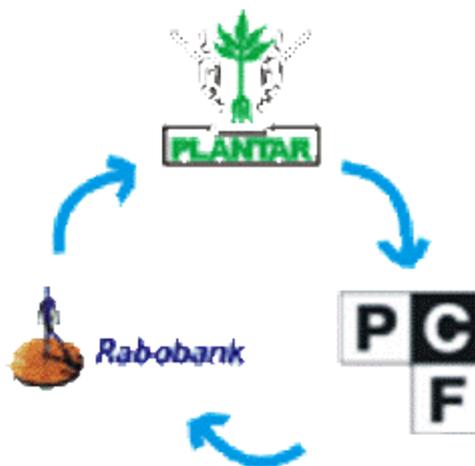


Figura 12: esquema de financiamento MDL Plantar
Foto site empresa Plantar

Segundo a empresa o projeto adota mecanismos de proteção ambiental e social que gera expectativas quanto o desenvolvimento da região onde o projeto foi implantado. A geração de empregos e renda, e os ganhos econômicos e ambientais como benefícios citados no relatório contrastam com a realidade local, comprovada pelas entrevistas realizadas. Ao afirmar que a empresa gera 1200 empregos, temos que nos lembrar que são 1200 empregos ao longo dos 28 anos estimados do projeto, anualmente ela gera apenas 200 empregos diretos (REZENDE, RIBEIRO E DALMÁCIO, 2007).

As pesadas críticas a esses projetos denunciadas durante anos por vários movimentos sociais e ONG's ambientais parecem não ter tido as devidas considerações, pois até o momento desde 2005, mais de 300 projetos de MDL foram implementadas no Brasil⁴⁹. Não estamos aqui desconsiderando os investimentos e estudos em alternativas para uma tecnologia mais limpa que contribua para o meio ambiente, o que chamamos atenção é para as falhas nas implementações desses projetos, que começam desde suas certificações, até a falta de transparência no cumprimento dos critérios estabelecidos e o desrespeito às sugestões e opiniões das comunidades diretamente envolvidas no processo, que continuam sendo ignorados.

É importante atentarmos para as estatísticas das atividades dos projetos no âmbito do MDL, divulgado periodicamente no site do UNFCCC. Até 2008 foram codificados segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia 3.471 projetos, sendo 1071 já registrados pelo Conselho

⁴⁹ Dados retirados do Encontro- O papel da Sociedade civil em Projetos de Mitigação das Alterações Climáticas – realizado em Brasília nos dias 26 e 27 de outubro.

Executivo do MDL e 2.400 em outras fases do ciclo⁵⁰ (Relatório do Levantamento dos Impactos sócio-ambientais da Plantar).

Percebemos com isso que apesar das críticas ao setor, dos inúmeros estudos e denúncias, nenhuma solução tem sido tomada por parte desses órgãos. Compartilhamos com Muneiro e Oliveira (2007, p.12) que os conflitos continuam a esbarrar na questão capital/trabalho na medida em que o apelo ao “discurso verde” é a qualidade de vida que aparece como entrave nos modos de produção, mas tais discursos estão sendo proferidos justificando toda e qualquer prática dessas empresas.

Além do mais, o Relatório do Instituto Carbono Brasil “afirma que a liberação de GEEs na atmosfera atingiu 33 bilhões de toneladas no ano passado e destaca que o Protocolo de Kyoto corre o risco de ser considerado ineficaz por não limitar as emissões das nações emergentes”(LIPINSKI,2011). Ainda de acordo com o relatório o estudo do JRC, intitulado Tendências de longo prazo nas emissões globais de CO₂, aponta que a emissão de gases do efeito estufa (GEEs) cresceu 45% entre 1990 e 2010.

Ou seja, todos os impactos gerados no decorrer desses anos e os discursos instituídos e autorizados pelas leis e financiamentos não se justificam ao analisar os resultados finais dos investimentos. Segundo Júnior (2007)

para dominar a natureza nos apropriamos do discurso ecológico ou “verde”. Modelos científicos que esvaziam a percepção humana e a produção da existência para a vida. A dimensão do homem com seu meio, do homem-natureza como parte indissociável da natureza material, desaparecendo como sentido na sociedade contemporânea invalidada pelos artifícios mediadores do conhecimento científico (JUNIOR, 2007, p.05).

Dessa maneira, percebemos o quanto a temática é complexa, tendo em vista principalmente esse sistema de compensação global de poluição através de sumidouros originados de plantações de eucalipto, já observados todos os impactos de uma monocultura, onde ultrapassam as barreiras do local. A questão analisada é que o sistema de compensação através de tecnologias limpas não tem sido eficientes para conter o nível de emissões de gases poluentes lançado na atmosfera, visto as últimas estatísticas citadas acima. O que observamos é um jogo de interesses econômicos maiores disfarçados pelo discurso ambiental e do bem estar coletivo que ultrapassam as barreiras do sócio-ambiental em detrimento das relações capitalistas.

⁵⁰ Mudanças Climáticas, disponível em: <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br>, acesso janeiro 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo fundamentou-se nas análises dos projetos e alternativas utilizados pelo complexo industrial silvicultor no estado de Minas Gerais determinadas por duas dinâmicas de expansão das plantações de eucalipto. Apresentado no primeiro momento pela produção de carvão vegetal para abastecimento das siderurgias e posteriormente a expansão das plantações visando atender aos projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL.

Testificar se o discurso adquirido pelas empresas condiz com suas práticas e consequentemente analisar os impactos e as consequências às comunidades em áreas de plantações, através de casos emblemáticos, como exemplo de análises para os diferentes ciclos estudados, foram as principais questões que estimularam este trabalho. Afinal, qual a diferença entre os processos vivenciados por uma comunidade em área de plantio de eucalipto, para aquela em áreas de plantios certificados?

O estudo comparativo entre as comunidades de Canabrava, Vereda Funda e São José do Buriti e as diferentes dinâmicas de expansão do eucalipto para a produção do carvão vegetal, nos permitiu observar os discursos e as práticas empresariais do setor silvicultor em diferentes contextos. Começamos estabelecendo os parâmetros do método comparativo como importante instrumento para percebermos as diferenças e semelhanças na relação do reconhecimento de si próprias e do outro, com vistas exame dos processos anteriores de expansão da monocultura para as siderurgias com o novo processo de expansão no âmbito do MDL.

A partir da análise de processos ocorridos nas comunidades estudadas pudemos através das especificidades de cada fato elencar tais diferenças e semelhanças expressadas através dos estudos documentais analisados, das entrevistas e pela bibliografia utilizada ao longo do texto.

Portanto, pode-se primeiramente desmistificar através das análises às primeiras comunidades, que o desenvolvimento regional através de incentivos ao setor agroindustrial, apesar de não negarem melhorias na infra-estrutura regional, revela em seu conjunto uma série de arbitrariedades e desrespeitos aos direitos dos agricultores familiares norte mineiro.

Canabrava e Vereda Funda, são exemplos de comunidades impactadas pela monocultura de eucalipto, no contexto de apropriação de terras tidas pelos gestores políticos como vazias e improdutivas, expõem o significado da luta das comunidades rurais pela garantia de seus territórios, submergido em favor do crescimento econômico agroindustrial do país. Observamos nas situações analisadas que direitos tais como de ir e vir, de acesso à terra,

e até mesmo o direito humano essencial: à vida, tem sido negligenciados e transgredidos em face do abuso que tem sido a atividade monocultural no Norte de Minas.

O assassinato do Sr. Antonio em Canabrava, no ano de 2007 evidenciou o conflito no local e chamou atenção à sociedade em geral para observarmos a que ponto chegou o abuso de poder e violência do setor florestal na região.

Uma simples visita a um familiar ou parente já traz em si enormes dificuldades para os moradores dessas localidades. De acordo com o que foi relatado, e observando a nova dinâmica de fragmentação territorial, em diversos locais é impossível ir de um lugar ao outro sem passar pelas terras da empresa. Nessa passagem as abordagens pelos vigias, nesse caso especificamente em Canabrava, da V&M florestal, já se tornam um momento constrangedor, que varia desde questionamentos à apreensão de instrumentos de trabalho. Esses eram para ser momentos onde o vínculo comunitário e social pudessem ser formados e fortalecidos. Mas, atualmente, têm sido práticas menos constantes, pois os moradores preferem evitar tais tipos de empecilhos e sujeições.

Em Vereda Funda não é diferente. As análises feitas na comunidade por Brito (2006) permitem observar que com o advento da monocultura as oportunidades de mobilidade social foram também afetadas, visto que a empresa os encurralou, dificultando o acesso aos espaços sociais e familiares, rompendo o nível de compartilhamento de saberes, de informações e de relações pessoais

Desde a instalação dos primeiros plantios florestais na região em meados da década de 1970/80, o setor tem cada vez mais expandido suas fronteiras. Em 2010, a área ocupada por plantios florestais de eucalyptus e pinus no Brasil totalizou 6.510.693 ha, sendo 73% eucalyptus. Em Minas Gerais em 2005 a área das plantações era de 1.119.259 ha, em 2010 essa área foi para 1.400.000 ha, representando um total de 23,6 % de áreas de plantios florestais (eucalyptus e pinus) (ABRAF, 2011).

As pesquisas realizadas em Canabrava e Vereda Funda (SILVA, 2008; BRITO, 2006) revelaram que a fragmentação de seus territórios provocam e continuam provocando profundas mudanças nas formas de vida e seus vínculos de sociabilização comunitária. Nota-se que o encurralamento das comunidades pelo eucalipto vai muito além da questão do território. Esse cercamento vem destruindo formas de manifestações culturais e tradicionais e a reprodução de saberes locais.

Tais processos e características não diferem das observadas em São José do Buriti, Felixlândia- MG, onde também percebemos as transformações da paisagem natural e social do lugar. O buriti, fruto de inspiração para a denominação local, foi suprimido pelo eucalipto

e suas extensas plantações desde a década de 1970, cobrindo atualmente uma área equivalente a 1/3 do município. Da mesma forma, o município tem sofrido com os mesmos processos de expropriação e fragmentação territorial, que tem sido predominante. Atraídos cada vez mais pelos lucros advindos do comércio de carbono, a empresa tem expandido suas áreas, através de compras de terras de outras empresas, grandes fazendeiros e também de pequenos agricultores da região.

As três comunidades analisadas, como a maioria das que vivem em áreas de plantios de eucalipto, sofrem também com a falta de água tanto para a produção quanto para o próprio consumo. Esse fator tem forçado muitos produtores a abandonarem suas terras, pois se vêem sem seus meios de sustento e reprodução social.

Outra atuação em São José do Buriti que também coincide com as comunidades do primeiro ciclo analisado é a cooptação da empresa aos moradores locais. As duas dinâmicas de expansão têm demonstrado, em sua prática, ações arbitrárias e violentas de cooptação, principalmente às pessoas mais críticas ao chamado “deserto verde”, tanto através de ofertas de empregos, quanto até casos mais graves de ameaças de intimidação e a própria violação de direito a vida.

Uma moradora de São José do Buriti, atuante quanto a publicização dos impactos ambientais causados pela Plantar, recebeu inúmeras ameaças anônimas, como relatado e divulgado pela Rede Alerta contra o Deserto Verde, em março de 2005, no documento intitulado “Ativista contra o Deserto Verde Ameaçada”⁵¹. É inadmissível que práticas como essas continuem acontecendo, principalmente em uma área certificada e em contexto de MDL, sobretudo com pessoas que estão lutando por um espaço que lhes pertencem, que se sensibilizam com as problemáticas locais e estão dispostas a resistirem em defesa do que acreditam.

As análises do caso da empresa Plantar, certificada pelo FSC e que recebe apoio financeiro de bancos e organizações internacionais para contribuir com um ambiente limpo e justo, foram importantes para consecução dessas análises porque revelou as arbitrariedades em suas ações, principalmente com respeito às comunidades locais, onde deveria apresentar bom relacionamento (isso é um princípio para obtenção do selo verde que ela possui. Princípios e Critérios do Conselho de Manejo Florestal (FSC) Princípio 4⁵²).

A Plantar tem atuado nessa região há cerca de dez anos. Nesse período, tiveram suas plantações certificadas pelo FSC. No município de Felixlândia- MG, somente em 2003, as

⁵¹ Cópia da divulgação no Anexo 3.

⁵² Disponível no anexo 1.

áreas da Plantar passaram a integrar às plantações certificadas, momento em que outras áreas da empresa já estavam sendo re-certificadas. Essas unidades florestais no município dispõem de uma área total de 33.949,13 hectares, sendo composta de 21.585,87 hectares de plantações de eucalipto.

A atividade que sempre esteve ligada a um campo melindroso relacionado a diversos conflitos, principalmente no que diz respeito às suas práticas ambientais, de repente tem se inserido no âmbito da “sustentabilidade ambiental” por meio de instrumentos que certificam tais práticas, bem como por financiamentos de projetos de “tecnologia limpa”. Tal cenário contribui para a melhoria da imagem pública das empresas. Todavia, ao mesmo tempo, tem revelado interesses maiores, onde a questão ambiental é a menor de suas preocupações. O foco empresarial é o aumento dos lucros advindos de suas “florestas” plantadas para continuidade do acúmulo capitalista.

Ao propagar o discurso verde, a prática empresarial capitalista criou uma nova maneira de continuar explorando os recursos naturais, aliando o modelo econômico ao campo da “preservação ambiental”. Essa iniciativa agrega ainda mais valor aos seus produtos, endossando, conseqüentemente, o acúmulo dos lucros através do marketing ambiental proferido. O apoio do Estado ao ciclo de evolução desses projetos tem sido decisivo. A legislação ambiental, apesar de ser instrumento de regulação no manejo dos recursos naturais e conflitos existentes, através de programas de fomento, tem privilegiado os grandes projetos agropecuários e silvicultores, desde a formulação das leis à sua aplicabilidade, em detrimento do manejo tradicional de agricultores que tentam resistir às transformações da agricultura moderna.

Apesar da relevância que o setor traz a economia do país, por ter em sua base a exportação, as plantações de eucalipto, tanto as certificadas quanto as que não possuem tais credenciais, sempre estiveram ligadas a um contexto de deterioração dos recursos naturais e êxodo rural, sendo um dos principais responsáveis pela destruição da biodiversidade existente nos diversos biomas, evidenciada pelos inúmeros conflitos denunciados por ONG's, movimentos sociais, sindicatos etc. Ou seja, os indicadores econômicos mais uma vez tem superado às condições sociais e econômicas do restante da população.

Como pudemos comprovar ao longo do texto, Canabrava, Vereda Funda e São José do Buriti, atravessaram os mesmos processos de desapropriação territorial, através de compras de terras particulares a preços insignificantes, expulsão daqueles que habitavam o local por não haver documentação comprobatória e/ou devido à não condições de sobrevivência no local,

seja ela pela falta de água, convívio com agrotóxicos, dentre outros impactos que ocorrem tanto nas áreas certificadas quanto nas que não são.

Esse estudo mostrou que as diversas estratégias de atuação utilizadas pelo setor monocultor de eucalipto, ao contrário da responsabilidade social e preservação ambiental proposta pelos próprios órgãos certificadores ao fornecer os selos verdes, não tem cumprido com suas premissas de sustentabilidade ambiental e justiça social.

As relações de poder existentes nesse campo, bem como a racionalidade empresarial monocultora comprometem a garantia e o respeito às diferentes formas de manejos agroambientais. Dessa forma, as populações que dispõem da lógica contrária a exploração dos recursos para obtenção de lucros, têm permanecido à margem das decisões políticas quanto ao uso e apropriação dos seus territórios, pois de maneira arbitrária tem perdido suas terras em favor dos grandes projetos agropecuários

Na verdade a necessidade de produtos com base florestal deu destaque a esse setor, em virtude do custo/benefício econômico que o eucalipto proporciona por ser uma planta de rápido crescimento e produtividade, com capacidade de adaptação em diversos tipos de terrenos e condições climáticas.

Além das extensas áreas de plantações, o Brasil ocupa uma posição de destaque no mercado de créditos de carbono oriundos de projetos de redução de emissões no âmbito do MDL. É importante atentarmos para as estatísticas das atividades dos projetos nesse âmbito, divulgado periodicamente no site do UNFCCC. Até 2008 foram codificados segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia 3.471 projetos, sendo 1071 já registrados pelo Conselho Executivo do MDL e 2.400 em outras fases do ciclo⁵³.

Segundo a carta Plantar contra o MDL de 2010, enviada ao Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da UNFCCC, a monocultura de eucalipto gera cerca de 1 emprego em cada 100 hectares de terra, enquanto a agricultura familiar gera 15 empregos em cada 100 hectares. Essas são apenas algumas justificativas da autonomia desses setores para o uso “insustentável” dos territórios, que não somente prejudicam o meio ambiente, mas acarretam inúmeras dificuldades culturais e sociais para as populações locais, sejam elas tradicionais ou formada por agricultores familiares.

Durante todo o estudo foram identificadas e confirmadas tais contradições de discursos. Enquanto conversava com os principais encarregados da empresa que testificava que o projeto adota mecanismos de proteção ambiental e social, que gera expectativas quanto o

⁵³ Mudanças Climáticas, disponível em: <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br>, acesso janeiro 2012.

desenvolvimento da região onde o projeto foi implantado, por outro lado, trabalhadores da empresa se encontravam totalmente insatisfeitos com as condições de trabalho. Tais situações foram comprovadas através dos inúmeros processos que a empresa possui no Ministério Público do Trabalho – MPT, que vão desde horas extras não pagas às más condições de trabalho, além do não pagamento das jornadas, dentre outros. A geração de empregos e renda, e os ganhos econômicos e ambientais como benefícios citados no relatório de validação do projeto de Mitigação de emissões de metano na produção de carvão vegetal da Plantar, deixam de existir a partir do momento que se analisa a realidade local, observada, principalmente, pela insatisfação dos moradores entrevistados e trabalhadores da empresa.

Com o crescimento do setor e o avanço das plantações segue-se com a tradição histórica de justificativas para a ocupação de terras tidas como vazias, disseminando o modelo desenvolvimentista difundido pelo país. No entanto, apesar das pesadas críticas e rejeições anteriores, o projeto da Plantar continua servindo de “exemplo” para o mundo.

O estudo identificou espaços de construção de métodos e estratégias para a efetivação do projeto que nos permitiu analisar melhor essa nova dinâmica do setor florestal e suas novas estratégias para obtenção de lucros cada vez maiores. Estratégias necessárias justamente pela dificuldade dos países em desenvolvimento em reduzir suas emissões ou a produção acumulativa de bens e produtos sem que haja um corte brusco nos lucros e na economia do país.

O Brasil foi palco das principais estratégias utilizadas por esses países por possuir inúmeras vantagens para a realização de projetos em tecnologia limpa. O país apresenta uma matriz energética com preponderância na energia hidroelétrica e expressivo uso de agrocombustíveis, o que representa um padrão de desenvolvimento industrial relativamente limpo em comparação com outros países (MDIC, 2006, p.5). Mas será que todo esse investimento, baseado em um sistema de compensação tem tido bons resultados? Se olharmos para o futuro do Protocolo de Kyoto, com prazo de término para 2012, a resposta é não.

O Protocolo tem sido um fracasso, pois segundo o relatório de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - Brasil 2010, divulgado pelo IBGE mostra que a emissão de gases de efeito estufa no Brasil subiu de 1,35 bilhão para 2,20 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente entre 1990 e 2005, uma evolução de 62%. O cálculo das estimativas foi baseado na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC). Esses dados só confirmam que todo o investimento em tecnologias de compensação de poluentes não é o suficiente para que se resolva a crise ambiental instaurada pelas mudanças climáticas. O que tem que ser pensado são projetos que

contribuam para redução de poluentes e não compensação. Principalmente, aquelas baseados em sumidouros de carbono advindas de plantações de eucalipto, que além de não contribuir no fator clima acarretam inúmeros outros impactos às comunidades locais.

Vários críticos do Protocolo já utilizam expressões como “colonialismo do carbono”, a preocupação com esse termo se dá pelos jogos de interesses dos países que propõem tais projetos de compensação de poluentes. Ao se instalarem em países pobres e por não termos forte regulamentação e controle no que diz respeito a comercialização dos créditos, isso oferece liberdade para que interesses econômicos ultrapassem o efeito real do Protocolo e todo investimento nos projetos de MDL.

Apesar dos inúmeros questionamentos postos sobre o tema, e vários pontos controversos, as organizações internacionais se fecham cada vez mais em discursos onde não resistem à pressão dos fatores econômicos. As discussões são formadas em torno de redes empresariais e organizacionais que não reproduzem realmente os anseios da sociedade, sejam elas Conferências, Fórum, Debates.

Nesse sentido, ressaltamos nesse trabalho a importância dos projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, quando verdadeiramente são feitas em cima de projetos realmente limpos, o que não ocorre no caso estudado como citado acima. A falta de transparência nas ações tanto dos órgãos responsáveis em garantir tal procedência, quanto por parte das empresas proponentes do projeto, é um fator que desqualifica a real efetividade para a manutenção dos recursos de forma sustentável.

Nesse contexto, se a análise dos impactos e problemas das três comunidades estudadas fosse feito sem observar as diferenças da conjuntura em que cada uma se insere, não se perceberia as distinções de uma localidade para outra. Ou seja, a indagação que motivou a realização desse trabalho, de analisarmos as diferenças das comunidades em diferentes períodos e com objetivos e realidades distintos, revelou que o Estado continua sendo o principal legitimador das ações dessas empresas, e que as organizações internacionais continuam em concordância com todos os danos ambientais e sociais causados às populações locais.

Mudaram-se os discursos, mas na prática pouca coisa se avançou. Apesar das discussões ter tomado proporções globais, o que ressaltamos é que os espaços e territórios manejados pelas populações, principalmente com base na agricultura familiar, tem se tornado um grande laboratório subordinado a técnicas e métodos que em nada contribuem com a melhoria da qualidade de vida dessas populações que vivem na contra-força da lógica capitalista.

Vinte anos se passaram desde as primeiras manifestações de preocupação por parte dos órgãos gestores internacionais quanto a sustentabilidade do planeta na Eco 92. A Rio +20 que seria um importante momento de repensar os erros cometidos, novamente está cometendo os mesmos erros, ao considerar a economia verde como solução para esses problemas.

Podemos assinalar, portanto que há evidências suficientes para olharmos mais atentamente as formas de manejo dessas populações pouco visibilizadas. A atenção dada a esse tipo de manejo dos recursos naturais deve-se a toda contribuição que esses tem nos oferecido com seus saberes e lutas pela manutenção de suas tradições. Infelizmente, diferente do modelo agrícola adotado nos países europeus, onde se foi estruturado em torno da agricultura familiar, o Brasil adotou uma política de desenvolvimento agrícola baseado na concentração de terras fundado em grandes propriedades monocultoras voltado para as exportações, o que acaba beneficiando apenas uma mínima camada da população.

Essas análises nos levam a pensar que tipo de sociedade estamos construindo, se é evidente que os modelos propostos estão caminhando em direção contrária ao que racionalmente queremos. Neste sentido, é necessário oferecermos maior importância a práticas que a tanto tempo tem permanecido invisível e firmarmos alianças para buscarmos alternativas que viabilizem o crescimento com a sustentabilidade dos recursos.

REFERÊNCIAS

ABRAF. **Anuário estatístico da ABRAF 2011 ano base 2010 /ABRAF.** – Brasília: 2011.

ACSELRAD, H. **Conflitos Ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro, Relume Dumará/Funadação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática. **O Desafio da Sustentabilidade.** Um debate sócio ambiental no Brasil. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2001.

ANAYA, Felisa; BARBOSA, Rômulo S; SAMPAIO, Cristina. **Sociedade e Biodiversidade na Mata Seca Mineira.** UNIMONTES Científica Revista da Universidade Estadual de Montes Claros /Universidade Estadual de Montes Claros. – v 8, n. 1, (jan/jun. 2006) – Montes Claros: UNIMONTES,2006.

AMS. **O complexo industrial florestal em Minas Gerais (CIF): caracterização, dimensionamento e importância.** Belo Horizonte, outubro de 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do Território no Brasil.** São Paulo, SP, 2 ed. Hucitec, 2004.

ANDRADE, M.L.A. CUNHA, L.M.S. VIEIRA, J.R.M. **A Siderurgia Brasileira no contexto mundial.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro- RJ, V.1, N.1, 1994. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/>. Acesso dia 12 de abril de 2011.

ANDRADE, Maria Lúcia Amarante de. CUNHA, Luiz Mauricio da Silva. Histórias Setoriais: **O Setor Siderúrgico.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, RJ, 2002. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES>. Acesso dia 12 de abril de 2011.

ARAÚJO, Antonio Carlos Porto de. **Como Comercializar Créditos de Carbono.** São Paulo, SP, Trevisan editora Universitaria, 6º Ed., 2008.

BARBOSA, R. S. & FEITOSA, A M.. A dinâmica de luta pela terra no norte de Minas Gerais. em J. Cleps Júnior, J. A. Zuba, A. M. Feitosa (Orgs.). **Debaixo da Lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil.** Editora da UCG: Goiânia, 2005.

BACHA, C.J.C. BARROS, A.L.M. **Reflorestamentos no Brasil: evolução recente e perespectivas para o futuro.** Scientia Forestalis, n.66. 2004.

BIANCHI, Patricia Nunes Lima. **Meio Ambiente: Certificações ambientais e comércio internacional.** Curitiba,PA: Juruá Ed., 2003.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional.**2008. Disponível em:www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr. Acesso em:17 de julho de 2010.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa. **Comunidade, Território e Complexo Florestal Industrial: o caso de Vereda Funda, Norte de Minas Gerais**. Dissertação de mestrado, Montes Claros, maio de 2006.

CALAIS, Dárcio. **Silvicultura**. Belo Horizonte: 2010 Disponível em: AMS - Associação Mineira de Silvicultura -SILVICULTURA.htm, acesso fevereiro de 2011.

CARVALHO, Ana M. A. et al . **Vínculos e redes sociais em contextos familiares e institucionais: uma reflexão conceitual**. *Psicol. estud.* , Maringá, v. 11, n. 3, 2006 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 23 de outubro 2008.

CARRERE, Ricardo. **As Plantações não são florestas**. Montevideu, Uruguai: Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, 2003.

CARRERE, Ricardo. **Problemática certificação de Plantações**. IN: CARRERE, Ricardo (org.), *Certificando o não-certificável*. WRM, Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, 2003.

CHEVEZ POZO, O. V. **Regimes de propriedade e recursos naturais: a tragédia da privatização dos recursos comuns no norte de minas gerais**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado. UFRRJ, 2002.

CONSENZA, Rita Araújo. **Das Matas à Vila: mudanças no processo de trabalho e formação do assalariado florestal. Um estudo de caso em Baixa Verde, Minas gerais**. Dissertação de Mestrado apresentado ao CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2005.

DAYRELL, C.A; LUZ, Cláudia (org.). **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade**. Ed. Unimontes, Montes Claros- MG, 2000. (Coletânea de textos apresentados no IV Encontro Nacional da Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais).

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa; reflexões sobre o trabalho de campo**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 139-154, março/ 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>, acesso em maio de 2011.

DULCI, Otávio Soares. **Política de Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 1999.

ESCOBAR, Arturo. **Desenvolvimento**. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento**. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FENNY, D; BERKES, F; McCAY, B. J; ACHESON, J. M. **A Tragédia dos Comuns: Vinte e dois anos depois**. In: DIEGUES, A.; MOREIRA, A. de C. (Orgs). *Espaços e recursos de uso comum*. São Paulo: NUPAUB- USP, 2001.

FURTADO, Celso. **Pequena Introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo, SP: Ed. Nacional, 1981.

FURTADO, Celso. **Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado**. São Paulo, SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

FRANCO, Maria Ciavatta. **Quando nós somos o outro: questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados**. In. revista Educação e Sociedade, v. 21 n°72. Centro de estudos educação e sociedade. Brasil, 2000.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. As minas e os Gerais: breve ensaio sobre o desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas. IN: **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade**. Ed. Unimontes, Montes Claros- MG, 2000. (Coletânea de textos apresentados no IV Encontro Nacional da Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais.

GONÇALVES, Múcio Tosta e MACHADO, Carlos Wagner C. "Reflorestamento e mudanças nas condições de vida no Litoral Norte da Bahia". In: **Cadernos do CEAS**, Salvador, n.º 161, pp. 23-34, janeiro-fevereiro de 1996.

GONÇALVES, Múcio Tosta . **Nós da madeira: mudança social e trabalhadores assalariados das plantações florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais**. Tese de Doutorado, apresentada ao CPDA-UFRRJ: Rio de Janeiro, 2001.

GONÇALVES, Múcio Tosta. **Agricultores e Assalariados das Plantações Florestais em Minas Gerais: Quais os Problemas?**. Artigo apresentado no X Seminário sobre a economia mineira. Diamantina, MG, 2002.

HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006.

IAB- INSTITUTO AÇO BRASIL – **SIDERURGIA NO BRASIL**: disponível em: <http://www.acobrasil.org.br/>

IBF-**Instituto Brasileiro de Florestas**. Disponível em: <http://www.ibflorestas.org.br/>, acesso em dezembro de 2011.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 - Resultados do universo**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> Acesso em: outubro de 2011.

IBORRA, Josep. **Créditos de Carbono: así como están, mejor no**. El Periódico.com Blogs Del mundo, outubro de 2010. Disponível em: <http://www2.elperiodico.es/BLOGS/MAPAMUNDI/blogs/blogrondonia/archive/2010>, acesso julho de 2011.

JANK, Marcos Sawaya. **Por uma economia Verde**. Revista exame, Edição 950, agosto de 2009.

JUNIA, Raquel. **Afinando o Discurso contra a Economia Verde na Rio +20**. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/revista-cidadania-e-meio-ambiente/> . Acesso em fevereiro de 2012.

JUNIOR, Itamar Rangel Vieira. **O discurso “VERDE”: produzindo espaço, vendendo paisagem**. Disponível em: www.geoambiente.ufba.br/seminário/trab_Itamar.pdf, acesso dia 10 de janeiro de 2012.

KILL, J. **Fundos de Carbono do Banco Mundial no Brasil: novas fontes de financiamento para plantações industriais de árvores**. Boletim do World Rainforest Movement. Número 76. Novembro de 2003. Disponível em: <http://www.wrm.org.uy/boletim/76/carbono.html#Brasil> acesso em novembro de 2011.

LASCHEFSKI, Klemens. **Agrocombustíveis: a caminho de um novo imperialismo ecológico**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte, MG, Ed. UFMG, 2010.

LASCHEFSKI, Klemens. **O comércio de carbono, as plantações de eucalipto e a sustentabilidade das políticas públicas: uma análise geográfica**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (org.). A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte, MG, Autêntica, 2005.

LESSA, Simone Narciso (org.). **Mesonorte: Diagnóstico para a Agenda de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Norte de Minas**. Ed. Uimontes, Montes Claros – MG, 2007.

LIPINSKI, Jéssica. **Mercado de Carbono**. Disponível em: <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?item=78&id=728038>. Acesso em fevereiro de 2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MOTOYAMA , Shozo (org.). **Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil**. São Paulo, editora da Universidade de São Paulo, 2004.

NOGUEIRA, Mônica. **Povos do Cerrado: Características gerais e desafios comuns**. In: GAWORA, Dieter; IDE, M. H. de Souza; BARBOS, R. Soares (orgs). Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. Montes Claros, MG. Ed. Unimontes, 2011.

OVERBEEK, Winnie. **Comunidades impactadas pela monocultura do eucalipto realizam intercâmbio de experiências**. Rede Alerta contra o Deserto Verde e Cepedes/BA, DISPONIVEL EM: http://www.cedefes.org.br/index.php?p=politica_detalhe&id_afro=2164. 23 de março de 2010.

OLIVEIRA, Maria Diana de. **A reprodução do espaço e a prática “política” do movimento ambientalista: um estudo a partir da Associação Mineira de Defesa do Ambiente**. Belo Horizonte: IGC – UFMG, 2007, 286 pág.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. **O Nordeste começa em Minas**. Revista do Legislativo, nº28. abril/setembro 2000.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 22 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PINHO, Marcus Vinicius Magalhães. **Mudanças Climáticas e o Desenvolvimento Sustentável: o mercado de carbono**. Monografia de especialização. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

PINTO, João Roberto Lopes. **BNDES tem discurso verde e práticas cinza. Entrevista especial com João Roberto Lopes Pinto**. Revista IHU- Instituto Humanitas Unisinos- Revista On line disponível em:
<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/500500-bndes-tem-discurso-verde-e-pratica-cinza-entrevista-especial-com-joao-roberto-lopes-pinto>. acesso dia - 20 de janeiro de 2011.

PLANTAR, Siderúrgica S.A. Disponível em: <http://www.plantar.com.br>, acesso dia 26 de março de 2011.

POLANYI, K. (2000), **A Grande Transformação**: As origens da nossa época, 9ª edição, Editora Campus, Rio de Janeiro. Tradução de The Great Transformation, publicado, originalmente por Reinhart & Company (1944).

QUERBEEK, Winfred. **O Mercado de Carbono: privatização do ar**. Cartilha realizada pela FASE/ES e Sinkswatch. Gráfica ITA, 2008.

RIBEIRO, M. S. ; REZENDE, A. J. ; DALMACIO, F. Z. . **Uma Análise Multidimensional dos Projetos Brasileiros de MDL- Mecanismos de Desenvolvimento Limpo**. Revista de Contabilidade da UFBA, v. 2, p. 14-29, 2008. ; Meio de divulgação: Digital; Série: 1; ISSN/ISBN: 19843704

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Da “largueza” ao “cercamento”. Um balanço dos programas de desenvolvimento do cerrado. In: ZHOURI, Andréa (Org). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RIST, Gilbert. **The History of Development: from Western origins to Global Faith**. New York: Zed Books, 2002.

RODRIGUES, L.; NASCIMENTO, J. R.; CHAGAS, I. **A nova fronteira da agroexportação e a questão agrária no Norte de Minas**. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária e II Simpósio Internacional de geografia Agrária. Presidente Prudente, SP, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, SP: Ed. da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Fórum Social Temático**. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2012/01/25/forum-social-tematico-boaventura-sousa-santos-defende-que-debate-avance-alem-da-ideia-de-economia-verde/>. Acesso fevereiro de 2012.

SANTOS, BORBOREMA E ROSA, 2011, **Geraizeiros resistem à invasão de eucalipto**. Disponível em: <http://www.asabrazil.org.br>. Acesso dia 07 de junho.

SABBAG, Bruno Kerlakian. **O Protocolo de Quioto e seus Créditos de Carbono: manual Jurídico brasileiro de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo**. São Paulo, SP: LTr editora, 2008.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar editores, 1980.

SILVA, Tathiane Paraíso. Direitos Humanos e a monocultura de eucalipto: uma análise da comunidade Canabrava – Norte de Minas Gerais. Monografia apresentada ao curso de serviço social pela Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES. Montes Claros, MG, 2008.

SHIVA, Vandana. **Recursos Naturais**. In: SACHS, Wolfgang. Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

SUNDFELD, Guilherme. **O conceito de Floresta**. Revista Gestão, Meio ambiente e cidadania, agosto de 2008. Disponível em: <http://desenvolvimentoambiental.blogspot.com/2008/08/o-conceito-de-floresta-por-s.html>. acesso julho de 2011.

VALVERDE, Sebastião Renato. **A febre das Plantações Florestais sob a letargia do ferro gusa**. In: Painel Florestal. Disponível: <http://painelflorestal.com.br/artigos>, acesso dia 13 de maio de 2011.

ANEXO 1

Princípios e Critérios do Conselho de Manejo Florestal (FSC)

É amplamente aceito que os recursos florestais e as áreas por eles ocupadas devam ser manejados para suprir as necessidades sociais, econômicas, ecológicas, culturais e espirituais de gerações presentes e futuras. A crescente conscientização do público sobre a destruição e degradação das florestas tem levado consumidores a exigir que suas compras de madeira e outros produtos da floresta não contribuam para esta destruição, mas ajudem a assegurar os recursos florestais para o futuro. Em resposta a estas exigências, proliferam no mercado os programas de certificação por terceiros e/ou de autocertificação.

O FSC (sigla em inglês que significa *Forest Stewardship Council*) ou Conselho de Manejo Florestal é uma entidade internacional que credencia organizações certificadoras de modo a garantir a autenticidade de suas declarações. O processo de certificação começa por iniciativa voluntária dos proprietários de operações florestais e responsáveis pelo manejo florestal. São eles que solicitam os serviços de uma organização certificadora. O objetivo do FSC é promover o manejo das florestas do mundo de forma ambientalmente adequada, socialmente benéfica e economicamente viável. Isso é feito através do estabelecimento de um padrão mundial de Princípios de Manejo Florestal amplamente reconhecido e respeitado.

Os Princípios e Critérios (P&C) do FSC se aplicam a todas as florestas tropicais, temperadas e boreais, conforme explicitado no Princípio #9 e no glossário em anexo. Muitos destes P & C aplicam-se também às plantações e florestas parcialmente replantadas. Padrões mais detalhados para estes e outros tipos de vegetação devem ser desenvolvidos em nível nacional e local.

Os P&C serão incorporados aos sistemas de avaliação e padrões de todas as organizações certificadoras que procurem o credenciamento junto ao FSC. Apesar de os P&C terem sido desenvolvidos principalmente para as florestas manejadas voltadas para a produção de madeira, eles também são relevantes, em diferentes graus, para florestas manejadas para produtos não-madeireiros. Os P&C constituem um pacote completo a ser considerado em sua totalidade, mas sua seqüência não representa uma ordem de prioridade.

Este documento deverá ser usado em conjunto com os Estatutos do FSC, os Procedimentos para Credenciamento de Certificadoras e os Guias para Certificadores.

O FSC e entidades certificadoras credenciadas pelo FSC não irão insistir em perfeição no cumprimento dos P&C. Entretanto, grandes falhas no cumprimento de qualquer princípio individual normalmente irão desqualificar um candidato à certificação ou mesmo implicar no cancelamento da mesma. Estas decisões serão tomadas individualmente pelos certificadores e orientadas dentro dos limites em que cada critério é satisfeito, bem como em função da importância e das conseqüências do seu não-cumprimento. Todavia, alguma flexibilidade será permitida para adequação às condições locais.

A existência de um continuum entre a intensidade do manejo florestal e a condição florestal resultante é reconhecida pelo FSC. Esse continuum inclui a floresta natural primária intacta (com todas ou a maior parte das características e funções do ecossistema florestal natural), florestas secundárias em estágio avançado de regeneração, florestas semi-naturais (com

muitas ou algumas das características do ecossistema florestal natural) e as plantações (com poucas ou nenhuma característica do ecossistema florestal natural)

A decisão de classificar e avaliar uma floresta manejada (um regime de manejo aplicado a um tipo florestal específico) como uma "floresta natural" ou como uma "plantação" deve ser tomada em nível local e será orientada por padrões regionais reconhecidos pelo FSC (quando tais padrões existirem). Eles poderão incluir condições e restrições adicionais ao manejo de plantações florestais.

O FSC também reconhece diferenças entre plantações florestais de espécies exóticas e de espécies nativas. As primeiras inerentemente colocam mais riscos do que as segundas e exigirão salvaguardas ecológicas e sociais adicionais. Tais salvaguardas serão articuladas no âmbito dos padrões regionais do FSC.

Para candidatar-se à certificação, todas as florestas, incluindo as plantações florestais, devem atender aos Princípios e Critérios de 1 a 9. As plantações florestais, entretanto, devem também satisfazer o Princípio 10 e seus Critérios.

A escala e a intensidade das atividades de manejo florestal, a singularidade dos recursos afetados e a relativa fragilidade ecológica da floresta serão consideradas em todas as avaliações para a certificação. As diferenças e dificuldades de interpretação dos P&C serão abordadas de acordo com padrões nacionais e locais de manejo de florestas. Esses padrões serão desenvolvidos em cada país ou região envolvida e serão avaliados, para fins de certificação, por instituições certificadoras e outras partes envolvidas ou afetadas em cada caso.

Se necessário, durante a avaliação para certificação, poderão ser acionados mecanismos do FSC para resolução de disputas. Maiores informações e orientações sobre o processo de certificação e credenciamento estão incluídas nos Estatutos do FSC, nos Procedimentos para Credenciamento de Certificadores e nos Guias para Certificadores.

Os P&C do FSC devem ser considerados conjuntamente com a legislação nacional, internacional e regulamentações aplicáveis. O FSC pretende complementar -- não suplantiar -- outras iniciativas que apóiam, em todo o mundo, um manejo responsável de florestas.

O FSC conduzirá atividades educacionais para aumentar a consciência do público sobre a importância das seguintes questões:

- melhoria das práticas de manejo florestal;
- incorporação dos custos totais de manejo e de produção no preço de produtos de origem florestal;
- promoção do melhor uso dos recursos florestais;
- redução de danos e desperdícios;
- importância de evitar o excesso no consumo e na exploração florestal.

O FSC também irá orientar os elaboradores de políticas públicas sobre essas mesmas questões, incluindo a melhoria de legislação e políticas de manejo florestal.

Princípio 1: Obediência às Leis e aos Princípios do FSC

O manejo florestal deve respeitar todas as leis aplicáveis ao país onde opera, os tratados internacionais e acordos assinados por este país, e obedecer a todos os Princípios e Critérios do FSC.

- 1.1. O manejo florestal deve respeitar todas as leis nacionais e locais, bem como as exigências administrativas.
- 1.2. Devem ser pagos todos os encargos aplicáveis e legalmente exigidos como royalties, taxas, honorários e outros custos.
- 1.3. Nos países signatários devem ser respeitadas as cláusulas de todos os acordos internacionais acordados como o CITES (Convenção Internacional sobre a Comercialização de Espécies da Flora e da Fauna Ameaçadas de Extinção), a OIT (Organização Internacional do Trabalho), o ITTA (Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais) e a Convenção sobre Diversidade Biológica.
- 1.4. Visando a certificação, os certificadores e as outras partes envolvidas ou afetadas devem avaliar, caso a caso, os conflitos que porventura existam entre leis, regulamentações e os P&C do FSC.
- 1.5. Recomenda-se que as áreas de manejo florestal sejam protegidas de extração ilegal, assentamento e outras atividades não autorizadas.
- 1.6. Os responsáveis por áreas sob manejo florestal devem demonstrar um compromisso de longo prazo de adesão para com os P&C do FSC.

Princípio 2: Responsabilidades e direitos de posse e uso da terra.

Os direitos de posse e uso de longo prazo relativos à terra e aos recursos florestais devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos.

- 2.1. Deve ser demonstrada clara evidência quanto aos direitos de uso dos recursos florestais de longo prazo relativos à terra (p.ex.: título da terra, direitos costumeiros adquiridos ou contratos de arrendamento).
- 2.2. As comunidades locais com direitos legais e costumeiros de uso e de posse da terra devem manter controle sobre as atividades florestais, na extensão necessária para proteger seus direitos ou recursos, a menos que deleguem este controle a terceiros, de forma livre e consciente.
- 2.3. **Devem ser adotados mecanismos apropriados para a resolução de disputas sobre reivindicações de posse e direitos de uso da terra. As circunstâncias e o status de quaisquer disputas pendentes serão explicitamente consideradas na avaliação da certificação. Disputas de magnitude substancial, envolvendo um número**

significativo de interesses, normalmente irão desqualificar uma operação florestal de ser certificada.

Princípio 3: Direitos dos Povos Indígenas

Os direitos legais e costumários dos povos indígenas de possuir, usar e manejar suas terras, territórios e recursos devem ser reconhecidos e respeitados.

- 3.1. Os povos indígenas devem controlar as atividades de manejo florestal em suas terras e territórios a não ser que deleguem este controle de forma livre e consciente à terceiros.
- 3.2. As atividades de manejo florestal não devem ameaçar ou diminuir, seja direta ou indiretamente, os recursos ou direitos de posse dos povos indígenas.
- 3.3. Os locais de especial significado cultural, ecológico, econômico ou religioso para os povos indígenas devem ser claramente identificados em cooperação com estes povos, e reconhecidos e protegidos pelos responsáveis pelas áreas de manejo florestal.
- 3.4. Os povos indígenas devem ser recompensados pelo uso de seus conhecimentos tradicionais em relação ao uso de espécies florestais ou de sistemas de manejo aplicado às operações florestais. Esta recompensa deve ser formalmente aceita de forma livre e com o devido conhecimento e consentimento destes povos antes do início das operações florestais.

Princípio 4: Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores.

As atividades de manejo florestal devem manter ou ampliar o bem estar econômico e social de longo prazo dos trabalhadores florestais e das comunidades locais.

- 4.1. Recomenda-se que sejam dadas às comunidades inseridas ou adjacentes à área de manejo florestal oportunidades de emprego, treinamento e outros serviços.
- 4.2. Recomenda-se que o manejo florestal alcance ou exceda todas as leis aplicáveis e/ou regulamentações relacionadas à saúde e segurança dos trabalhadores e suas famílias.
- 4.3. Devem ser garantidos os direitos dos trabalhadores de se organizarem e voluntariamente negociarem com seus empregadores, conforme descrito nas Convenções 87 e 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- 4.4. O planejamento e a implantação de operações de manejo florestal devem incorporar os resultados de avaliações de impacto social. Devem ser mantidos processos de consulta com as pessoas e grupos diretamente afetados pelas operações de planejamento.
- 4.5. Devem ser adotados mecanismos apropriados para resolver queixas e providenciar compensações justas em caso de perdas ou danos que afetem os direitos legais ou costumários, a propriedade, os recursos, ou o meio de vida das populações locais. Devem ser tomadas medidas para evitar tais perdas ou danos.

Princípio 5: Benefícios da Floresta

As operações de manejo florestal devem incentivar o uso eficiente dos múltiplos produtos e serviços da floresta para assegurar a viabilidade econômica e uma grande gama de benefícios ambientais e sociais.

- 5.1. Recomenda-se que o manejo florestal se esforce rumo à viabilidade econômica, ao mesmo tempo que leve em conta todos os custos de ordem ambiental, social e operacional da produção, e assegure os investimentos necessários para manter a produtividade ecológica da floresta.
- 5.2. Recomenda-se que o manejo florestal e as operações de comercialização estimulem a otimização de uso e o processamento local da diversidade de produtos da floresta.
- 5.3. Recomenda-se que o manejo florestal minimize o desperdício associado às operações de exploração florestal e de processamento no local e evite danos a outros recursos florestais.
- 5.4. Recomenda-se que o manejo florestal se esforce para fortalecer e diversificar a economia local, evitando a dependência a um único produto florestal.
- 5.5. As operações de manejo florestal devem reconhecer, manter, e onde for apropriado, ampliar o valor dos recursos florestais e dos serviços da floresta, como as bacias hidrográficas e os recursos pesqueiros.
- 5.6. Os níveis de colheita dos produtos florestais não deve exceder os patamares de forma que possam ser permanentemente sustentados.

Princípio 6: Impacto Ambiental

O manejo florestal deve conservar a diversidade ecológica e seus valores associados, os recursos hídricos, os solos, e os ecossistemas e paisagens frágeis e singulares, e ao assim atuar, manter as funções ecológicas e a integridade da floresta.

- 6.1. A avaliação dos impactos ambientais deve ser realizada - de acordo com a escala, a intensidade do manejo florestal e o caráter único dos recursos afetados - e adequadamente integrada aos sistemas de manejo. As avaliações devem incluir considerações ao nível da paisagem, como também os impactos das unidades de processamento no local. Os impactos ambientais devem ser avaliados antes do início das atividades que possam causar distúrbios.
- 6.2. Devem existir salvaguardas para proteger as espécies raras, as ameaçadas e as em perigo de extinção, bem como seus habitats (p.ex.: ninhos e áreas de alimentação). Devem ser estabelecidas zonas de conservação e de proteção de acordo com a escala e a intensidade do manejo florestal e a singularidade dos recursos afetados. As atividades inapropriadas

de caça, pesca, uso de armadilhas e coletas de espécimes florestais devem ser controladas.

6.3. Os valores e as funções ecológicas vitais devem ser mantidos intactos, aumentados, ou restaurados, incluindo:

- a) a regeneração e a sucessão natural da floresta,
- b) a diversidade genética, a diversidade das espécies e do ecossistema,
- c) os ciclos naturais que afetam a produtividade do ecossistema florestal.

6.4. As amostras representativas dos ecossistemas existentes dentro da paisagem natural devem ser protegidas em seu estado natural e plotadas em mapas, apropriadas à escala e à intensidade das atividades de manejo florestal e segundo a peculiaridade dos recursos afetados.

6.5. Devem ser preparadas e implementadas orientações por escrito para controlar a erosão, minimizar os danos à floresta durante a exploração, a construção de estradas e todos os outros distúrbios de ordem mecânica; e proteger os recursos hídricos.

6.6. Os sistemas de manejo devem promover o desenvolvimento e a adoção de métodos não-químicos e ambientalmente adequados de controle de pragas, e se esforçarem para evitar o uso de pesticidas químicos. Devem ser proibidos pesticidas classificados pela Organização Mundial de Saúde (WHO) como tipos 1A e 1B e pesticidas à base de hidrocarbonetos clorados; pesticidas persistentes, tóxicos ou aqueles cujos derivados permanecem biologicamente ativos e são cumulativos na cadeia alimentar para além dos estágios desejados quanto ao seu uso; como também quaisquer pesticidas banidos por acordos internacionais. Se forem utilizados produtos químicos, deve ser providenciado o uso de equipamento e treinamento apropriados para a minimização de riscos para a saúde e o meio ambiente.

6.7. Os produtos químicos, vasilhames, resíduos não-orgânicos líquidos e sólidos, incluindo combustível e óleos lubrificantes, devem ser descartados de forma ambientalmente apropriada, em local adequado.

6.8. O uso de agentes de controle biológico deve ser documentado, minimizado, monitorado e criteriosamente controlado de acordo com as leis nacionais e protocolos científicos internacionalmente aceitos. É proibido o uso de organismos geneticamente modificados.

6.9. O uso de espécies exóticas deve ser cuidadosamente controlado e ativamente monitorado para evitar impactos ecológicos adversos.

6.10. Não deve ocorrer a conversão florestal para plantações florestais ou para usos não-florestais da terra, exceto em circunstâncias onde a conversão:

- a) representa uma porção muito limitada da unidade de manejo florestal; e
- b) não ocorre em áreas de florestas de alto valor de conservação, e
- c) possibilitará benefícios de conservação claros, substanciais, adicionais, seguros e de longo prazo por toda a unidade de manejo florestal

Princípio 7: Plano de Manejo

Um plano de manejo - apropriado à escala e intensidade das operações propostas - deve ser escrito, implementado e atualizado. Os objetivos de longo prazo do manejo florestal e os meios para atingi-los devem ser claramente definidos.

7.1. O plano de manejo e a documentação pertinente devem fornecer:

- a) os objetivos do manejo,
- b) a descrição dos recursos florestais a serem manejados, as limitações ambientais, uso da terra e a situação fundiária, as condições sócio-econômicas e um perfil das áreas adjacentes,

c) a descrição do sistema silvicultural e/ou de outro sistema de manejo, baseado nas características ecológicas da floresta em questão e nas informações coletadas através de inventários florestais,

- d) a justificativa para as taxas anuais de exploração e para a seleção de espécies,
- e) os mecanismos para o monitoramento do crescimento e da dinâmica da floresta,
- f) as salvaguardas ambientais baseadas em avaliações ambientais,
- g) planos para a identificação e proteção de espécies raras, ameaçadas e em perigo de extinção,
- h) mapas descrevendo a base dos recursos florestais, incluindo áreas protegidas, as atividades de manejo planejadas e a situação fundiária das terras,
- i) descrição e justificativa das técnicas de exploração escolhidas e dos equipamentos a ser utilizados.

7.2. O plano de manejo deve ser revisado periodicamente para incorporar os resultados do monitoramento ou de novas informações científicas e técnicas, como também para responder à mudanças nas circunstâncias ambientais, sociais e econômicas.

7.3. Os trabalhadores florestais devem receber treinamento e supervisão adequados para assegurar a implementação correta dos planos de manejo.

7.4. Mesmo respeitando a confidencialidade de informação, os responsáveis pelo manejo florestal devem tornar disponível ao público um resumo dos elementos principais do plano de manejo, incluindo aqueles listados no Critério 7.1.

Princípio 8: Monitoramento e Avaliação

O monitoramento deve ser conduzido - apropriado à escala e à intensidade do manejo florestal - para que sejam avaliados a condição da floresta, o rendimento dos produtos florestais, a cadeia de custódia, as atividades de manejo e seus impactos ambientais e sociais.

- 8.1. Recomenda-se que a frequência e a intensidade de monitoramento sejam determinadas pela escala e intensidade das operações de manejo florestal, como também pela relativa complexidade e fragilidade do ambiente afetado. Os procedimentos de monitoramento sejam consistentes e reaplicáveis ao longo do tempo para permitirem a comparação de resultados e a avaliação das mudanças.
- 8.2. Recomenda-se que o manejo florestal inclua a pesquisa e a coleta de dados necessárias para monitorar, no mínimo possível, os seguintes indicadores
- a) o rendimento de todos os produtos florestais colhidos.
 - b) as taxas de crescimento, a regeneração e condição da floresta.
 - c) a composição e as mudanças observadas na fauna e flora.
 - d) os impactos ambientais e sociais da colheita e outras atividades.
 - e) os custos, a produtividade e a eficiência do manejo florestal.
- 8.3. O responsável pelo manejo florestal deve providenciar a documentação necessária para que as organizações de monitoramento e certificação possam rastrear cada produto da floresta desde a origem. Este processo é conhecido como "cadeia de custódia".
- 8.4 Os resultados do monitoramento devem ser incorporados na implementação e revisão do plano de manejo.**
- 8.5 Mesmo respeitando a confidencialidade de informação, os responsáveis pelo manejo florestal devem tornar disponível ao público um resumo dos resultados dos indicadores de monitoramento, incluindo aqueles listados no Critério 8.2.

PRINCÍPIO N.º 9 - MANUTENÇÃO DE FLORESTAS DE ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO

As atividades em manejo de florestas de alto valor de conservação devem manter ou ampliar os atributos que definem estas florestas. Decisões relacionadas à florestas de alto valor de conservação devem sempre ser consideradas no contexto de uma abordagem precautória.

- 9.1. A avaliação para determinar a presença de atributos consistentes com Florestas de Alto Valor de Conservação será realizada de forma apropriada à escala e à intensidade do manejo florestal.
- 9.2. A etapa consultiva do processo de certificação deve dar ênfase aos atributos de conservação identificados, e as opções para a sua manutenção.
- 9.3. O plano de manejo deve incluir e implementar medidas específicas que assegurem a manutenção e/ou ampliação dos atributos de conservação aplicáveis consistentes com a abordagem precautória. Tais medidas devem ser especificamente incluídas no resumo do plano de manejo disponível ao público.
- 9.4. O monitoramento anual deve ser conduzido para avaliar a eficácia das medidas empregadas para manter ou incrementar os atributos de conservação aplicáveis.

PRINCÍPIO 10 : PLANTAÇÕES

As plantações devem ser planejadas e manejadas de acordo com os Princípios e Critérios de 1 a 9 e o Princípio 10 e seus Critérios. Considerando que as plantações podem proporcionar um leque de benefícios sociais e econômicos, e contribuir para satisfazer as necessidades globais por produtos florestais, recomenda-se que elas complementem o manejo, reduzam as pressões, e promovam a restauração e conservação das florestas naturais.

- 10.1 Os objetivos do manejo da plantação florestal, incluindo os objetivos de conservação e restauração da floresta natural, devem estar explícitos no plano de manejo, e claramente demonstrados na implementação do plano.
- 10.2 Recomenda-se que a configuração e a disposição física das plantações florestais promovam a proteção, a restauração e a conservação de florestas naturais, e não aumentem pressões sobre as mesmas. Corredores para a vida silvestre, matas ciliares e um mosaico de talhões de diferentes idades e períodos de rotação devem ser utilizados no delineamento da plantação, consistentes com a escala da operação. A escala e a disposição dos talhões dos plantios devem ser consistentes com os padrões da floresta natural da região encontrados na paisagem natural.
- 10.3 É preferível a diversidade na composição das plantações florestais, a fim de ampliar a estabilidade econômica, ecológica e social. Esta diversidade pode incluir o tamanho e a distribuição espacial das unidades de manejo dentro da paisagem natural, o número e a composição genética das espécies, as classes de idade e as estruturas.
- 10.4 A seleção das espécies para o plantio em plantações florestais deve estar baseada na total adequação das espécies ao local e sua conformidade aos objetivos do plano de manejo. Visando ampliar a conservação da diversidade biológica, as espécies nativas são preferíveis às exóticas no estabelecimento de plantações florestais e na recomposição de ecossistemas degradados. As espécies exóticas, que devem ser usadas apenas quando o seu desempenho for maior que o das espécies nativas, devem ser cuidadosamente monitoradas a fim de se detectar taxas de mortalidade anormais, doenças, ou aumento da população de insetos e impactos ecológicos adversos.
- 10.5 Uma proporção da área total de manejo florestal, apropriada à escala da plantação florestal e a ser determinada nos padrões regionais, deve ser manejada a fim de restaurar o local à cobertura florestal natural.
- 10.6 Devem ser tomadas medidas visando manter ou melhorar a estrutura, a fertilidade, e a atividade biológica do solo. As técnicas e taxas de exploração florestal, a construção e manutenção de estradas e trilhas de arraste, e a escolha de espécies não podem resultar na degradação do solo a longo prazo ou em impactos adversos na quantidade e qualidade da água ou em alterações significativas dos cursos de drenagem dos cursos d'água.
- 10.7 Devem ser tomadas medidas para prevenir e minimizar o aparecimento de pragas, doenças, ocorrências de incêndio e a introdução de plantas invasoras. O manejo integrado de pragas deve constituir uma parte essencial do plano de manejo, com principal ênfase na prevenção e em métodos de controle biológico em lugar de pesticidas e fertilizantes químicos. Recomenda-se que no manejo de plantações florestais seja feito o possível para

afastar o uso de pesticidas químicos e fertilizantes, incluindo o seu uso em viveiros. O uso de agentes químicos é também abordado nos critérios 6.6 e 6.7.

10.8 Complementando os elementos definidos nos Princípios n.º. 08, 06 e 04, o monitoramento de plantações florestais, apropriado à escala e à diversidade da operação, deve incluir avaliação regular quanto aos potenciais impactos sociais e ecológicos dentro ou fora da área de plantação (p.ex., a regeneração natural, os efeitos sobre os recursos hídricos e sobre a fertilidade do solo e impactos na saúde e no bem estar social locais). Recomenda-se que nenhuma espécie seja plantada em larga escala até que ensaios e experimentos a nível local tenham demonstrado que a espécie esteja ecologicamente bem adaptada à área do plantio, não sendo invasora, e não apresentando impactos ecológicos negativos significativos sobre outros ecossistemas. Atenção especial será dada às questões sociais de aquisição de terra para plantações florestais, especialmente quanto à proteção de direitos locais de propriedade, de uso ou de acesso.

10.9. As plantações florestais estabelecidas em áreas de florestas naturais convertidas após novembro de 1994 normalmente não devem ser qualificadas para a certificação. A certificação pode ser permitida em circunstâncias nas quais há evidências suficientes submetidas à entidade certificadora de que o responsável pela unidade de manejo florestal/ proprietário não é responsável direta ou indiretamente por tal conversão.

ANEXO 2

EVOLUÇÃO ACERCA DOS DEBATES AMBIENTAIS

ANO	ACONTECIMENTO
1873	Foi fundada a Organização Internacional de Meteorologia (IMO)
1950	A IMO dá origem a Organização Mundial de Meteorologia (WMO) que se torna a agência especializada das Nações Unidas para as questões climáticas, hidrologia operacional e ciências geofísicas relacionadas. Possui 188 estados membros.
1972	Conferência de Estocolmo- primeira convenção mundial sobre meio ambiente, na Suécia. Essa conferência resultou na criação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (Unep, também conhecido por Pnuma), sediado em Nairóbi, no Quênia. Pela declaração de Estocolmo, um meio ambiente sadio e equilibrado passou a ser reconhecido como um direito fundamental dos indivíduos, tanto para as gerações futuras.
1979	A primeira Conferência Mundial sobre o clima reconheceu a mudança do clima como um problema grave e de interesse global e foi um marco para a evolução científica do debate.
1988	A organização Meteorológica Mundial (WMO) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) criam o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC – Intergovernmental Pannel on Climate Change) para melhorar o entendimento científico sobre o tema através da cooperação dos países membros da ONU.
1990	Sob recomendação do IPCC, a Assembléia Geral da ONU inicia as negociações para a adoção da Convenção sobre Mudanças Climáticas.
1992	A Convenção Quadro das Nações Climáticas (UNFCCC) é adotada em 9 de maio, em Nova York.
1994	A Convenção é ratificada pelo Brasil em 28 de fevereiro e entra em vigor em 21 de março
Cop-1: 1995, em Berlim, Alemanha	O mandato de Berlim propõe a constituição de um protocolo e decisões sobre o acompanhamento das obrigações da Convenção, batizado em 1997 de Protocolo de Quioto
Cop-2: 1996, em Genebra, Suíça	Neste encontro, por meio da Declaração de Genebra, é firmada a criação de obrigações legais com metas de redução na emissão de gases que aumentam o efeito estufa.

Cop-3: 1997, em Quioto, Japão	Reunião deu continuidade às negociações da conferencia anterior e culminou com a adoção do Protocolo de Quioto, estabelecendo metas de redução de gases de efeito estufa para os principais países emissores, chamados países do anexo I
Cop-4: 1998, em Buenos Aires, Argentina	O Protocolo de Quioto é aberto à assinatura em 16 de março, em Nova York, e a Cop-4 acontece em Buenos Aires, direcionando os trabalhos para colocar em vigor e ratificar o Protocolo de Quioto.
Cop-5: 1999, em Bonn, Alemanha	Deu continuidade aos trabalhos iniciados em Buenos Aires
Cop-6: 2000, em Haia, Países Baixos	As negociações foram suspensas pela falta de acordo entre a União Européia e os Estados Unidos em relação aos sumidouros e às atividades de mudança do uso da terra. No Brasil, um Decreto Presidencial cria o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.
Cop-7: 2001, em Marraqueshe, Marrocos	Retomada das discussões, sem os Estados Unidos que se retira sob a alegação de que os custos para a redução de emissões seriam muito elevados para a economia norte-americana. Os Estados Unidos, responsáveis então por cerca de 25% das emissões globais de gases de efeito estufa, contestam também a ausência de metas de redução para os países em desenvolvimento, em especial a China, Índia e o Brasil.
Cop-8: 2002, em Nova Delhi, Índia	realizada a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio 10), em Johannesburg, África do Sul. As negociações internacionais não tem grandes avanços, mas inicia a discussão sobre o estabelecimento de metas de uso de fontes renováveis na matriz energética dos países.
Cop-9: 2003, em Milão, Itália	Destacou-se a questão da regulamentação de sumidouros de carbono no âmbito do MDL. No mesmo ano foi realizada a Conferencia Mundial sobre Mudanças Climáticas, em Moscou, com o objetivo de ratificação do Protocolo de Quioto pela Rússia. Diante da insegurança econômica dos russos, o Presidente Vladimir Putin adiou a decisão para o segundo semestre de 2004.
Cop-10: 2004, em Buenos Aires, Argentina	Foram aprovadas as regras para a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, o que só acontece no dia 16 de fevereiro do ano seguinte, com a adesão definitiva da Rússia, pondo fim a uma expectativa de sete anos.
Cop-11/MOP-1: 2005, em Montreal, Canadá	Foi realizada em paralelo a primeira Conferencia das partes do Protocolo de Quioto (COP/MOP 1). As discussões giraram em torno das perspectivas para o segundo período do acordo, pós 2012. As associações ambientais da Europa apontavam para a necessidade de uma redução de 20 a 30% das emissões de gases de efeito de estufa (com base no ano de 1990) até 2030 e de 60% a 80% até 2050.
Cop-12/MOP-2:	Representantes de 189 nações assumiram o compromisso de levar aos seus

2006, em Nairobi, Quênia	países a missão de rever os prós e os contras do Protocolo de Quioto. A revisão do tratado deveria ocorrer em 2008.
Cop-13/MOP-3: 2007, em Bali, Indonésia	O tema principal desta Conferencia foi um novo acordo climático para depois de 2012, quando expira o Protocolo de Quioto. O único resultado foi a criação do “mapa do caminho”, que norteia as discussões até 2009. Os Estados Unidos avançaram ao aceitar este documento. A conferencia também terminou com a adesão da Austrália (um dos maiores emissores mundiais de CO2 principalmente devido às fontes energéticas sujas baseadas no carvão) ao Protocolo de Quioto.
Cop-14/MOP-4: 2008, em Poznan, Polônia	A reunião apresentou alguns avanços, mas poucas metas de real relevância foram assumidas. A espera pela posição do então novo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama impediu um maior comprometimento por parte dos países desenvolvidos. Um dos tópicos que foi consenso e apresentou avanço foi a operacionalização do Fundo de Adaptação, instrumento que existia desde a criação do Protocolo de Quioto para ajudar países pobres a combater os efeitos das mudanças climáticas. Outro consenso foi que o mecanismo de Redução de Emissões decorrentes de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) deveria entrar no acordo final a ser definido em 2009.
Cop-15: 2009, em Copenhague, Dinamarca	Nesta edição da cúpula os países ricos se comprometeram a doar US\$ 30 bilhões, até 2012, para o fundo de luta contra o aquecimento global. O acordo previa US\$ 100 bilhões por ano, em 2020, mas não foi formalizado e não houve um consenso mínimo sobre as próximas metas de redução dos gases do efeito estufa (GEEs). Os Estados Unidos se comprometeram a financiar projetos de redução de GEE em países em desenvolvimento. A China, país mais poluidor do mundo, assumiu uma meta voluntária para reduzir entre 40 e 45% de suas emissões até 2020, tomando como referencia o ano de 2005.
Cop-16: 2010 em Cancun, México	Contra a expectativa de que não haveria anúncios relevantes ao final do encontro, foi firmada a criação do Fundo Verde, mas a decisão sobre a extensão do Protocolo de Quioto para além de 2012 foi adiada. O acordo de Cancun deixou clara a necessidade de reduzir, acabar e reverter a perda da cobertura florestal e do carbono, mas decisões com relação ao REDD+ ainda são vagas. Outra decisão firmada foi o estabelecimento de um comitê tecnológico para aumentar a pesquisa, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias aos países em desenvolvimento para dar suporte a estes nas ações de mitigação e adaptação à mudança do clima.
Cop-17: 2011 em Durban, África do Sul	È possível que se decida quais serão as formas de financiamento do REDD+. No entanto, representantes da União Européia e dos Estados Unidos praticamente acabaram com as esperanças de sucesso da próxima conferência ao afirmar que um tratado internacional é impossível.

Fonte: Instituto Carbono Brasil. disponível em:
http://www.institutocarbonobrasil.org.br/#mercado_de_carbono.

ANEXO 3

ATIVISTA CONTRA O DESERTO VERDE AMEAÇADA

A Rede Alerta contra o Deserto Verde, movimento composto por dezenas de comunidades e entidades que combatem a monocultura de árvores no Brasil e seus impactos, vem a público denunciar as ameaças anônimas sofridas pela companheira da nossa Rede, Synara de Fátima Almeida Thomas, representante da organização Parceiros da Natureza do município de Felixlândia, Minas Gerais.

Nestes últimos anos Synara tem se dedicado, de forma incansável, à denúncia dos graves impactos negativos da expansão das plantações de eucalipto no município de Felixlândia. Essa expansão, promovida pela empresa Plantar, se deu a partir de um projeto do Banco Mundial, que conta com financiamento de governos e empresas européias e japonesas. Com as plantações de eucalipto a empresa Plantar pretende vender os chamados “créditos de carbono”, algo que tem sido amplamente denunciado por nossa Rede a nível nacional e internacional. Mesmo assim, segundo o Banco Mundial, o projeto seria ambientalmente adequado e socialmente benéfico para a região, gerando emprego e renda para a população.

Seduzidos pelo montante de dinheiro pago pela Plantar, proprietários de terra têm vendido suas áreas à empresa, e com isso, as áreas de plantações já estão cobrindo um terço do município de Felixlândia. O principal impacto negativo das plantações na região tem sido o abaixamento dos níveis de água. Além disso, a Plantar tem aplicado intensamente agrotóxicos. Dessa forma, as comunidades locais que resistem no meio do ‘deserto verde’ sofrem com escassez e contaminação de água. A geração de emprego no próprio município tem sido pequeno, comparado com a quantidade de terras ocupadas pela Plantar, e se tratam de empregos que causam perigo para a saúde do trabalhador.

A política da Plantar em relação às críticas tem se baseado no cooptação sistemática, oferecendo ‘presentes’ ou emprego, de pessoas que façam publicamente críticas à empresa. Estranhamos que essa postura vem de uma empresa que tem o certificado do FSC, um selo verde que deveria garantir respeito ao ser humano, à natureza em geral e transparência nas suas ações.

Desde o dia 07 de março Synara tem recebido telefonemas anônimos, totalizando o número de oito, ameaçando e intimidando-a por causa de suas atividades contra a expansão das plantações, e em prol da natureza e das comunidades que vivem em harmonia com ela. É inaceitável este tipo de violência dirigida a alguém que se preocupa e pensa criticamente, junto com outros moradores, sobre os rumos da sua região.

As entidades da Rede Alerta contra o Deserto Verde que assinam abaixo encaminham esta carta-denúncia e solicitam providências às seguintes autoridades: Secretário Estadual de Segurança Pública em MG; Superintendência da Polícia Federal em MG; Procurador Geral da República em MG; Diretor Geral da Polícia Federal e Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Não vamos permitir a persistência destas ameaças e estamos levando o fato também para o conhecimento de organismos internacionais nas áreas de Meio Ambiente e dos Direitos Humanos.

30 de Março de 2005

ANEXO 4

Campanha desenvolvida pela ONG Parceiros da Natureza

SÃO JOSÉ DO BURITI ? OU SÃO JOSÉ DO EUCALIPTO ?

O nosso município , mais precisamente, o Distrito de São José do Buriti está sendo ocupado por essa monocultura chamada eucalipto. O plantio já ocupa 1/3 do município , sendo que a maior parte está dentro do Distrito. As empresas plantadoras da tal monocultura , pretendem expandir as suas áreas favorecendo o mercado mundial de carbono. E se dizem " reflorestadoras " , oque é um engano , pois , PLANTAÇÕES NÃO SÃO FLORESTAS !

A nossa maior preocupação é que algumas dessas empresas são certificadas pelo FSC (Forest Stewardship Council - Conselho de Manejo Florestal) como a PLANTAR S/A e V&M e possuem o " SELO VERDE " , tituladas como " florestas " bem manejadas, garantia de plantações ecologicamente corretas, ambientalmente adequadas e socialmente justas , e oque presenciemos são enormes impactos na biodiversidade local e um profundo desrespeito à vida humana oque traduz que a monocultura é ecologicamente insustentável, economicamente e socialmente inviável e eticamente inaceitável . A realidade é bem diferente ! Deparamos com sérios problemas sócio ambientais , como o empobrecimento biológico devido à substituição do cerrado pela monocultura; o desrespeito às áreas de preservação permanente e reservas legais; o uso de agrotóxicos provocando a morte de emas, tatus e pássaros ; morte de nascentes afluentes do Rio São Francisco; desrespeito a população ao entorno que tem constantes problemas com a escassez de água , e a falácia promessa de empregos.

Essa é a triste realidade que está mudando o cenário da nossa região. O poderio das empresas, o aval de ong's estranhas ao município no processo de certificação, a negligência dos órgãos municipais e a conivência do Estado e dos órgãos ambientais responsáveis.

A ONG " PARCEIROS DA NATUREZA " , membro da REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE, rede nacional contra a expansão da monocultura de eucalipto nos estados de MG, ES, BA, RJ, e que se faz presente nessa luta a algum tempo sem muito apoio, vem alertar e convidar a todos para que entrem nessa luta conosco .

" DIGA NÃO AO DESERTO VERDE ! "

E nos ajude a lutar para que São José do Buriti não mude para São José do eucalipto, conservando e preservando oque ainda resta do cerrado, da nossa fauna, da flora e principalmente das nossas águas.

Atenciosamente,

" PARCEIROS DA NATUREZA "

JUNTE-SE A NÓS: / FONE : (38) 3753-4077 - E-MAIL : parceirosdanatureza@terra.com.br

Comissão Especial da Silvicultura visita fazendas de eucalipto na região central

Helena Leão

Os deputados da Comissão Especial da Silvicultura conheceram ontem os dois lados da realidade da produção de eucalipto no Estado. Em Paraopeba, eles visitaram a Fazenda Itapoã, da V & M do Brasil, modelo de produção florestal. Em Felixlândia, ouviram reclamações dos moradores da zona rural da cidade sobre a diminuição do nível dos rios e até o desaparecimento de nascentes, que eles associam ao plantio de eucalipto.

Nos últimos anos, a paisagem da região em torno de São José do Buriti, distrito de Felixlândia, foi tomada por florestas de eucaliptos. Os moradores - quase todos pequenos produtores que praticam a agricultura de subsistência - reclamam que a quantidade de água da região diminuiu sensivelmente. Eles atribuem essa redução à chegada das florestas plantadas.

Acompanhados dos moradores de São José do Buriti e de funcionários da Plantar, os deputados visi-

taram a nascente do Riacho Fundo da Faveira (que secou), viram o leito seco do Riacho Fundo de São José do Buriti e percorreram o leito seco de uma vereda próxima à nascente do Córrego Buriti. O engenheiro florestal da Plantar, Eliéser Alves, diz que a empresa respeita a legislação ambiental e que boa parte das denúncias dos moradores de Felixlândia não são fundamentadas. Segundo ele, a empresa passou a analisar a quantidade e a qualidade da água em todas as suas fazendas desde o ano passado e ainda não há um relatório conclusivo a respeito do impacto do eucalipto sobre os mananciais. "Nós avaliamos cada sistema buscando a harmonia da monocultura com o meio ambiente", garantiu.

O deputado Padre João (PT) considerou a situação grave e defendeu a realização de um estudo minucioso para identificar as causas do rebaixamento do nível dos cursos d'água de Felixlândia. Os deputados Célio Moreira



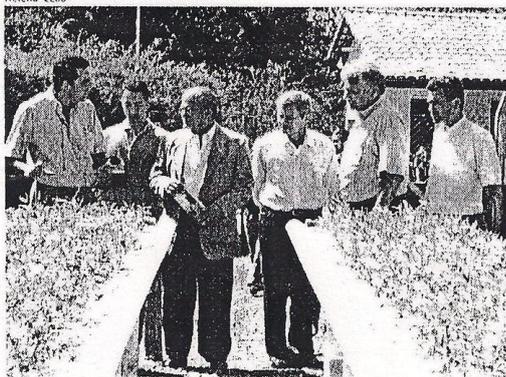
Deputados obtiveram informações sobre plantio em Felixlândia

(PL) e Doutor Viana (PFL) também defenderam a realização de estudos técnicos. Já o deputado Paulo Piau (PP) ponderou que toda atividade

de econômica tem algum nível de impacto ecológico e que os órgãos fiscalizadores devem agir para evitar agressões ao meio ambiente.

V & M tem fazenda modelo em Paraopeba

Helena Leão



Parlamentares também conheceram viveiro de clones

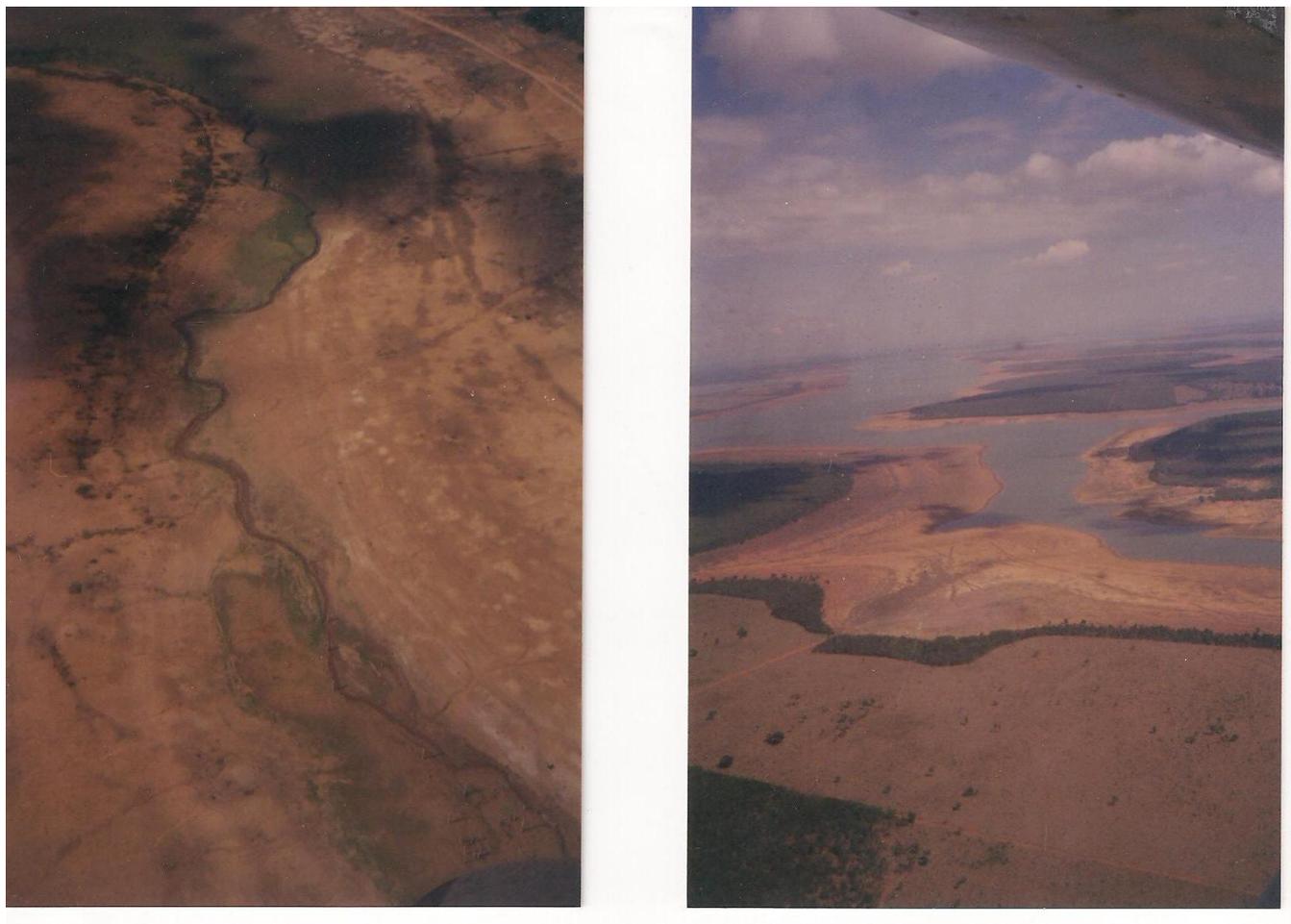
Em Paraopeba, os deputados viram como a produção de eucalipto pode ser feita em harmonia com o meio ambiente. Na fazenda de 6,9 mil hectares, a empresa mantém 2,1 mil hectares de mata nativa, o que equivale a 35% de sua área percentual - maior que o mínimo exigido pela legislação ambiental, que é de 20%. Nos corredores de mata intercalada com áreas reflorestadas, vivem mamíferos e aves ameaçados de extinção, como onças, tamanduás, ararascanin-dé e papagaios-galegos.

A empresa tem uma política de valorização profissional que lhe rendeu um índice de satisfação dos funcionários de 78%, e mantém parcerias com produtores de abelha da região, que podem deixar suas colmeias no meio dos eucaliptos. A comissão também visitou a Fazenda Buenos Aires, em Curvelo, onde a Plantar cultiva 9,3 mil hectares de eucalipto para a produção de carvão.

Presenças - Deputados Paulo Piau (PP), presidente da comissão; Célio Moreira (PL), Doutor Viana (PFL), Padre João (PT) e Doutor Ronaldo (PDT).

ANEXO 6

Impactos ambientais causados pelo eucalipto



Fotos arquivo pessoal Synara Thomás

ANEXO 7

Visita da Comissão Parlamentar de Silvicultura em São José do Buriti – 19/07/2004



Nascente seca do Córrego do Buriti
Fotos arquivo pessoal Synara Thomás

Nessa foto estavam presente biólogos, hidrólogos e diretores da empresa Plantar. Ao pararem em frente a nascente seca do córrego do Buriti, o hidrólogo presente na foto, segundo pessoas que estavam no local, afirmou: “rasgo o meu diploma se aqui já nasceu água”. Tal frase causou profunda revolta principalmente nos moradores mais antigos, onde sempre conviveram com água nesse local.